

Telefônica Brasil S. A.
(anteriormente Telecomunicações de São Paulo S.A. – TELESP)
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010
(Em milhares de reais)

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

a. Do controle acionário

A Telefônica Brasil S.A. (anteriormente denominada Telecomunicações de São Paulo S.A. – Telesp), a seguir denominada “Companhia” ou “Telefônica Brasil”, tem sua sede à Rua Martiniano de Carvalho, 851, na capital do Estado de São Paulo, Brasil. A Telefônica Brasil pertence ao Grupo Telefônica, líder no setor de telecomunicações na Espanha e presente em vários países da Europa e América Latina. Em 31 de dezembro de 2011, a Telefônica S.A., empresa holding do Grupo, possuía uma participação total direta e indireta no capital social da Companhia, excluindo ações em tesouraria, de 73,81%, sendo 91,76% das ações ordinárias e 64,60% das ações preferenciais (87,95% em 31 de dezembro de 2010, sendo 85,57% das ações ordinárias e 89,13% das ações preferenciais).

b. Das operações

A Companhia e suas subsidiárias atuam principalmente na prestação de serviços de telefonia fixa no Estado de São Paulo e telefonia móvel em todo o território nacional, através de Contrato de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC e autorizações, respectivamente, outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 – Lei Geral das Telecomunicações (LGT), que foi alterada pela Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000 (notas 1.b.1 e 1.b.2 adiante). A Companhia e suas subsidiárias também possuem autorizações da ANATEL para a prestação de outros serviços de telecomunicações, tais como comunicação de dados, internet em banda larga (prestado sob a marca *Speedy* e *Ajato*), serviços de telefonia móvel (SMP, através da Vivo) e os serviços de TV por assinatura (i) via satélite em todo país (*Telefonica TV Digital*) e (ii) pela tecnologia MMDS nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre. As autorizações de uso das frequências de 2,5GHz associadas ao serviço de TV por assinatura via MMDS foram prorrogadas em 16 de fevereiro de 2009 e aguardam a definição das condições de pagamento para renovação pela ANATEL.

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa. É também registrada na *Securities and Exchange Commission* – SEC, dos EUA, e suas *American Depositary Shares* – ADS’s – nível II, listadas apenas em ações preferenciais, são negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE).

b.1. Contrato de Concessão do STFC

A Companhia é concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) para a prestação de serviços de telefonia fixa na modalidade local e longa distância nacional para chamadas telefônicas originadas no setor 31 da região 3, que compreende o Estado de São Paulo (exceto os municípios que compõem o setor 33), estabelecidos no Plano Geral de Outorgas (PGO/2008).

O atual contrato de concessão do STFC da Companhia, firmado em 30 de junho de 2011, entrou em vigor em 1º de julho de 2011, outorgado a título oneroso e tem validade até 31 de dezembro de 2025. Este contrato prevê a possibilidade de alterações em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2020. Esta condição permite a ANATEL estabelecer novos condicionamentos e novas metas para universalização e qualidade tendo em vista as situações vigentes à época.

O Contrato de Concessão prevê que todos os bens pertencentes ao patrimônio da Companhia e que sejam indispensáveis à prestação dos serviços descritos no referido contrato são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente para a ANATEL ao término do contrato de concessão de acordo com a regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo residual dos bens reversíveis é estimado em R\$6.698.899 (R\$6.818.075 em 31 de dezembro de 2010), composto por equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

De acordo com o contrato de concessão, a cada dois anos, durante os vinte anos do contrato, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% (dois por cento) da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes. Em abril de 2011 foi pago o valor de R\$186.852 com base nas receitas de 2010.

b.2. Autorizações e frequências relativas aos serviços de telefonia móvel

As autorizações de frequências concedidas pela ANATEL para prestação de telefonia móvel são renováveis, uma única vez, pelo prazo de 15 anos, mediante pagamento, a cada biênio após a primeira renovação, de ônus equivalentes a 2% (dois por cento) de sua receita do ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais, relativa à aplicação dos Planos de Serviços Básicos e Alternativos.

A controlada Vivo S.A. explora serviços de telefonia móvel celular (Serviço Móvel Pessoal – SMP), incluindo as atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as autorizações que lhe foram outorgadas.

Nos leilões realizados pela ANATEL nos dias 14 e 15 de dezembro de 2010, a Vivo S.A. foi vencedora em 23 lotes ofertados para venda das subfaixas de sobras nas frequências de 900 e 1800 Mhz, em conformidade com o edital nº 002/2010/PVCP/SPV-ANATEL.

Em 28 de abril de 2011, em sua 604ª reunião realizada, o Conselho Diretor da ANATEL, decidiu, em relação ao edital de licitação da banda H e sobras (Edital da Licitação n.º 002/2010/PVCP/SPV-Anatel) homologar os lotes 41, 42, 44, 45, 76 a 84, 92, 101, 105, 107, 115, 119, 122, 124, 128 e 163 à Vivo S.A. e demais operadoras vencedores dos lotes do citado leilão.

Em 30 de maio de 2011, a decisão foi publicada no Diário Oficial da União - DOU e os Termos de Autorizações foram assinados junto à ANATEL. Dessa maneira, com a adjudicação efetiva dos referidos lotes, a Vivo S.A. incrementou seu espectro, passando a operar nas frequências de 900 Mhz e 1.800 Mhz de forma abrangente. Na data da assinatura dos Termos de Autorização, foi pago o montante de R\$81.175, referente a 10% do valor total e os 90% restantes foram pagos à vista em dezembro de 2011.

O montante de R\$811.754, referente ao total dos 23 lotes, foi ajustado de acordo com o prazo remanescente das licenças e registrado como ativo intangível.

Em 18 de agosto de 2011, foi publicado no Diário Oficial da União, o Ato nº 7.012 que concede autorização à Vivo S.A. para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) destinado ao uso público em geral. A Vivo S.A. está atuando nessa autorização em âmbito nacional, exceto no Estado de São Paulo onde atua a Companhia.

A Vivo S.A. explora o serviço móvel pessoal (SMP), incluindo as atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as autorizações que lhes foram outorgadas, conforme segue:

<u>Área de Operação</u>	<u>Vencimentos das Autorizações</u>
<u>Região 1</u>	
Rio de Janeiro	
Radiofrequências 800/900/1800/1900/2100 MHz	29/11/20 (banda A), 30/11/20 (banda L) e 30/04/23 (banda J)
Espírito Santo	
Radiofrequências 800/900/1800/1900/2100 MHz	30/04/23 (banda J) e 30/11/23 (banda A e L)
Amazonas, Roraima, Amapá, Pará e Maranhão	
Radiofrequências 800/900/1800/1900/2100 MHz	29/11/13 (banda B) e 30/04/23 (banda J)
Minas Gerais (exceto Triângulo Mineiro)	
Radiofrequências 800/900/1800/1900/2100 MHz	29/04/23 (banda A) e 30/04/23 (banda J)
Minas Gerais (Triângulo Mineiro)	
Radiofrequências 800/900/1800/1900/2100 MHz	28/04/20 (banda E) e 29/04/23 (banda J)
Bahia	
Radiofrequências 800/900/1800/1900/2100 MHz	30/04/23 (banda J) e 29/06/23 (banda A e L)
Sergipe	
Radiofrequências 800/900/1800/1900/2100 MHz	30/04/23 (banda J) e 15/12/23 (banda A e L)
Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte	
Radiofrequências 1800/1900/2100 MHz	7/12/22 (banda L) e 30/04/23 (banda E e J)
<u>Região 2</u>	
Paraná e Santa Catarina	
Radiofrequências 800/900/1800/1900/2100 MHz	8/04/13 (banda B e L) e 30/04/23 (banda J e M)
Rio Grande do Sul	
Radiofrequências 800/900/1800/1900/2100 MHz	17/12/22 (banda A e L) e 30/04/23 (banda J e M)
Distrito Federal	
Radiofrequências 800/900/1800/1900/2100 MHz	24/07/21 (banda A e L) e 30/04/23 (banda J e M)
Goiás e Tocantins	
Radiofrequências 800/900/1800/1900/2100 MHz	30/04/23 (banda J e M) e 29/10/23 (banda A e L)
Mato Grosso	
Radiofrequências 800/900/1800/1900/2100 MHz	30/04/23 (banda J e M) e 30/03/24 (banda A e L)
Mato Grosso do Sul	
Radiofrequências 800/900/1800/1900/2100 MHz	30/04/23 (banda J e M) e 28/09/24 (banda A e L)
Rondônia	
Radiofrequências 800/900/1800/1900/2100 MHz	30/04/23 (banda J e M) e 21/07/24 (banda A e L)
Acre	
Radiofrequências 800/900/1800/1900/2100 MHz	30/04/23 (banda J e M) e 15/07/24 (banda A e L)
Rio Grande do Sul (Pelotas, Morro Redondo, Capão do Leão e Turucu), Mato Grosso do Sul (área da CTBC) e Goiás (área da CTBC)	
Radiofrequências 1800/1900/2100 MHz	7/12/22 (banda L) e 30/04/23 (banda D, J e M)
<u>Região 3</u>	
São Paulo	
Radiofrequências 800/1800/1900/2100 MHz	30/04/23 (banda J) e 05/08/23 (banda A e L)
São Paulo (Ribeirão Preto, Guataporã e Bonfim Paulista)	
Radiofrequências 800/1800/1900/2100 MHz	30/04/23 (banda J) e 20/01/24 (banda A e L)
São Paulo (área de Franca e região)	
Radiofrequências 1800/1900/2100 MHz	7/12/22 (banda L) e 30/04/23 (banda J)

c. Controladas e subsidiárias integrais

Vivo S. A.:

Subsidiária integral da Companhia, tem como objeto exploração de serviços de telefonia móvel pessoal, incluindo atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as autorizações que lhes foram outorgadas.

A. Telecom S.A.:

Subsidiária integral da Companhia, tem como objeto os serviços a seguir:

- (i) Manutenção de rede de telefonia interna dos clientes, ou seja, instalação, conserto, troca e ampliação de novos pontos de fiação de telefonia interna em residências e empresas;
- (ii) iTelônica, provedor de acesso gratuito à internet;
- (iii) Speedy Wi-Fi, serviço de banda larga para acesso sem fio à internet;
- (iv) Speedy Corp, provedor de banda larga desenvolvido especialmente para o mercado corporativo;
- (v) Posto Informático, solução integrada de serviços de acesso a internet, conectividade em rede privativa e locação de equipamentos de informática; sendo que a partir de agosto de 2010 o serviço de acesso a internet passou a ser prestado pela Telefônica Brasil;
- (vi) Produto At-home, soluções de automação residencial que está compreendido entre os serviços de consultoria e elaboração de projeto de automação e Instalação e configuração da solução;
- (vii) Serviço de TV por assinatura via satélite (Direct to Home – DTH) em todo o país e via fibra óptica - IPTV (Internet Protocol Television). O DTH é um tipo especial de serviço de TV por assinatura que utiliza satélites para a distribuição direta de sinais de televisão e áudio para os assinantes.

Telefônica Sistema de Televisão S.A.:

A Telefônica Sistema de Televisão S.A. ("TST") tem como objeto a prestação de serviços de televisão por assinatura na modalidade Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS), além de prestações de serviços de telecomunicações em geral e internet.

Ajato Telecomunicações Ltda.:

A Ajato Telecomunicações Ltda tem como objeto a prestação de serviços de telecomunicações e de informática, acesso à rede de telecomunicações, de internet, via rádio, abrangendo os serviços de imagem e dados de telemarketing, comercio de locação, importação, exportação,manutenção e conserto para esses equipamentos.

Telefônica Data S.A.:

Tem como objeto a prestação e exploração de serviços de telecomunicações, bem como a elaboração, implantação e instalação de projetos relacionados com a exploração de soluções empresariais integradas, consultoria em telecomunicações,

atividades relacionadas a prestação de serviços de assistência técnica, comercialização, locação e manutenção de equipamentos e redes de telecomunicações.

Aliança Atlântica Holding B.V.:

Empresa com sede em Amsterdã, Holanda, com participação de 50% da Telefônica Brasil, possui caixa decorrente da venda de ações da Portugal Telecom em junho de 2010 e pequena participação acionária na Zon Multimédia, empresa do grupo Portugal Telecom que presta serviço de TV por assinatura, internet, distribuição de conteúdos audiovisuais, cinema e telecomunicações.

Companhia AIX de Participações:

Tem como objeto social a participação no Consórcio Refibra, na qualidade de líder, bem como atividades relacionadas a exploração, direta e indireta, de atividades relacionadas à execução, conclusão e exploração de redes subterrâneas de dutos para fibras ópticas. Atualmente a participação da Companhia na Companhia AIX de Participações é de 50%.

Companhia ACT de Participações:

Tem por objeto a participação no Consórcio Refibra, na qualidade de líder, bem como atividades relacionadas a prestação de serviço de assessoria técnica para a elaboração dos projetos de conclusão de redes, efetuando os estudos necessários para torná-la economicamente viável, bem como fiscalizar o andamento das atividades vinculadas ao Consórcio. Atualmente, a participação da Companhia na Companhia ACT de Participações é de 50%.

GTR Participações e Empreendimentos S.A.:

Tem por objeto a participação em outras companhias, cujo objeto social envolva [prestação de](#) serviços de televisão por assinatura e por cabo, telecomunicações em geral, a produção, aquisição, licenciamento, importação e distribuição de programas de televisão próprios ou de terceiros, peças de reposição e equipamentos, gerenciamento e exploração de plataformas de serviços de televisão por assinatura e telecomunicações.

TVA Sul Paraná S.A.:

Tem por objeto prestar serviços de televisão por assinatura e por cabo, telecomunicações em geral, a produção, aquisição, licenciamento, importação e distribuição de programas de televisão próprios ou de terceiros, peças de reposição e equipamentos, gerenciamento, atualização e exploração de plataformas de serviços de televisão por assinatura e telecomunicações e edição de periódicos.

Lemontree Participações S.A.:

Tem por objeto a participação em outras companhias, cujo objeto social envolva [prestação de](#) serviços de televisão por assinatura e por cabo, telecomunicações em geral, a produção, aquisição, licenciamento, importação e distribuição de programas de televisão próprios ou de terceiros, peças de reposição e equipamentos, gerenciamento, atualização e exploração de plataformas de serviços de televisão por assinatura e telecomunicações e gestão e comercialização de dados.

Comercial Cabo TV São Paulo S.A.:

Tem por objeto prestar serviços de televisão por assinatura e por cabo, assessoria e consultoria de telecomunicações em geral, a produção, aquisição, licenciamento, importação e distribuição de programas de televisão próprios ou de terceiros, peças de reposição e equipamentos, gerenciamento, atualização e exploração de plataformas de serviços de televisão por assinatura e telecomunicações e exploração de propaganda e publicidade em todas as modalidades.

O quadro a seguir apresenta a relação das empresas controladas, direta e indiretamente, pela Companhia e o percentual de participação no capital total:

Controladas	2011	2010
Vivo S.A (1)	100%	-
Telefônica Data S.A.	100%	100%
A.Telecom S.A.	100%	100%
Telefônica Sistema de Televisão S.A.	100%	100%
Ajato Telecomunicações Ltda.	100%	100%
GTR Participações e Empreend. S.A. (2)	66,67%	66,67%
TVA Sul Paraná S.A. (2)	91,50%	91,50%
Lemontree Participações S.A. (2)	83,00%	66,67%
Comercial Cabo TV São Paulo S.A. (2)	93,19%	86,65%
Aliança Atlântica Holding B.V.(3)	50%	50%
Companhia AIX de Participações (3)	50%	50%
Companhia ACT de Participações (3)	50%	50%

(1) consolidada integralmente a partir de abril de 2011 (Notas 1."e" e 4).

(2) consolidada integralmente a partir de janeiro de 2011.

(3) controlada em conjunto.

d. Negociação das ações em bolsas de valores

d.1) Ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F Bovespa)

Em 21 de setembro de 1998, a Companhia iniciou a negociação de suas ações na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F Bovespa), sob os códigos de negociação TLPP3 e TLPP4, para as ações ordinárias e preferenciais.

Em AGE de 03 de outubro de 2011 da Vivo Participações S.A. (Vivo Part.) e Telesp, foi aprovada a incorporação da Vivo Part. pela Telesp que, na mesma data, alterou a sua denominação social para Telefônica Brasil S.A., modificando, também, em 06 de outubro de 2011 os códigos de negociação para VIVT3 e VIVT4 para as ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, e código de pregão para Telefônica Brasil (vide nota 4).

d.2) Ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE)

Em 16 de novembro de 1998, a Companhia iniciou processo de negociação de ADR's na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), que atualmente possui as seguintes principais características:

- Espécie das ações: preferenciais.
- Cada ADR representa 1 (uma) ação preferencial.
- As ações são negociadas sob a forma de ADR's com o código "VIV", na Bolsa de Valores de Nova York.
- Banco depositário no exterior: *The Bank of New York*.

- Banco custodiante no Brasil: Banco Itaú S.A.

e. Eventos societários ocorridos em 2011

Reestruturação Societária – Incorporação de Ações da Vivo Participações S.A. pela Telefônica Brasil

Em reunião realizada em 24 de março de 2011, a ANATEL concedeu anuência prévia à operação de reestruturação societária envolvendo a Companhia e a Vivo Participações S.A., tendo o Ato nº 1.970, de 1º de abril de 2011, sido publicado no Diário Oficial da União em 11 de abril de 2011.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 27 de abril de 2011, foi aprovado, por unanimidade de votos, o Protocolo de Incorporação de Ações e Instrumento de Justificação celebrado entre a Companhia e a Vivo Part., tendo cada ação da Vivo Part. sido substituída por 1,55 ações da Companhia. Os acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia e de ações ordinárias da Vivo Part. tiveram até o dia 30 de maio de 2011 para exercer o direito de recesso. Os acionistas que optaram pelo direito de recesso foram reembolsados pelas ações das respectivas Companhias de que comprovadamente eram titulares em 27 de dezembro de 2010, data da publicação do Fato Relevante relativo à operação. Os valores de reembolso aos acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia e das ações ordinárias da Vivo Part. foram de R\$23,06 e R\$25,30 por ação, respectivamente, calculados pelos seus respectivos valores de patrimônio líquido constantes do balanço levantado em 31 de dezembro de 2010.

Reestruturação Societária – Concentração das Autorizações do SMP e Simplificação da Estrutura Societária

Em reunião do Conselho de Administração da subsidiária Vivo Part., realizada em 14 de junho de 2011, foi aprovada a proposta para a concentração das autorizações para a prestação de serviços de SMP (até então detidas pela Vivo Part. no estado de Minas Gerais e pela Vivo S.A. nos outros estados do Brasil), unificando assim as operações e os Termos de Autorização para a exploração do SMP na Vivo S.A.

A forma proposta para viabilizar esta reestruturação societária foi a conferência em 01 de outubro de 2011 dos bens, direitos e obrigações relacionados com a operação de serviços SMP em Minas Gerais pela Vivo Part. para a Vivo S.A. (operadora móvel do grupo que detinha as autorizações do SMP nos demais estados do Brasil). Realizada essa conferência, a Vivo Part. passou à situação de *holding*.

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 6.404/76, foi contratada uma empresa especializada para a elaboração do laudo de avaliação de parte do acervo patrimonial da Vivo Part. correspondente às operações do SMP no Estado de Minas Gerais que foi conferido ao patrimônio da Vivo S.A. e do acervo patrimonial da Vivo Part. para a incorporação pela Companhia.

Devido à Vivo Part. ser subsidiária integral da Companhia desde 27 de abril de 2011, cujo patrimônio já continha o investimento nas ações da Vivo S.A., a incorporação: i) não acarretou aumento de capital da Companhia; ii) não houve a substituição de ações detidas por acionistas não-controladores da Vivo Part. por ações da Companhia; e iii) não houve necessidade da elaboração de laudo de avaliação de patrimônio líquido a preços de mercado para cálculo de relação de substituição das ações, pois não havia acionistas não-controladores a serem protegidos.

Desse modo, nos termos do artigo 226, parágrafos I e II da Lei nº 6.404/76, as ações detidas pela Companhia no acervo patrimonial da Vivo Part. foram extintas. Com a conclusão da reestruturação societária, a Vivo Part. foi incorporada pela companhia em 03/10/2011 e a Vivo S.A. passou a ser subsidiária integral da Companhia, simplificando e racionalizando a estrutura de custos das empresas envolvidas.

f. Acordo entre a Telefónica S.A. e a Telecom Itália (Ato nº3.804 de 07 de julho de 2009 e ao Ato 68.276 de 31 de outubro de 2007, ambos do Conselho Diretor da ANATEL)

Em outubro de 2007, a TELCO S.p.A. (na qual a Telefónica S.A. detém uma participação de 42,3%), concluiu a aquisição de 23,6% da Telecom Itália. A Telefónica S.A. detém o controle da Companhia que, por sua vez, é controladora da Vivo S.A.. A Telecom Itália tem participação na TIM Participações S.A. ("TIM"), empresa de telefonia celular no Brasil. Entretanto a Telefónica S.A. e a Companhia não têm envolvimento direto com as operações da TIM. Adicionalmente, quaisquer transações entre a Companhia e as controladas e a TIM são transações normais do negócio de telefonia, as quais são regulamentadas pela ANATEL.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2011 são apresentadas pela Companhia de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB e as individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária previstas na Lei nº 6.404/76 com as alterações da Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 15 de fevereiro de 2012, autorizou emissão destas demonstrações contábeis.

A Companhia declara que as demonstrações contábeis consolidadas estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2011, as quais incluem os novos pronunciamentos, interpretações e alterações, das seguintes normas, modificações e interpretações publicadas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*) e IFRIC (*International Financial Reporting Interpretations Committee*) que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2011:

- IAS 24 revisado, *Informações a serem divulgadas sobre as partes relacionadas*

Esta norma revisada introduz as seguintes alterações: (i) fornece uma isenção parcial para entidades relacionadas ao governo, exigindo divulgação sobre saldos e transações com os mesmos, somente se eles são individualmente ou coletivamente significativas; e (ii) apresenta uma nova definição revisada de "parte relacionada". A adoção desta norma não teve qualquer impacto sobre a situação financeira ou resultados da Companhia.

- Alterações ao IAS 32, *Classificação das emissões de direitos*

Esta alteração tem por objetivo esclarecer que as emissões de direitos de subscrição que permitem adquirir um número fixo de instrumentos de

patrimônio próprio por um preço fixo serão classificadas como patrimônio, independentemente da moeda em que o preço de exercício é denominado, sempre que a emissão se dirija a todos os detentores de uma mesma classe de ações ou participações em proporção ao número de títulos que já possuem. A adoção destas alterações não teve impacto sobre a situação financeira ou resultados da Companhia.

– *Melhorias das IFRS (Maio de 2010)*

Este texto introduz uma série de melhorias aos IFRS vigentes, fundamentalmente para eliminar inconsistências e esclarecer a redação de algumas destas normas. Estas melhorias não geraram impacto nos resultados ou sobre a situação financeira da Companhia.

– *IFRS 3, Combinações de Negócios*

As opções de mensuração disponíveis para participação minoritária (NCI) receberam emendas. Somente os itens de NCI que constituem 100% de participação corrente que outorgam ao acionista uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de dissolução da sociedade deverão ser mensurados por seu valor justo ou pela parcela proporcional dos instrumentos de participação dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Todos os outros itens devem ser mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição.

As emendas ao IFRS 3 entram em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2011.

– *IFRIC 19, Cancelamento de passivos financeiros com instrumentos de patrimônio*

Esta interpretação estabelece que: (i) quando as condições de um passivo financeiro são renegociadas com o credor e este aceita instrumentos de patrimônio da empresa para cancelar o passivo totalmente ou parcialmente, os instrumentos emitidos serão considerados parte da contraprestação paga para o cancelamento do passivo financeiro; (ii) tais instrumentos serão mensurados pelo seu justo valor, exceto que este não possa ser mensurado com confiança, em cujo caso a mensuração dos novos instrumentos deverá refletir o valor justo do passivo financeiro liquidado; e (iii) a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro cancelado e o montante inicial da emissão dos instrumentos de patrimônio, são registrados na conta de resultado do período. A adoção dos critérios introduzidos por esta nova interpretação não teve impacto sobre a situação financeira ou resultados da Companhia.

– *Alterações à IFRIC 14, Pagamentos antecipados quando existe a obrigação de manter um nível mínimo de financiamento*

Esta alteração é aplicada em situações específicas quando uma entidade tem a obrigação de realizar contribuições mínimas anuais em relação aos seus planos pós-emprego de benefícios definidos e realiza pagamentos antecipados para cobrir estas exigências. A alteração permite uma entidade tratar os benefícios econômicos de tal pagamento antecipado como um ativo. A adoção destes critérios não teve impacto sobre a situação financeira ou resultados da Companhia.

Novas IFRS e Interpretações do Comitê de Interpretações IFRS (IFRIC) ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011.

Na data de elaboração desta DFP, os seguintes IFRS, Alterações e Interpretações do IFRIC haviam sido publicados, porém não eram de aplicação obrigatória:

Normas e Alterações de Normas		Aplicação obrigatória: exercícios iniciados a partir de
Alterações ao IAS 1	<i>Apresentação das contas de outros resultados abrangentes</i>	1º de julho de 2012
Alterações ao IAS 12	<i>Impostos diferidos – Recuperação dos Ativos Subjacentes</i>	1º de janeiro de 2012
IFRS 9	<i>Instrumentos financeiros</i>	1º de janeiro de 2013
IFRS 10	<i>Demonstrações Contábeis Consolidadas</i>	1º de janeiro de 2013
IFRS 11	<i>Acordos em Conjunto</i>	1º de janeiro de 2013
IFRS 12	<i>Divulgação de Participações em Outras Entidades</i>	1º de janeiro de 2013
IFRS 13	<i>Mensuração a Valor Justo</i>	1º de janeiro de 2013
IAS 19 revisado	<i>Benefícios a empregados</i>	1º de janeiro de 2013
IAS 27 revisado	<i>Demonstrações Contábeis Separadas</i>	1º de janeiro de 2013
IAS 28 revisado	<i>Investimentos em Coligadas e em Controladas em Conjunto</i>	1º de janeiro de 2013
Alterações IFRS 7	<i>Divulgação – Transferências de Ativos Financeiros</i>	1º de julho de 2011
Alterações IFRS 7	<i>Divulgação – Compensação de Ativos e Passivos Financeiros</i>	1º de janeiro de 2013
Alterações IAS 32	<i>Compensação de Ativos e Passivos Financeiros</i>	1º de janeiro de 2014

A Companhia está atualmente analisando o impacto da aplicação destas normas, alterações e interpretações. Baseando-se nas análises preliminares realizadas até a data, a Companhia estima que sua aplicação não terá um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas no período de aplicação inicial. Não obstante, mudanças introduzidas pelo IFRS 9 afetarão a apresentação dos ativos financeiros e transações com os mesmos que ocorram a partir de 1º de janeiro de 2015.

2.1 Bases de consolidação e principais variações no âmbito de consolidação

Na consolidação, todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido entre a Companhia e suas controladas foram eliminados.

Os principais acontecimentos e as principais variações no âmbito de consolidação que, por sua relevância devem ser consideradas para a análise das informações consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 são apresentados a seguir:

a) Aquisição da Vivo Participações S.A. pela Companhia

Conforme comentado na nota 4, a Companhia incorporou 100% das ações da Vivo Participações S.A. pelo valor de R\$31.222.630 (notas 1.ª e 4). As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia incluem os resultados da Vivo Part. (incorporada pela Companhia em 03/10/2011) e Vivo S.A. desde 1º de abril deste

exercício. A Vivo Participações S.A. e Vivo S.A. foram incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia pelo método de consolidação integral.

b) Consolidação das empresas TVA

A partir de 1º de janeiro de 2011, a Companhia passou a incluir as empresas GTR Participações e Empreendimentos S.A., TVA Sul Paraná S.A., Lemontree Participações S.A. e Comercial Cabo TV São Paulo S.A. em suas demonstrações contábeis consolidadas pelo método de consolidação integral. Até o exercício anterior, essas empresas eram incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia pelo método de equivalência patrimonial. O efeito da consolidação dessas empresas é imaterial em relação às demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

c) Aquisição de ações da Lemontree Participações S.A.

Em 29 de setembro de 2011, a Companhia adquiriu 68.533.233 ações ordinárias, que representam 49% desta classe de ações da Lemontree Participações S.A e que por sua vez é detentora de 80,1% das ações ordinárias da Comercial Cabo TV São Paulo S.A., sociedade operadora de serviços de televisão a cabo no Estado de São Paulo. Assim, a Companhia passa a ter 83% de participação na Lemontree Participações S.A. e 93,19% na Comercial Cabo TV São Paulo S.A.. Esta operação foi considerada com aquisição de acionistas não controladores para fins de apresentação e mensuração nas presentes demonstrações contábeis.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a. Contas a receber de serviços, líquidas:** estão avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas ajustadas pelo montante estimado de eventuais perdas pela falta de pagamento. Estão inclusos os serviços já faturados e os ainda não faturados na data do balanço, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, simcards e acessórios. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada.
- b. Materiais de estoques:** estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, líquidos de ajuste ao valor de realização. Compreende os materiais destinados a consumo, manutenção ou revenda.
- c. Despesas antecipadas:** estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados relativos a serviços contratados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado a medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.
- d. Investimentos:** as participações societárias em controladas e controladas em conjunto estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais. Nas demonstrações contábeis consolidadas os investimentos em controladas são consolidados integralmente e os investimentos em controladas em conjunto são consolidados de forma proporcional.

Na consolidação, todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido entre a Companhia e suas controladas foram eliminados.

As variações cambiais do patrimônio líquido da controlada em conjunto Aliança Atlântica são reconhecidas no patrimônio líquido na Companhia em Ajuste Acumulado de Conversão.

- e. **Imobilizado:** é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de perdas por desvalorizações acumuladas, se aplicáveis. O referido custo, inclui os custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Os custos do ativo são capitalizados até o momento em que esteja nas condições previstas para sua entrada em operação.

Os gastos subsequentes à entrada do ativo em operação são reconhecidos imediatamente no resultado, respeitando-se o regime de competência. Gastos que representem melhorias no ativo (aumento da capacidade instalada ou da vida útil) são capitalizados.

Os custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados em contrapartida à provisão para desmobilização de ativos e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos, que não é superior ao prazo de locação.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil dos bens que se baseia em estudos técnicos, os quais são revisados periodicamente (ver nota 13 – Imobilizado).

- f. **Intangível (incluindo o ágio):** é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou formação, deduzido da amortização acumulada e de perdas por desvalorizações acumuladas, se aplicáveis.

Inclui os direitos de uso de software adquiridos de terceiros, concessões e licenças de autorização adquiridas da ANATEL, carteira de clientes, marcas, valores de fundo de comércio referentes a lojas próprias (que estão sendo amortizados pelo prazo de vigência dos contratos) e outros ativos intangíveis.

A vida útil de um ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo método linear e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indícios de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou no método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. Ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, sendo realizado teste de recuperabilidade anualmente ou quando existam indícios de que o valor contábil possa não ser recuperável. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser

justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensuradas como diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Ágios gerados na aquisição de investimentos e fundamentados em rentabilidade futura são tratados como intangíveis de vida útil indefinida.

- g. Arrendamento mercantil:** os contratos que contém cláusulas de uso de ativos específicos e direitos a utilização do ativo são avaliados para identificar o tratamento contábil a ser aplicado sob a perspectiva de arrendamento mercantil. Os contratos em que o arrendador transfere de forma significativa os riscos e benefícios ao arrendatário são classificados como arrendamento mercantil financeiro.

A Companhia possui contratos classificados como arrendamento mercantil financeiro tanto na condição de arrendadora como arrendatária. Como arrendadora, a controlada A.Telecom possui contratos de aluguel de equipamentos de informática (Produto Posto Informático), para os quais reconhece na data de instalação uma receita pelo valor presente das parcelas do contrato em contrapartida ao Contas a Receber. Como arrendatária em contratos classificados como arrendamento financeiro, a Companhia registra um ativo imobilizado no início do período de arrendamento, classificado de acordo com sua natureza, pelo valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato em contrapartida a Outras Obrigações. A diferença entre o valor nominal das parcelas e o contas a receber/pagar registrado é reconhecida como receita/despesa financeira em base ao método da taxa de juros efetiva de acordo com a duração do contrato.

Os contratos em que o arrendador conserva parte significativa dos riscos e benefícios são considerados como arrendamento mercantil operacional, sendo seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício ao longo do prazo contratual.

- h. Análise de recuperabilidade dos ativos:** Nos termos do IAS 36/CPC1 (R1), a Companhia e suas controladas revisam, quando as circunstâncias lhes indicarem, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido em excesso do valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto com base na taxa do custo de capital –“CAPM - *The Capital Asset Pricing Model*” (Modelo de Precificação de Ativos) antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital e os riscos específicos do ativo.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

As perdas em operações continuadas, incluindo a desvalorização de estoques, são reconhecidas na demonstração dos resultados em contas de despesas compatíveis com a função dos ativos.

Para os ativos, excluindo o ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para identificar se há alguma indicação de que as perdas do valor recuperável anteriormente reconhecidas podem já não existir ou possam ter diminuído.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida.

A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

h.1) Ágio

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

h.2) Ativos Intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

h.3) Avaliação do valor em uso

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- Receitas: As receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado frente ao PIB e a participação da Companhia e controladas neste mercado;

- Custos e despesas operacionais: Os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia e controladas, bem como com o crescimento histórico das receitas; e

- Investimentos de capital: Os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços.

As premissas-chave são baseadas no desempenho histórico da Companhia e controladas e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

O teste de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia e suas controladas não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, visto que o valor estimado de mercado excede o seu valor líquido contábil na data de avaliação.

- i. **Combinações de negócios e ágios:** Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de aquisição é mensurado pelo valor justo dos ativos, instrumentos de patrimônio e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Ativos identificáveis adquiridos, passivos e contingências assumidas na combinação de negócios são mensurados inicialmente pelo valor justo na data de aquisição, independente do grau da participação dos acionistas não controladores (Nota 4).

Inicialmente, o ágio representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos assumidos e passivos contingentes identificáveis de uma empresa adquirida, na respectiva data de aquisição. Se o custo de aquisição for menor que o valor justo do ativo líquido da empresa adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Para fins de teste de valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado à unidade geradora de caixa que se espera seja beneficiada pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essa unidade.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada é incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

- j. **Instrumentos Financeiros e caixa e equivalentes de caixa:**

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Contemplam valores em espécie, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas das transações com liquidez imediata, e com mudança insignificante de seu valor de mercado.

(ii) Ativos Financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, como empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de *hedge*, definidos pela norma correspondente. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável, se e quando aplicável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado, se e quando aplicáveis.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída em receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. A Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda no grupo de outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

O valor justo de ativos financeiros disponíveis para a venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de reporte das demonstrações contábeis. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Baixas

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou

retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, o mesmo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

(iii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possam ser razoavelmente estimados.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas).

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

Investimentos financeiros disponíveis para venda

Para instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia avalia se há alguma evidência objetiva de que o investimento é recuperável a cada data do balanço.

Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significativa e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil.

Quando há evidência de perda por redução ao valor recuperável, a perda acumulada – mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos a perda por redução ao valor recuperável que tenha sido previamente reconhecida no resultado – é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado.

Aumentos no valor justo após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável são reconhecidos diretamente no resultado abrangente.

(iv) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pela norma correspondente.

A Companhia não designou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Baixas

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(v) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(vi) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

k. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de cobertura (“*hedge accounting*”):

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos, como *swaps* de moeda para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo.

Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

Para os fins de contabilidade de *hedge*, os contratos da Companhia foram classificados como *hedge* de valor justo ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de parte identificada de certos passivos que seja atribuível a um risco particular (variação cambial) e possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de *hedge*, à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de cobertura, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge* o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge*.

Espera-se que esses *hedges* sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo sendo permanentemente avaliados para verificar se foram efetivamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

Hedges de fluxo de caixa que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma: A porção do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que é determinada como um *hedge* eficaz deve ser reconhecida diretamente como outros resultados abrangentes. A porção ineficaz do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* deve ser reconhecida no resultado.

Hedges de valor justo que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma: o ganho ou a perda resultante das mudanças do valor justo de um instrumento de *hedge* deve ser reconhecido no resultado. O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto deve ajustar a quantia escriturada do item coberto a ser reconhecido no resultado. As mudanças do valor justo do instrumento de *hedge* e as mudanças do valor justo do item objeto de *hedge* atribuíveis ao risco coberto são reconhecidas na linha da demonstração de resultado relacionada ao item objeto de *hedge*.

Classificação entre curto e longo prazo

Instrumentos derivativos não classificados como instrumento de *hedge* eficaz são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

- Quando a Companhia mantiver um derivativo como *hedge* econômico (e não aplicar contabilidade de *hedge*), por um período superior a 12 meses após a data do balanço, o derivativo é classificado como de longo prazo (ou segregado em

parcela de curto e longo prazo), consistentemente com a classificação do item correspondente.

- Os instrumentos derivativos e classificados como *hedge* eficazes, são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de *hedge*.

O instrumento derivativo é segregado em parcela de curto prazo e de longo prazo apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

- l. Custos de empréstimos:** Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo superior a 18 meses para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo.

Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

- m. Juros sobre o capital próprio:** Pela legislação brasileira é permitido às sociedades pagar juros sobre o capital próprio, os quais são similares ao pagamento de dividendos, porém são dedutíveis para fins de apuração dos tributos sobre a renda. A Companhia para fins de atendimento à legislação tributária brasileira, provisiona nos seus livros contábeis o montante devido em contrapartida à conta de despesa financeira no resultado do exercício e para fins de apresentações destas demonstrações financeiras reverte a referida despesa em contrapartida a um débito direto no patrimônio líquido, resultando no mesmo tratamento contábil dos dividendos. A distribuição dos juros sobre o capital próprio aos acionistas está sujeita a retenção de imposto de renda à alíquota de 15%.

- n. Provisões:**

n.1.) Geral:

As provisões são reconhecidas quando a Companhia ou controladas tem uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, onde é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser efetuada do montante dessa obrigação. As provisões são atualizadas até a data do balanço pelo montante provável da perda.

As provisões para demandas judiciais estão apresentadas pelo seu montante bruto, sem considerar os correspondentes depósitos judiciais e são classificadas como cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias. Os depósitos judiciais estão classificados como ativo, dado que não existam as condições requeridas para apresentá-los líquidos com a provisão.

n.2) Provisões para demandas judiciais cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em demandas administrativas e judiciais de natureza trabalhista, tributária, cível e regulatória, tendo sido constituída provisão contábil em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. As provisões para demandas judiciais e administrativas são determinadas com base nas opiniões da Administração da Companhia e suas controladas e de seus consultores jurídicos.

n.3) Provisão para desmobilização de ativos

Referem-se aos custos a serem incorridos na necessidade de ter que se devolver aos proprietários os sites (localidades destinadas a instalações de rádios base das controladas) nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação.

n.4) Passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios

Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo.

Subsequentemente, é mensurado entre o maior de:

- o valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima; ou
- o valor inicialmente reconhecido menos, quando for o caso, amortização acumulada reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita.

- o. Planos de benefícios pós-emprego:** A Companhia e suas controladas patrocinam individualmente planos de aposentadoria para empregados ativos e aposentados, bem como plano multipatrocinado de assistência médica para ex-empregados. Os passivos atuariais de planos com características de benefício definido foram calculados adotando-se o método de crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de forma imediata em Outros Resultados Abrangentes.

Para os planos com características de contribuições definidas, a obrigação é limitada ao pagamento das contribuições, as quais são reconhecidas no resultado nos respectivos períodos de competência.

O ativo ou passivo de plano de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido, menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente a Companhia. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado a soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de redução nas contribuições patronais futuras do plano.

- p. Participação dos empregados nos resultados:** A Companhia e suas controladas têm obrigações decorrentes dos contratos de trabalho com seus empregados, reconhecendo estas provisões durante o exercício. São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas em contas específicas de acordo com a função nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Vendas e Despesas Gerais e Administrativas.
- q. Transações envolvendo pagamento em ações:** A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações emitidas pela controladora, Telefônica S.A.,

para seus dirigentes e empregados baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data de sua outorga, utilizando modelo binomial de valorização. Esse valor justo é debitado na demonstração do resultado ao longo do período até a aquisição, com o reconhecimento do passivo correspondente.

- r. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e suas controladas e seu custo puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

- s. Subvenção e assistência governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Caso os empréstimos ou assistência similares sejam disponibilizadas pelos governos ou instituições relacionadas com uma taxa de juros inferior à taxa de mercado atual aplicável, o efeito desse juros favorável é considerado como subsídio adicional do governo.

As normas tributárias brasileiras (Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, posteriormente alterada pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005), possibilitaram às pessoas jurídicas titulares de empreendimentos localizados nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), cuja atividade se enquadre em setor econômico considerado prioritário, em ato do Poder Executivo, a pleitear a redução do imposto de renda nos termos destes atos normativos.

Através da incorporação da Vivo Part. a Companhia adquiriu benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração para as áreas do Norte de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha. A concessão deste incentivo se estende até o exercício de 2013.

A controlada Vivo S.A. também possui benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração, para os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima. A concessão deste incentivo se estende até o exercício de 2013.

A parcela de lucro incentivada também foi excluída do cálculo dos dividendos, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos.

Em janeiro de 2010 foi aprovada uma linha de financiamento junto ao BNDES através do Programa de Sustentação do Investimento - BNDES PSI. Os recursos

estão sendo utilizados para a aquisição de equipamentos nacionais em projetos de ampliação da capacidade de rede, previamente cadastrados ("finamizados") junto ao BNDES, e liberados conforme a realização dos investimentos.

Por se tratar de financiamento com taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado, esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 7. Os financiamentos foram inicialmente registrados a valor justo com base nas taxas de mercado, sendo o ajuste decorrente da comparação do valor mensurado com base na taxa contratada contabilizado como receita diferida.

- t. **Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, as despesas e os custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente dos ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

A Companhia utilizou as taxas de WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) e do CDI (certificado de depósitos interbancários) como base para os cálculos dos ajustes a valor presente, aplicados conforme os itens de ativos e passivos.

- u. **Ação em tesouraria:** Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.
- v. **Reconhecimento das receitas:** As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços ou mercadorias no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos à Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.

As receitas da Companhia compreendem basicamente os serviços de telecomunicações de voz, dados, serviços adicionais que são ofertados aos clientes através de pacotes de tráfego com valor fixo (mensalidade) ou de acordo com o consumo de tráfego realizado pelos clientes e vendas de mercadorias.

As receitas correspondentes à prestação de serviços de telecomunicações são contabilizadas pelo regime de competência com base nos valores contratados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição

conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. A receita não faturada entre a data do último faturamento até a data do balanço é reconhecida no mês em que o serviço é prestado.

As receitas referentes às vendas de cartões de telefones públicos são diferidas e reconhecidas no resultado com base na estimativa de utilização dos cartões.

As receitas referentes aos créditos de recarga de celulares pré-pagos, bem como os respectivos tributos devidos são diferidos e reconhecidos no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados.

As receitas de contratos de locação de equipamentos classificados como arrendamento mercantil financeiro são reconhecidas na instalação dos equipamentos, momento em que ocorre a efetiva transferência de risco. A receita é reconhecida pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do contrato.

As receitas de serviços estão sujeitas basicamente aos seguintes tributos indiretos: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, Programa de Integração Social – PIS, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS e Impostos sobre Serviços – ISS.

Reconhecimento das receitas e custos de vendas de mercadorias

As receitas e os custos de vendas de mercadorias são registrados quando os riscos e benefícios das mercadorias são transferidos aos compradores. Vendas efetuadas em lojas próprias são reconhecidas no momento da venda ao consumidor final. As receitas e os custos de vendas de mercadorias, realizadas através de agentes credenciados (“dealers”) são reconhecidas no resultado quando da ativação do aparelho, limitado a 90 dias da data da venda.

Programa de fidelização

A controlada Vivo S.A. mantém um programa de pontos por fidelidade dos clientes que lhes permitem acumular pontos ao efetuar o pagamento das faturas referentes à utilização dos serviços oferecidos pela sua controlada. Os pontos acumulados podem ser trocados por aparelhos ou serviços, troca esta, condicionada à obtenção de um saldo mínimo de pontos por parte do cliente. A contraprestação recebida é alocada ao custo dos aparelhos ou serviços resgatados pelo seu valor justo. O valor justo dos pontos é determinado através da divisão do valor do desconto concedido pela quantidade de pontos necessários para efetuar o resgate em função do programa de pontos. A receita diferida do valor justo do saldo acumulado de pontos gerados é diferida e reconhecida como receita no momento do resgate dos pontos.

Taxa de adesão e campanhas promocionais

As taxas de habilitação pagas pelos clientes da Companhia para possibilitá-los a participar das campanhas promocionais são diferidas e lançadas no resultado ao longo do período de duração da referida campanha.

Acordos que combinam mais de um elemento

As ofertas de pacotes comerciais que combinam diferentes elementos são analisadas para determinar se é necessário separar os distintos elementos identificados, aplicando em cada caso o critério de reconhecimento de receitas

apropriado. A receita total gerada pela venda do pacote é distribuída entre seus elementos identificados em função dos respectivos valores justos.

A determinação dos valores justos de cada um dos elementos identificados implica a necessidade de realizar estimativas complexas devido à própria natureza do negócio.

A ocorrência de uma mudança nas estimativas dos valores justos relativos, poderia afetar a distribuição das receitas entre os componentes e, conseqüentemente as receitas de exercícios futuros.

- w. **Saldos e transações em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real. As transações em moeda estrangeira foram convertidas com base na taxa de câmbio da data da transação. Os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço. As variações cambiais decorrentes das operações em moeda estrangeira foram reconhecidas no resultado como receita ou despesa financeira.

Em 31 de dezembro de 2011 eram: US\$1,00 = R\$1,8758, JPY1,00 = R\$0,02431, €1,00 = R\$ 2,4270.

x. **Impostos, taxas e contribuições:**

A seguir, relacionamos as legendas relativas aos impostos, taxas e contribuições descritas nestas demonstrações contábeis:

- CIDE – Contribuição de intervenção no domínio econômico – Tributo Federal;
- COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Tributo Federal;
- CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Tributo Federal;
- FISTEL – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações;
- FUNTTEL – Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações;
- FUST – Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações;
- ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – Tributo Estadual;
- IOF – Imposto sobre Operações Financeiras – Tributo Federal;
- IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - Tributo Federal;
- IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte - Tributo Federal;
- ISS – Imposto sobre Serviço Prestado – Tributo Municipal;
- PIS – Programa de Integração Social – Tributo Federal;
- TFF – Taxa de Fiscalização e Funcionamento; e

- TFI – Taxa de Fiscalização e Instalação.

A despesa com imposto de renda e contribuição social inclui os efeitos de impostos correntes e diferidos.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

O valor contábil dos ativos e passivos referentes ao imposto corrente do último exercício e dos anos anteriores representa o montante que se estima recuperar ou pagar às autoridades tributárias. As taxas fiscais e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são as que estão vigorando na data do balanço. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

Impostos diferidos

O valor dos impostos diferidos é obtido a partir da análise do balanço considerando as diferenças temporárias, que são aquelas geradas por diferenças entre os valores fiscais de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Na data do balanço os ativos por impostos diferidos são registrados na medida em que for provável sua realização com base em lucros tributáveis futuros.

Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização. Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Impostos sobre vendas

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas à tributação pelo ICMS ou ISS às alíquotas vigentes em cada região e à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços de telecomunicações, às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente. As demais receitas auferidas pela Companhia, incluindo as receitas relacionadas à revenda de mercadorias, na modalidade não cumulativa, são tributadas às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e a COFINS, respectivamente, e pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada Estado.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

- y. **Taxa de renovação do contrato de concessão:** O valor a ser pago em cada ano ímpar durante a vigência do contrato de concessão equivale a 2% da receita líquida do ano anterior gerada pelos serviços do STFC previstos em contrato. A despesa correspondente é reconhecida proporcionalmente durante cada biênio (nota 22).
- z. **Estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Benefícios Pós-Emprego

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide nota 35.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando

técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

Provisões para demandas judiciais tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Ativo imobilizado e intangíveis, incluindo ágio

O tratamento contábil do investimento em ativo imobilizado e intangíveis inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e o valor justo na data de aquisição, em particular para os ativos adquiridos em combinações de negócios.

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e aos usos alternativos dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto tecnológico e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

Quando uma desvalorização é identificada no valor do ativo imobilizado, é registrado um ajuste do valor na demonstração do resultado do período. A determinação da necessidade de registrar uma perda por desvalorização implica na realização de estimativas que incluem, entre outras, a análise das causas da possível desvalorização, bem como o momento e o montante esperado da mesma. São também considerados fatores como a obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias que demonstram a necessidade de registrar uma possível desvalorização.

A Companhia analisa periodicamente o desempenho da unidade geradora de caixa definida a fim de identificar uma possível desvalorização nos ágios. A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa a que são atribuídos os ágios inclui também o uso de hipóteses e estimativas e requer um grau significativo de julgamento e critério.

- aa. Participações de acionistas não controladores:** As participações dos acionistas não controladores representam a parcela do lucro ou prejuízo e do patrimônio líquido das controladas que não é detida pela Companhia, sendo destacada no balanço patrimonial consolidado dentro do patrimônio líquido.
- bb. Receitas e despesas financeiras:** Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, operações com derivativos, empréstimos, financiamentos, debêntures, ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações

financeiras. São reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas pela Companhia e suas controladas.

cc. Demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado:

A demonstração dos fluxos de caixa reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto. Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;
- Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa;
- Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

A demonstração do valor adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada seguindo o CPC09 – demonstração do valor adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (*stakeholders*).

dd. Informações por segmentos: Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em relatórios consolidados; que a missão da Companhia é prover seus clientes de serviços de telecomunicações com qualidade; e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, conclui-se que a Companhia e controladas operam em um único segmento operacional de prestação de serviços de telecomunicações.

4. AQUISIÇÃO DA VIVO PARTICIPAÇÕES S.A. (VIVO PART.)

Exercício de 2011

Antecedente: Aquisição pela Telefónica S.A. das ações da Brasilcel N.V.

Conforme divulgado por meio dos fatos relevantes datados de 28 de julho de 2010 e 27 de setembro de 2010, a Telefónica S.A., sociedade com sede em Madri, Espanha (Telefónica) e a Portugal Telecom SG SGPS, S.A., sociedade com sede em Lisboa, Portugal (Portugal Telecom) assinaram, em 28 de julho de 2010, um acordo para a aquisição, pela Telefónica, de 50% das ações emitidas pela Brasilcel, N.V. (Brasilcel) de propriedade da Portugal Telecom, que resultou na aquisição indireta das ações da Vivo Part. A Brasilcel, sociedade com sede na Holanda, era detida, previamente à aquisição, na proporção de 50% pela Telefónica e 50% pela Portugal Telecom e, em 2002, foi utilizada como veículo para a formação da *joint venture* entre as suas acionistas com a finalidade de deter as ações e exercer conjuntamente o controle das *holdings* e companhias operadoras de telefonia celular que foram posteriormente incorporadas, respectivamente, na Vivo Part. (anteriormente denominada Telesp Celular Participações S.A.) e na Vivo S.A., subsidiária integral da Companhia.

Em 21 de dezembro de 2010, a Brasilcel foi incorporada pela Telefônica, a qual passou a participar de forma direta e indireta no capital social da Vivo Part. com aproximadamente 60% de participação.

Em decorrência da aquisição de controle na Vivo Part. e em observância aos termos previstos no artigo 254-A da Lei 6.404/76 e os procedimentos estabelecidos no artigo 29 da Instrução CVM 361, aplicáveis à OPA por alienação de controle, conforme definido no inciso III do artigo 2º da Instrução CVM 361, em 17 de fevereiro de 2011 a Telefônica, através de sua controlada SP Telecomunicações Participações Ltda. ("SP Telecom"), lançou uma oferta pública de aquisição de ações (OPA) pelas ações com direito a voto da Vivo Part. (ações ordinárias), pelo preço equivalente a oitenta por cento (80%) do valor pago pela Telefônica à Portugal Telecom, para cada ação ordinária com direito a voto da Vivo Part. (ON) de propriedade da Brasilcel.

Em 18 de março de 2011, data da realização do leilão da OPA, a SP Telecom adquiriu 10.634.722 ações ordinárias da Vivo Part., representando 2,65% de seu capital, passando o Grupo Telefônica a deter 62,1% da Vivo Part.

Aquisição da Vivo Part. pela Telefônica Brasil e reestruturação societária

Com o objetivo de unificar a base acionária das companhias, simplificar a estrutura organizacional do Grupo, racionalizar custos, auxiliar na integração dos negócios e, consequentemente, na geração de sinergias previstas na estratégia da Telefônica, em 27 de dezembro de 2010, os Conselhos de Administração da Vivo Part. e Telefônica Brasil, aprovaram uma proposta de reestruturação societária concernente à incorporação de ações da Vivo Part. pela Telefônica Brasil. Seguindo recomendações do Parecer de Orientação No. 35 da CVM foram constituídos os comitês especiais independentes para negociar a relação de substituição de ações e manifestarem-se a respeito das demais condições da Reestruturação Societária que fossem propostas para posteriormente submeter suas recomendações aos Conselhos de Administração das Companhias.

A proposta foi submetida à autorização da ANATEL e aprovada em reunião do Conselho Diretor da referida agência realizada em 24 de março de 2011.

Em 25 de março de 2011, os Conselhos de Administração da Vivo Part. e Telefônica Brasil aprovaram os termos e condições da Reestruturação Societária, que foram apreciados e aprovados por unanimidade pelas assembleias gerais de acionistas das Companhias em 27 de abril de 2011.

Como fase preparatória para a primeira etapa da reestruturação, as *Holdings* (TBS Celular Participações Ltda., Portelcom Participações S.A., PTelecom Brasil S.A.), controladas pela Telefônica S.A. e cujo objeto social era deter ações da Vivo Part., foram incorporadas pela Vivo Part.

A primeira etapa da operação consistiu na unificação da base acionária das operadoras fixa e móvel do Grupo Telefônica no Brasil, através da incorporação das ações da Vivo Part. pela Telefônica Brasil. A Telefônica Brasil incorporou ao seu patrimônio a totalidade de ações da Vivo Part., atribuindo diretamente aos titulares das ações da Vivo Part. incorporadas, as novas ações que lhe couberam na incorporadora Telefônica Brasil. A substituição de ações da Vivo Part. por ações da Telefônica Brasil foi realizada na relação de substituição de 1,55 ações da Telefônica Brasil para cada ação da Vivo Part., com base nas recomendações dos comitês especiais independentes.

Em decorrência da incorporação de ações da Vivo Part., o capital da Telefônica Brasil foi aumentado em R\$31.222.630, considerando o valor econômico das ações incorporadas, com base no Laudo de Valor Econômico da Vivo Part. elaborado pela Planconsult Planejamento e Consultoria Ltda. ("Planconsult"), em conformidade com o disposto no art.252 pa. 1, combinado com o art. 8º.

A estratégia da Telefônica nesta primeira etapa da reestruturação societária foi de maximizar o potencial de suas operações no Brasil. Com isso, a Telefônica Brasil tornou-se a controladora da Vivo Part. e, indiretamente, da Vivo S.A. Através da criação desta "estrutura guarda-chuva", os acionistas não controladores de ambas as empresas serão igualmente beneficiados pelos valores adicionados gerados na combinação do negócio de telecomunicações. Este é um movimento básico de negócios a fim de melhorar sua estratégia de saída a mercado mais convergente, incluindo ofertas combinadas de fixo e móvel, etc. Esta reorganização legal criou as condições para o início do processo de obtenção de sinergias operacionais e financeiras.

Também em decorrência dessa incorporação em 6 de julho de 2011, a Vivo Part. arquivou um comunicado junto à Securities Exchange Commission ("SEC") com o objetivo de cancelar o seu registro do programa de American Depositary Shares ("ADSs"), uma vez que todas as suas ADSs foram convertidas em ADSs da Telefônica Brasil, acrescidas de pagamento em moeda em substituição a frações das ADSs da Telefônica Brasil, que foi aprovado em 07 de julho de 2011.

A segunda e terceira etapas da reestruturação societária, anunciadas por meio de Fato Relevante em 15 de junho de 2011, visaram dar continuidade ao processo de simplificação da estrutura organizacional das Companhias, de forma a: (i) concentrar as autorizações para a prestação dos serviços de SMP (então detidas pela Vivo Part. e pela Vivo S.A.), e (ii) simplificar a estrutura societária, eliminando da cadeia societária a Vivo Part., que com a referida concentração das autorizações passou a ser uma *holding*.

Na segunda etapa realizada em 01 de outubro de 2011 os bens, direitos e obrigações da Vivo Part. relacionados com a operação de telefonia móvel no Estado de Minas Gerais foram conferidos à Vivo S.A., subsidiária integral da Vivo Part. Com isso, a Vivo S.A. passou a ser a única operadora de telefonia móvel do grupo.

Não havendo razão para a manutenção da Vivo Part. apenas como detentora da participação da Vivo S.A. e após aprovação pela ANATEL, em 16 de agosto de 2011, da terceira etapa da reestruturação societária, a Telefônica Brasil incorporou ao seu patrimônio a totalidade do patrimônio da Vivo Part., com a consequente extinção desta em 03 de outubro de 2011, simplificando e racionalizando ainda mais a estrutura de custos das companhias.

Contabilização da Aquisição da Vivo Part. pela Telefônica Brasil

Considerando que as combinações de negócios entre empresas sob controle comum ainda não foram abordadas especificamente pelas normas contábeis locais (CPCs) e internacionais (IFRSs), uma entidade é obrigada a aplicar a hierarquia prevista nos parágrafos 10-12 do Pronunciamento CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (equivalente ao IAS 8) para escolher a política contábil a ser adotada.

Portanto, na ausência de um CPC ou IFRS que trate de assuntos semelhantes ou relacionados, e na ausência de orientação da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Administração pode também considerar as mais recentes posições técnicas assumidas por outros órgãos normatizadores contábeis que usem uma estrutura conceitual semelhante à do CPC para desenvolver pronunciamentos de contabilidade, ou ainda, outra literatura contábil e práticas geralmente aceitas do setor, até o ponto em que estas não entrem em conflito com as fontes enunciadas no item 11 do CPC 23.

Uma entidade pode, portanto, escolher contabilizar as combinações entre as entidades sob controle comum, utilizando o método de aquisição (*Acquisition Method*) com base no CPC 15/IFRS 3(R), ou pela comunhão de interesses (*Pooling of Interests*), com a orientação fornecida por outros organismos normativos contábeis com uma estrutura conceitual similar aos CPCs ou IFRSs.

Uma vez que o método de aquisição resulta na reavaliação dos ativos líquidos de uma ou mais entidades envolvidas e/ou na geração de ágio, é necessário que haja substância econômica sob a perspectiva da entidade adquirente para que esse método possa ser aplicado, como é o caso da combinação em questão.

Portanto, deve ser feita uma análise bastante cuidadosa de todos os fatos e circunstâncias sob a perspectiva da entidade adquirente, antes da conclusão de que uma transação possui substância econômica. Se a transação não apresentasse substância econômica, o método da comunhão de interesses seria então o único método aplicável à transação.

A Administração entende que essa transação tem substância econômica, tendo considerado os seguintes fatores na avaliação e documentação:

a) Objetivos da transação: A aquisição do controle da Vivo Part. pela Telefônica teve como objetivo principal propiciar a integração dos negócios de telecomunicações fixo e móvel no Brasil, uma vez que o setor já está se movimentando nesse sentido. Dessa forma, a Telefônica tem que necessariamente integrar suas operações fixa e móvel no Brasil, de forma a poder operar de maneira eficiente e com possibilidade de concorrer com as outras companhias do setor de telecomunicações.

A incorporação de ações da Vivo Part. pela Telefônica Brasil representa um primeiro passo para essa integração dos negócios e de imediato gera ganhos pela racionalização de estruturas e sinergias decorrentes, bem como evita o risco de questionamento por parte de acionistas de ambas as empresas, principalmente neste primeiro momento, onde algumas atividades poderiam estar centralizadas em uma ou em outra empresa. Além disso, os acionistas de ambas as companhias serão beneficiados em função de maior liquidez de suas ações no mercado de valores mobiliários.

b) Envolvimento de terceiros na transação, tais como acionistas não controladores: A Vivo Part. possuía uma massa expressiva de acionistas não controladores representando 40,4% de seu capital social, os quais votaram e aprovaram por unanimidade a operação de incorporação de ações na Telefônica Brasil, sendo registrada a abstenção de apenas um acionista que possuía 103 ações, participação inexpressiva perante o capital da controlada. A Telefônica Brasil, que possuía aproximadamente 12% de acionistas não controladores, teve a operação aprovada por unanimidade de votos dos acionistas presentes.

c) Se a transação foi conduzida ou não pelo valor justo: A relação de substituição de ações foi determinada com base nas recomendações dos comitês especiais

independentes, bem como nos respectivos valores econômicos, com base na metodologia de fluxo de caixa descontado, apurados pelos assessores financeiros do comitê da Vivo Part., Signatura Lazard Assessoria Financeira Ltda. (“Signatura Lazard”), e comitê da Telefônica Brasil, Banco Santander do Brasil S.A. (“Santander”).

De acordo com o item 4.2. do Protocolo de Incorporação os acionistas da Vivo Part. receberam, em substituição às ações por eles anteriormente detidas na Vivo Part., novas ações de emissão da Telefônica Brasil, da mesma espécie das que detinham no capital da Vivo Part., cuja relação de substituição das ações negociadas recomendada pelos comitês especiais independentes e aprovadas pelos Conselhos de Administração e assembleias gerais de acionistas, foi que para cada ação ordinária e preferencial da Vivo Part. foram emitidas 1,55 novas ações da mesma espécie pela Companhia. Dessa forma, a Companhia emitiu 619.364.658 ações (212.767.241 ações ordinárias e 406.597.417 ações preferenciais) como forma de pagamento pelos 100% da participação na Vivo Part. O valor justo das ações emitidas no montante total de R\$31.222.630 foi calculado com base no valor econômico da Vivo Participações S.A..

A Companhia adotou o valor justo com base em laudo de valor econômico pelo fato de se tratar de uma transação entre duas empresas sob controle comum, cujo valor por ação aproxima-se ao valor pago pela SP Telecomunicações Participações Ltda. na OPA do mês de março de 2011 que resultou na aquisição de 2,65% do capital da Vivo Part. em poder dos acionistas aos controladores.

Conforme mencionado anteriormente, esse valor reflete substancialmente o preço pago pela Telefônica na aquisição do controle da Vivo Part. junto à Portugal Telecom, sendo as diferenças apontadas, decorrentes principalmente do prêmio pago pela Telefônica na aquisição do controle e também da evolução natural dos negócios entre a data-base utilizada pela matriz (setembro de 2010) e a data-base utilizada pela Telefônica Brasil (março de 2011).

d) Atividades existentes nas empresas envolvidas na transação: A unificação da base acionária da Vivo (operadora móvel) e Telefônica Brasil (operadora fixa) é parte da estratégia de integrar ambas as atividades, sendo que a incorporadora (Telefônica Brasil) não operava no negócio móvel. As empresas de telecomunicações no Brasil estão trabalhando para ter esses negócios integrados, de forma a se manterem competitivas. Portanto, as atividades da Vivo Part. e Telefônica Brasil são complementares no atual ambiente de negócios de telecomunicações e precisam ser geridas em conjunto para o seu desenvolvimento.

e) Se a transação conduz as entidades juntamente para uma “entidade de reporte” que não existia anteriormente: A estratégia do Grupo é de integrar seus negócios fixos e móveis em uma “entidade de reporte” que não existia anteriormente, tendo como objetivo desta nova entidade o compartilhamento dos ganhos de sinergia no setor de telecomunicações no Brasil entre os acionistas.

f) A transação alterou o controle da Vivo Part.: Em consequência do processo de troca de ações e com o objetivo de ter apenas uma entidade de reporte, a Vivo Part. tornou-se uma subsidiária integral da Telefônica Brasil e tendo sido incorporada na etapa final da reestruturação societária.

Diante do exposto, conclui-se que a incorporação de ações da Vivo Part. pela Telefônica Brasil apresenta substância econômica e, em função disso, a contabilização indicada é pelo método de aquisição previsto no CPC 15/IFRS 3(R).

Conforme disposto a seguir, a Administração da Telefônica Brasil também avaliou a operação para determinar com propriedade o adquirente. Isto porque se em uma combinação de negócios, ao aplicar o CPC 36/IAS 27 não for possível indicar claramente qual das entidades combinadas é o adquirente, a orientação adicional no CPC 15/IFRS 3(R) inclui vários outros fatores que devem ser considerados quando da determinação de qual entidade é a adquirente.

Em uma combinação de negócios efetivada principalmente pela troca de participação acionária, usualmente o adquirente é a entidade que emite suas ações para trocar com a participação da adquirida que, no caso, foi a Telefônica Brasil. Entretanto, em algumas combinações de negócios, chamada de aquisições reversa, a entidade que emite as ações pode ser considerada como a entidade adquirida.

Para identificação da adquirente em uma combinação de negócios realizada mediante a troca de ações, o CPC 15/IFRS 3(R), parágrafos B13 a B18, requer que outros fatores pertinentes sejam considerados, incluindo o seguinte:

a) Em combinação de negócios efetivada fundamentalmente pela troca de participações de capital, o adquirente normalmente é a entidade que emite instrumentos de participação societária: A Telefônica Brasil foi a emissora das ações dadas em troca das ações representativas do capital social da Vivo Part., tornando-a uma subsidiária integral, sendo que na etapa final da reestruturação societária foi prevista a sua incorporação societária, deixando a controladora de existir. A Telefônica Brasil emitiu ações de sua propriedade em troca das participações da Vivo Part., aumentando seu capital social em R\$31.222.630.

b) Composição da alta administração (diretoria ou equivalente) da entidade combinada. O adquirente é normalmente a companhia cuja administração anterior domina a gerência da entidade combinada: O CEO (Presidente) e o CFO (Diretor Executivo Financeiro) da Telefônica Brasil, além de outras funções chave, permaneceram nestas posições após a incorporação de ações, tendo sido extintos os postos equivalentes da Vivo Part.

c) A composição do Conselho de Administração (ou órgão equivalente) da entidade combinada. Usualmente a adquirente é aquela cujos acionistas tem a condição de eleger, apontar ou remover a maioria dos membros do Conselho de Administração da entidade combinada: O Conselho de Administração da Telefônica Brasil permanece e o Conselho de Administração da Vivo Part. deixou de existir após sua incorporação societária pela Telefônica Brasil.

d) Adicionalmente, a orientação para identificar o adquirente também considera que o adquirente é normalmente a entidade cujo tamanho relativo (medido em, por exemplo, ativos, receitas e lucro) é significativamente maior do que a entidade sendo adquirida: Ambas as empresas tem um tamanho semelhante, o que, entretanto, não deve ser o fator determinante a ser considerado para a identificação do adquirente. O fator mais importante a ser levado em consideração na verdade é a essência dessa aquisição, ou seja, o controle da Vivo Part. foi adquirido da Portugal Telecom pela Telefônica na Espanha. Como resultado dessa aquisição, foi realizada a relação de troca de ações mediante esse processo de reestruturação, para que Telefônica Brasil e Vivo Part. pudessem ter seus negócios operando de forma integrada, gerando as sinergias esperadas pela administração e pelo mercado. Portanto, independentemente do tamanho das companhias é importante considerar que a essência da operação é a aquisição da Vivo Part. por parte da Telefônica Brasil para poder operacionalizar tais sinergias.

Com base no descrito anteriormente, a administração concluiu que a Telefônica Brasil é a adquirente nesta transação.

Os valores justos dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos da Vivo Part. foram mensurados e reconhecidos na data de aquisição.

Esses valores foram determinados mediante diversos métodos de avaliação dependendo do tipo de ativo e/ou passivo em questão, bem como da melhor informação disponível. Além das diferentes considerações realizadas na determinação desses valores justos, contou-se com a assessoria de especialistas.

Os métodos e hipóteses utilizados para a determinação desses valores justos foram os seguintes:

Licenças

O valor justo foi determinado através do método MEEM (*"Multi-period Excess Earnings Method"*) que é baseado em um cálculo de desconto de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis às licenças, líquidos das eliminações dos encargos relacionados aos ativos contributivos implicados na geração desses fluxos e excluindo os fluxos atribuíveis à carteira de clientes.

Esse método se baseia na premissa de que os ativos intangíveis raramente geram lucros por si só. Assim, os fluxos de caixa atribuíveis às licenças são aqueles que sobram depois do retorno de todos os ativos contributivos necessários para gerar os fluxos de caixa estimados. O valor justo alocado às licenças na data de aquisição foi de R\$12.876.000, o qual está sendo amortizado contabilmente pelo prazo de 27,75 anos.

Carteira de clientes

A carteira de clientes também foi avaliada pelo método MEEM (*"Multi-period Excess Earnings Method"*), que é baseado em um cálculo de desconto de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis à base de clientes, líquidas das eliminações das obrigações de contribuições implicados em sua geração. Para estimar a vida útil remanescente da base de clientes, foi feita uma análise da duração média das relações com os clientes utilizando-se de um método de taxa de retirada.

O objetivo dessa análise de vidas é estimar uma curva de subsistência que preveja os perfis de rotatividade futuros associados à atual base de clientes. Como aproximação da curva de subsistência dos clientes, foram consideradas as denominadas "curvas de Iowa". O valor justo alocado à carteira de clientes na data de aquisição foi de R\$2.042.000, o qual está sendo amortizado contabilmente pelo prazo médio de 8,5 anos.

Marca

O valor justo da marca "Vivo" foi calculado com o método de *"relief-from-royalty"*. De acordo com este método, o valor do ativo é determinado capitalizando-se os royalties que são economizados pelo fato de ter a propriedade intelectual. Em outras palavras, o dono da marca obtém um lucro por possuir o ativo intangível em vez de ter de pagar royalties por sua utilização. A economia de royalties foi determinada aplicando-se uma taxa de royalties de mercado (expressa como uma porcentagem sobre receitas) às receitas futuras que se espera obter com a venda do produto ou serviço associado ao ativo intangível. Uma taxa de royalties de mercado é a taxa normalmente expressa como uma porcentagem das receitas líquidas, que um proprietário interessado cobraria de um usuário interessado na utilização de um ativo de sua propriedade em uma transação livre, estando ambas as partes devidamente informadas. O valor justo

alocado à marca na data de aquisição foi de R\$1.642.000, o qual está sendo amortizado contabilmente pelo prazo de 19,5 anos.

A seguir são apresentados o valor justo, o ágio e o custo da participação preliminar na data de aquisição dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos da Vivo Part. na data de aquisição:

Em R\$ mil (Informações preliminares)	Vivo Participações S.A.
	Valor justo
Ativo circulante	7.244.124
Ativo não circulante	28.134.683
Ativo fiscal diferido líquido ⁽²⁾	417.883
Outros ativos não circulantes	2.385.177
Imobilizado	6.198.358
Ativo Intangível ⁽¹⁾	19.133.265
Passivo circulante	(7.964.209)
Passivo não circulante	(5.352.456)
Outros passivos não circulantes ⁽³⁾	(5.352.456)
Valor dos ativos líquidos	22.062.142
Custo da participação	31.222.630
Ágio na operação	9.160.488

(1) Inclui a alocação do valor justo atribuído a licenças (R\$12.876.000), à marca (R\$1.642.000) e a carteira de clientes (R\$2.042.000). A Companhia não considera dedutível para fins fiscais a marca e a carteira de clientes.

(2) Inclui o reconhecimento do imposto de renda diferido sobre (1) e (3).

(3) Inclui a alocação do valor justo atribuído ao passivo contingente de R\$283.000.

Na data de conclusão da elaboração destas demonstrações contábeis consolidadas a Companhia encontrava-se em fase de conclusão da determinação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos da Vivo Part. e, portanto, novas informações obtidas sobre fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição podem resultar em alguns ajustes nas alocações preliminares de ativos intangíveis e ágio. Estima-se que esta análise será concluída dentro de um período máximo de doze meses da data de aquisição.

O valor justo do contas a receber de mercadorias vendidas e serviços prestados é no montante total de R\$2.809.561. O montante bruto é de R\$3.027.732. Sobre o montante bruto do contas a receber de mercadorias vendidas e serviços prestados foi constituído a provisão de R\$218.171 para crédito de liquidação duvidosa, o qual se espera o recebimento do montante líquido desta provisão.

De acordo com o IFRS 3(R) *Combinação de Negócios*, o adquirente deve reconhecer, na data de aquisição, passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios mesmo se não for provável que sejam requeridas saídas de recursos para liquidar a obrigação, desde que seja uma obrigação presente que surge de eventos passados e seu valor justo possa ser mensurado com confiabilidade. Atendendo-se os requerimentos anteriores foi reconhecido nesta aquisição passivos contingentes a valor justo de R\$283.000, os quais foram determinados com base na saída de caixa estimada para sua liquidação na data de aquisição (vide nota 20).

Análise do fluxo de caixa na aquisição:	R\$ mil
Custos de transação na aquisição (incluído em caixa gerado nas operações)	(9.066)
Caixa e equivalentes a caixa na companhia adquirida (incluído em caixa nas atividades de investimento)	1.982.898
Saída líquida de caixa e equivalentes a caixa na aquisição	1.973.832

Os custos da transação incorridos até a presente data no valor de R\$9.066 foram lançados no resultado, em outras despesas operacionais.

Desde a data de aquisição até a conclusão destas demonstrações contábeis (31 de dezembro de 2011), a Vivo Part. até setembro de 2011 e Vivo S.A. tem contribuído com R\$16.125.386 de receita operacional líquida combinada e R\$2.615.068 de lucro líquido combinado para a Companhia.

A seguir é apresentada, apenas com propósitos ilustrativos, uma demonstração de resultado combinado não auditado, da Companhia e da adquirida, Vivo Part., caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2011, sem contemplar os efeitos contábeis da alocação do preço de compra (PPA) retroativo a esta data. Esta demonstração não pretende representar os resultados reais das operações da Companhia caso a reestruturação tivesse ocorrido na data especificada, nem deve ser utilizada para projetar resultados das operações da Companhia de qualquer data ou período futuro.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (não auditado)

	Telefônica Brasil Consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011	Vivo Consolidado para o período de três meses findo em 31 de março de 2011	Eliminação (b)	Telefônica Brasil Combinado
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	29.128.740	4.812.330	(802.456)	33.138.614
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas (a)	(14.380.171)	(2.217.733)	773.395	(15.824.509)
LUCRO BRUTO	14.748.569	2.594.597	(29.061)	17.314.105
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(8.951.203)	(1.489.121)	29.061	(10.411.263)
Comercialização dos serviços (a)	(7.010.125)	(1.180.178)	36.545	(8.153.758)
Despesas gerais e administrativas (a)	(2.383.236)	(310.416)	-	(2.693.652)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	442.158	1.473	(7.484)	436.147
LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	5.797.366	1.105.476	-	6.902.842

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (não auditado)

	Telefônica Brasil Consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011	Vivo Consolidado para o período de três meses findo em 31 de março de 2011	Eliminação (b)	Telefônica Brasil Combinado
Resultado financeiro líquido	(139.692)	(39.794)	-	(179.486)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS	5.657.674	1.065.682	-	6.723.356
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(1.295.475)	(355.476)	-	(1.650.951)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO (c)	4.362.199	710.206	-	5.072.405
Lucro líquido atribuído aos acionistas da Sociedade controladora	4.355.318	-	-	5.065.524
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	6.881	-	-	6.881

(a) Inclui despesa de depreciação e amortização no montante total de R\$5.131.853.

(b) Inclui principalmente receitas e custos com interconexão.

(c) O lucro líquido combinado seria de R\$4.940.938 em 2011, caso tivessem sido incluídos os efeitos de amortização de intangíveis nos primeiros 3 meses de 2011 (R\$199.193), líquidos de impostos sobre a renda diferidos de R\$67.726.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Caixa e contas bancárias	17.969	4.257	77.404	8.930
Aplicações financeiras	808.933	1.084.832	2.862.938	1.547.785
Total	826.902	1.089.089	2.940.342	1.556.715

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem basicamente a CDBs, baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI com liquidez imediata, e são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha.

6. CONTAS A RECEBER DE SERVIÇOS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Valores faturados	1.823.017	1.601.572	3.461.465	1.854.151
Valores a receber de interconexão	941.614	164.979	1.855.801	188.609
Valores a faturar	129.741	1.196.912	930.178	1.336.441
Contas a receber bruto	2.894.372	2.963.463	6.247.444	3.379.201
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(607.736)	(607.450)	(1.056.729)	(765.633)
Total	2.286.636	2.356.013	5.190.715	2.613.568
A vencer	1.653.269	1.765.086	4.103.377	2.008.325
Vencidas – 01 a 30 dias	371.256	371.541	631.923	394.371
Vencidas – 31 a 60 dias	97.504	91.385	204.775	95.206
Vencidas – 61 a 90 dias	46.932	37.339	115.125	41.096
Vencidas – 91 a 120 dias	24.188	18.613	49.815	19.088
Vencidas – mais de 120 dias	93.487	72.049	85.700	55.482
Total	2.286.636	2.356.013	5.190.715	2.613.568
Circulante	2.286.636	2.356.013	5.105.860	2.546.225
Não circulante	-	-	84.855	67.343

Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PDD

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Saldo inicial	(607.450)	(671.460)	(765.633)	(833.639)
Provisão debitada à despesas de comercialização de serviços (Nota 26)	(300.905)	(327.302)	(506.581)	(386.340)
Combinação de negócios	-	-	(218.171)	-
Consolidação TVA	-	-	(3.659)	-
Baixas	300.619	391.312	437.315	454.346
Saldo final	(607.736)	(607.450)	(1.056.729)	(765.633)

A controlada A.Telecom possui o produto “Posto Informático” que consiste na locação de equipamentos de informática ao segmento de pequenas e médias empresas e o recebimento de parcelas fixas pelo prazo contratual. Considerando os termos contratuais, a Companhia classificou esse produto nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011 e de 2010 como “Arrendamento Mercantil Financeiro” (nota 3.g).

O saldo consolidado do contas a receber de 31 de dezembro de 2011 e de 2010 contempla os seguintes efeitos:

	2011	2010
Valor presente dos pagamentos mínimos a receber	261.933	112.352
Receita financeira não realizada	8.941	23.213
Investimento bruto no arrendamento mercantil a receber no final do exercício	270.874	135.565
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(69.375)	(18.102)
Total dos valores a receber líquidos	201.499	117.463
Circulante	177.078	45.009
Não circulante	84.855	67.343

Cronograma de vencimentos:

Ano	Investimento bruto	Valor presente
A vencer até um ano	177.078	177.078
A vencer até cinco anos	93.796	84.855
Total	<u>270.874</u>	<u>261.933</u>

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o exercício.

7. MATERIAIS DE ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Materiais para consumo	54.124	73.584	94.547	100.579
Materiais para revenda (*)	7.030	46.632	435.032	66.564
Outros estoques	6.333	7.806	6.468	10.052
Ajuste a valor de realização e provisão para obsolescência	(35.651)	(92.920)	(64.326)	(99.696)
Total circulante	<u>31.836</u>	<u>35.102</u>	<u>471.721</u>	<u>77.499</u>

(*) Contempla, entre outros, estoque de aparelhos celulares e equipamentos de informática.

A seguir, demonstramos a movimentação da provisão para obsolescência:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Saldo inicial	(92.920)	(70.237)	(99.696)	(75.928)
Adições	(10.191)	(24.484)	(37.462)	(31.568)
Baixas	67.460	1.801	95.149	7.800
Combinação de negócios	-	-	(18.852)	-
Consolidação TVA	-	-	(3.465)	-
Saldo final	<u>(35.651)</u>	<u>(92.920)</u>	<u>(64.326)</u>	<u>(99.696)</u>

A redução dos estoques de materiais para revenda, foi motivada pelos processos de alienação destes materiais por meio de leilões realizados e reaproveitamento/utilização na planta da empresa.

8. TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR

8.1 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Impostos e contribuições retidos na fonte	106.072	70.558	152.919	91.185
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	1.051.864	13.422	1.143.988	27.088
ICMS (*)	422.679	397.745	1.665.896	534.323
ICMS convênio 39/Portaria CAT 06	284.959	313.177	307.832	313.177
Pis e Cofins	43.898	4.789	210.950	17.726
Outros	9.141	1.720	28.440	2.535
Total	1.918.613	801.411	3.510.025	986.034
Circulante	1.130.761	480.691	2.495.066	659.357
Não circulante	787.852	320.720	1.014.959	326.677

(*) O saldo em 31 de dezembro de 2011 refere-se em grande parte a créditos gerados na compra de bens do ativo imobilizado, cuja compensação ocorre em 48 meses.

8.2 Tributos diferidos

A Companhia e suas controladas constituem imposto de renda e contribuição social diferidos ativos considerando a existência de lucro tributável nos cinco últimos exercícios sociais e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, os quais foram fundamentados em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração em 12 de dezembro de 2011.

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Ativo diferido				
IR sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa de controladas (a)	-	-	348.576	2.325
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias e cíveis	582.695	302.607	736.312	302.607
Planos de benefícios pós-emprego	98.833	74.460	98.833	74.460
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	97.466	100.194	178.433	100.194
Provisão Fust	89.294	73.251	151.985	73.251
Provisão para perda de modens e outros	8.745	18.713	8.745	18.713
Participação nos resultados	43.368	38.730	82.564	38.730
Depreciação acelerada	101.668	46.318	433.512	46.318
Provisão para ajuste de realização dos estoques	12.121	31.593	17.542	31.593
Provisão para programa de fidelização	-	-	23.399	-
Operações com derivativos	37.352	33.188	69.387	33.188
Crédito fiscal incorporado (b)	22.076	34.691	46.962	34.691
Provisões	129.087	129.798	354.916	129.798
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	99.143	128.144	308.462	128.144
	1.321.848	1.011.687	2.859.628	1.014.012
Passivo diferido				
Lei da Inovação tecnológica	(224.254)	(238.957)	(333.156)	(238.957)
Variação cambial	(14.742)	(25.811)	(14.742)	(25.811)
Crédito fiscal incorporado (b)	(207.668)	(136.015)	(207.668)	(136.015)
Carteira de clientes	(630.896)	-	(630.896)	-
Marcas e patentes	(536.808)	-	(536.808)	-
Licença	(79.976)	-	(79.976)	-
Efeitos dos ágios gerados nas incorporações da Telemig e da Telemig Participações pela TCO IP S.A.	(258.695)	-	(258.695)	-

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Ágios da Vivo Part.	(53.374)	-	(53.374)	-
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	(104.389)	(109.550)	(104.389)	(109.550)
	(2.110.802)	(510.333)	(2.219.704)	(510.333)
Total do ativo (passivo) líquido não circulante	(788.954)	501.354	639.924	503.679

- a) Prejuízo fiscal e base negativa: representa o montante registrado, pelas controladas, que conforme a legislação tributária brasileira poderá ser compensado no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios sem prazo de prescrição. As controladas Telefônica Data S.A. e Telefônica Sistema de Televisão S.A. não contabilizaram o potencial crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos que seriam gerados pela utilização de seus prejuízos fiscais e bases negativas no montante de R\$54.139 em 31 de dezembro de 2011, tendo em vista as incertezas, nesse momento, quanto à capacidade dessas controladas de gerar resultados tributáveis futuros suficientes que assegurem a realização desses tributos diferidos.

A seguir, demonstramos os montantes dos créditos fiscais pelas subsidiárias decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa reconhecidos e não reconhecidos. Em 31 de dezembro de 2011 não ocorreu nenhuma mudança significativa nos negócios da Companhia e suas controladas que indicassem a necessidade de provisão para perdas dos referidos créditos tributários.

	Consolidado		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Base do prejuízo fiscal e base negativa em 31/12/2011	1.195.277	1.154.399	2.349.677
Crédito fiscal (25% + 9%)	298.819	103.896	402.715
Crédito fiscal reconhecido	259.011	89.565	348.576
Crédito fiscal não reconhecido	39.808	14.331	54.139

	Consolidado		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Base do prejuízo fiscal e base negativa em 31/12/2010	130.435	130.435	260.870
Crédito fiscal (25% + 9%)	32.609	11.739	44.348
Crédito fiscal reconhecido	1.710	615	2.325
Crédito fiscal não reconhecido	30.899	11.124	42.023

- b) Crédito fiscal incorporado: representado pelos benefícios fiscais oriundos de reestruturações societárias de ágios por expectativa de rentabilidade futura, cujo aproveitamento fiscal obedece ao limite previsto na legislação tributária.

A movimentação do ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos são demonstrados a seguir:

Ativo Diferido	Controladora				
	Saldo em 31/12/2010	Adições	Baixas e realizações	Combinação de negócios	Saldo em 31/12/2011
Ativos diferidos	1.011.687	133.216	(74.609)	251.554	1.321.848
Total	1.011.687	133.216	(74.609)	251.554	1.321.848

Ativo Diferido	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2010	Adições	Baixas e realizações	Combinação de negócios	Saldo em 31/12/2011
Prejuízo fiscal	2.325	-	(393.067)	739.318	348.576
Ativos diferidos	1.011.687	252.826	(108.222)	1.354.761	2.511.052
Total	<u>1.014.012</u>	<u>252.826</u>	<u>(501.289)</u>	<u>2.094.079</u>	<u>2.859.628</u>

Ativo Diferido	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2009	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2010
Prejuízo fiscal	1.716	609	-	2.325
Outros ativos diferidos	926.990	111.175	(26.478)	1.011.687
Total	<u>928.706</u>	<u>111.784</u>	<u>(26.478)</u>	<u>1.014.012</u>

Passivo Diferido	Controladora					
	Saldo em 31/12/2010	Adições	Baixas e realizações	Combinação de negócios	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2011
Passivo diferido	510.333	246.024	(57.339)	1.433.126	(21.342)	2.110.802
Total	<u>510.333</u>	<u>246.024</u>	<u>(57.339)</u>	<u>1.433.126</u>	<u>(21.342)</u>	<u>2.110.802</u>

Passivo Diferido	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2010	Adições	Baixas e realizações	Combinação de negócios	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2011
Passivo diferido	510.333	274.332	(155.452)	1.611.833	(21.342)	2.219.704
Total	<u>510.333</u>	<u>274.332</u>	<u>(155.452)</u>	<u>1.611.833</u>	<u>(21.342)</u>	<u>2.219.704</u>

Passivo Diferido	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2009	Adições	Baixas	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2010
Passivo diferido	364.642	207.869	(3.669)	(58.509)	510.333
Total	<u>364.642</u>	<u>207.869</u>	<u>(3.669)</u>	<u>(58.509)</u>	<u>510.333</u>

A Companhia prevê a realização dos ativos (passivos) fiscais diferidos em 31 de dezembro de 2011, conforme demonstrado:

Ano	Controladora	Consolidado
2012	240.635	1.337.875
2013	93.927	93.927
2014	1.758	1.758
2015	(31.700)	(31.700)
2016	(35.603)	(35.603)
2017 em diante	<u>(1.057.971)</u>	<u>(726.333)</u>
Total	<u>(788.954)</u>	<u>639.924</u>

Os valores de recuperação acima estão baseados em projeções que podem sofrer alterações no futuro.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia e suas subsidiárias possuem depósitos e bloqueios judiciais vinculados a processos cíveis trabalhistas e tributários, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora				
	Natureza				Totais
	Trabalhista	Tributária	Cível	Bloqueio Judicial	
Saldos em não circulante em 31/12/2010	553.534	539.919	526.581	76.383	1.696.417
Ingressos	126.575	46.324	122.489	289.242	584.630
Baixas/reversões	(39.080)	(595)	(57.693)	(321.273)	(418.641)
Atualização monetária	38.620	60.821	36.235	-	135.676
Transferências	32.954	-	(30.029)	(2.925)	-
Incorporação da Vivo Part.	5.457	802.742	3.764	5.919	817.882
Saldos em não circulante em 31/12/2011	718.060	1.449.211	601.347	47.346	2.815.964

	Controladora				Totais
	Natureza				
	Trabalhista	Tributária	Cível	Bloqueio Judicial	
Saldos em não circulante em 31/12/2009	435.842	477.441	376.177	37.491	1.326.951
Ingressos	104.104	32.095	116.780	72.500	325.479
Baixas/reversões	(11.980)	-	(17.437)	-	(29.417)
Atualização monetária	14.316	30.415	28.673	-	73.404
Transferências	11.252	(32)	22.388	(33.608)	-
Saldos em não circulante em 31/12/2010	553.534	539.919	526.581	76.383	1.696.417

	Consolidado				
	Natureza				Totais
	Trabalhista	Tributária	Cível	Bloqueio Judicial	
Saldos em não circulante em 31/12/2010	555.322	546.387	528.887	80.087	1.710.683
Combinação de negócios	54.939	1.146.771	77.336	58.113	1.337.159
Consolidação TVA	2.488	24.128	6.542	1.743	34.901
Ingressos	139.123	72.745	141.146	314.373	667.387
Baixas/reversões	(42.796)	(5.605)	(76.361)	(340.605)	(465.367)
Atualização monetária	39.847	133.211	39.177	-	212.235
Transferências	40.782	1.166	(1.442)	(40.506)	-
Incorporação Ptelecom	-	19.667	-	-	19.667
Saldos em 31/12/2011	<u>789.705</u>	<u>1.938.470</u>	<u>715.285</u>	<u>73.205</u>	<u>3.516.665</u>
Circulante	18.501	15.207	61.687	21.026	116.421
Não Circulante	<u>771.204</u>	<u>1.923.263</u>	<u>653.598</u>	<u>52.179</u>	<u>3.400.244</u>

	Consolidado				
	Natureza				Totais
	Trabalhista	Tributária	Cível	Bloqueio Judicial	
Saldos em não circulante em 31/12/2009	436.153	481.664	377.301	40.222	1.335.340
Ingressos	104.480	33.840	117.414	75.441	331.175
Baixas/reversões	(11.980)	-	(17.839)	-	(29.819)
Atualização monetária	14.355	30.920	28.712	-	73.987
Transferências	12.314	(37)	23.299	(35.576)	-
Saldos em não circulante em 31/12/2010	<u>555.322</u>	<u>546.387</u>	<u>528.887</u>	<u>80.087</u>	<u>1.710.683</u>

Ver nota 20 - Provisões para maiores detalhes sobre os assuntos que originaram estes depósitos.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas subsidiárias mantinham diversos depósitos judiciais tributários, perfazendo o montante total de R\$1.938.470 (Controladora R\$1.449.211).

Segue uma breve descrição dos principais depósitos judiciais tributários consolidados:

- Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

A subsidiária Vivo está envolvida em discussões judiciais que envolvem (i) ação realizada com créditos decorrentes de pagamentos a maior, não reconhecidos pelo

fisco; (ii) débito fiscal em face do recolhimento a menor, em virtude de divergências nas declarações acessórias (Declaração de Créditos e Débitos Tributários Federais – DCTFs); e (iii) discussões referentes às alterações de alíquotas e aumento das bases de cálculo promovidas pela Lei nº 9.718/98.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$68.532. Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão informados na nota 20.

- Contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE)

A Companhia e suas subsidiárias têm questionamentos administrativos e judiciais, visando a afastar a incidência da CIDE sobre remessas de recursos efetuadas para o exterior, oriundas de contratos de transferência de tecnologia, licenciamento de marcas e *softwares* etc.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor depositado totalizava R\$123.228 (Controladora R\$4.852). Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão informados na nota 20.

- Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL)

Por ocasião das prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado (Operadoras Fixas) e das prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal (Operadoras Móveis), a ANATEL realiza a cobrança da Taxa de Fiscalização de Instalação – TFI sobre a prorrogação das licenças concedidas e sobre as estações rádio-base, estações móveis e radioenlaces.

Tal cobrança resulta do entendimento da ANATEL de que a prorrogação seria fato gerador da TFI. Por entender que esta cobrança é indevida, a Companhia e suas subsidiárias, separadamente, questionam, em âmbito administrativo e judicial, referida taxa.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor depositado totalizava R\$767.530 (Controladora R\$767.530). Há valores passivos no montante de R\$733.038 vinculados a estes depósitos judiciais informados na nota 20.

- Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)

A Companhia e suas subsidiárias ingressaram com mandado de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de não sofrer retenção de IRRF sobre: **(a)** remessas ao exterior a título de Tráfego Sainte (Operadoras Fixas); e **(b)** recebimento de juros sobre o capital próprio (Operadoras Móveis).

Em 31 de dezembro de 2011, o valor total depositado totalizava R\$53.760 (Controladora R\$46.051). Há valores passivos no montante de R\$24.753 vinculados a estes depósitos judiciais informados na nota 20.

Além dessas discussões específicas, a Controladora e suas subsidiárias estão envolvidas em outras discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: **(a)** IRRF incidente sobre rendimento com aluguéis e royalties, trabalho assalariado e aplicações financeiras de renda fixa; e **(b)** débitos referentes a compensações de pagamento a maior de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) não homologadas pela Receita Federal do

Brasil e débito de multa de mora exigida em decorrência de pagamento extemporâneo do IRRF efetuado espontaneamente.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$7.709. Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão informados na nota 20.

- Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ)

A Companhia e suas subsidiárias possuíam discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: **(a)** débitos referentes a compensações de pagamento a maior de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) não homologadas pela Receita Federal do Brasil; e **(b)** exigência de estimativas de IRPJ e ausência de recolhimento – débitos do sistema integrado de informações econômico-fiscais (SIEF).

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$23.866 (Controladora R\$22.617). Há valores passivos no montante de R\$1.249 vinculados a estes depósitos judiciais informados na nota 20.

- Contribuição à Empresa Brasil de Comunicação (EBC)

O Sindicato das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil) ingressou com mandado de segurança para discutir a Contribuição ao Fomento da Radiodifusão Pública à EBC (Empresa Brasil de Comunicação), criada pela Lei nº 11.652/08. A Controladora e suas subsidiárias, como associadas ao sindicato, efetuaram depósitos judiciais dos valores relativos à referida contribuição.

Em 31 de dezembro de 2011, referidos depósitos totalizavam R\$254.328 (Controladora R\$31.053). Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão informados na nota 20.

- Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho (SAT) e Verbas para Terceiros (INSS)

A Companhia ingressou com mandado de segurança com o objetivo de anular lançamento decorrente da cobrança de Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho (SAT) e verbas de terceiros sobre pagamentos de "Indenização Compensatória por Supressão de Benefícios" em razão da supressão, por Acordo Coletivo de Trabalho de 1996/1997 e 1998/1999.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$75.278.

- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)

A Companhia ingressou com mandado de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de não recolher os adicionais de 0,5% e 10% de FGTS – (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) instituídos pela Lei Complementar nº 110/2001 incidentes sobre os depósitos realizados pelos empregadores (a discussão não resulta em redução da parte dos depósitos no FGTS realizados pela empresa em nome dos empregados).

Em 31 de dezembro de 2011, o valor depositado totalizava R\$62.154. Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão informados na nota 20.

- Imposto sobre o Lucro Líquido (ILL)

A Companhia ingressou com mandado de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de compensação dos valores indevidamente recolhidos a título de Imposto sobre o Lucro Líquido - ILL, com parcelas vincendas de IRPJ.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor total depositado totalizava R\$46.770.

- Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST)

A Companhia e suas subsidiárias ingressaram com mandados de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de: (a) Fixas: não inclusão das despesas de interconexão (ITX) e EILD na base de cálculo do FUST e (b) Móveis: não inclusão das receitas de interconexão (ITX) e EILD na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do art. 6º da Lei n.º 9.998, de 17 de agosto de 2000.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor depositado totalizava R\$299.545 (Controladora R\$291.019). Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão informados na nota 20.

- Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF)

Em decorrência da incorporação da PTelecom Brasil S.A pela Vivo Participações S.A, incorporada posteriormente pela controladora, foi absorvido o saldo do depósito judicial, relativo ao mandado de segurança ingressado pela PTelecom Brasil S.A, visando afastar a exigência de CPMF sobre contratos simbólicos e simultâneos de câmbio, exigido pelo Banco Central para conversão de empréstimo externo em investimento.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor depositado atualizado totalizava R\$20.220. Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão informados na nota 20.

- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)

A Companhia e suas subsidiárias estão envolvidas em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: **(a)** ICMS declarado e não pago; **(b)** não incidência do ICMS sobre comunicação inadimplida; **(c)** exigência de multa por atraso no recolhimento do imposto, pago espontaneamente; **(d)** ICMS supostamente incidente sobre acesso, adesão, habilitação, disponibilidade e utilização de serviços, bem como aqueles relativos a serviços suplementares e facilidades adicionais; **(e)** direito ao crédito de aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e também de energia elétrica; e **(f)** cartões de ativação para o serviço pré-pago.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor total depositado totalizava R\$29.974 (Controladora R\$33). Há valores passivos no montante de R\$29.941 vinculados a estes depósitos judiciais informados na nota 20.

- Outros impostos, taxas e contribuições

A Companhia e suas subsidiárias possuíam discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: **(a)** imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) sobre serviços meios; **(b)** imposto predial territorial urbano (IPTU) não abarcado por isenção; **(c)** taxas municipais de fiscalização, funcionamento e publicidade; **(d)** diferencial de alíquota de SAT (1% para 3% - Seguro Acidente de Trabalho); **(e)** taxa de uso do solo; **(f)** contribuições previdenciárias referente a suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de várias notas fiscais, faturas e recibos de prestadoras de serviços contratados mediante cessão de mão de obra; **(g)** preço público relativo à administração dos recursos de numeração (PPNUM) pela ANATEL.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor depositado totalizava R\$105.576 (Controladora R\$81.634).

10. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Propaganda e publicidade	817	817	171.566	817
Alugueis	5.386	4.901	20.992	4.901
Seguros	6.452	8.563	10.289	8.714
Manutenção de software	13.161	14.328	14.503	14.889
Encargos financeiros	-	-	3.426	-
Outros ativos	11.889	12.014	34.280	12.051
Total circulante	37.705	40.623	255.056	41.372
Propaganda e publicidade	-	-	835	-
Alugueis	7.496	9.226	11.912	9.226
Seguros	860	4.511	1.695	4.511
Encargos financeiros	-	-	5.317	-
Outros ativos	9.934	10.910	12.379	10.910
Total não circulante	18.290	24.647	32.138	24.647

11. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Adiantamentos	47.889	51.972	62.123	53.704
Créditos com partes relacionadas (nota 32)	190.333	208.696	40.285	95.452
Subsídio na venda de aparelhos celulares	-	-	53.408	-
Crédito com fornecedores	7.050	59.769	184.748	59.769
Dividendos e juros sobre o capital próprio	172.679	2.201	-	-
Outros ativos	43.015	50.501	83.248	57.190
Total circulante	460.966	373.139	423.812	266.115
Créditos junto a Barramar S.A. (a)	-	-	52.248	56.700
Valores vinculados ao Tesouro Nacional	13.819	12.884	13.819	12.884
Superávit plano de pensão (nota 35)	29.621	26.561	31.210	27.171
Créditos com partes relacionadas (nota 32)	37.068	33.847	20.214	16.943
Outros ativos	28.713	36.406	30.802	40.110
Total não circulante	109.221	109.698	148.293	153.808

(a) Referem-se a créditos com a empresa Barramar S.A., registrados na Companhia AIX de Participações, líquidos da provisão para perdas.

12. INVESTIMENTOS

	2010	Adições	Incorp. TBS, Portelcom e Ptelecom	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos recebidos	Outros resultados abrangentes	Consolidação TVA	Incorporação Vivo Part.	2011
Participações em controladas (I)	1.266.272	9.129.193	47.724	2.562.983	(1.040.211)	564	-	(1.965.077)	10.001.448
Aliança Atlântica Holding B.V.	60.248	-	-	1.057	(12.835)	3.553	-	-	52.023
A. Telecom S.A.	612.934	-	-	110.037	-	(114)	-	-	722.857
Companhia AIX de Participações	68.900	-	-	3.251	(7.376)	-	-	-	64.775
Companhia ACT de Participações	6	-	-	(3)	-	-	-	-	3
Telefônica Data S.A.	206.424	114.000	-	(122.036)	-	167	-	-	198.555
Telefônica Sistemas de Televisão S.A.	259.770	-	-	(46.383)	-	-	-	-	213.387
Vivo Participações S.A.		9.011.273	47.724	1.533.157	-	-	-	(10.592.154)	-
Vivo S.A.		-	-	1.081.911	(1.020.000)	(3.042)	-	8.627.077	8.685.946
GTR Participações e Empreendimentos S.A. (b)	2.055	-	-	18	-	-	-	-	2.073
Lemontree Participações S.A. (b)	17.047	3.920	-	(1.286)	-	-	-	-	19.681
Comercial Cabo TV São Paulo S.A. (b)	32.392	-	-	3.125	-	-	-	-	35.517
TVA Sul Paraná S.A. (b)	6.496	-	-	135	-	-	-	-	6.631
Ágios(I)	1.064.643	11.468.537	-	-	-	-	-	(2.324.201)	10.208.979
Mais valia dos ativos líquidos adquiridos atribuída à controladora (c) (I)	-	10.742.820	-	(254.333)	-	-	-	(10.488.487)	-
Outras participações (*) (a) (I) (II)	39.658	-	-	-	-	(4.202)	-	-	35.456
Zon Multimídia – partic. direta	9.036	-	-	-	-	(2.299)	-	-	6.737
Outros investimentos	30.622	-	-	-	-	(1.903)	-	-	28.719
Total de investimentos controladora (I)	2.370.573	31.340.550	47.724	2.308.650	(1.040.211)	(3.638)	-	(14.777.765)	20.245.883
Outras participações(a) (II)	3.189	-	-	-	-	(810)	-	-	2.379
Zon Multimídia – partic. indireta	3.189	-	-	-	-	(810)	-	-	2.379
Total de investimentos consolidado(II)	100.837	-	-	-	-	(5.012)	(57.990)	-	37.835

(a) Os valores de outras participações estão avaliados pelo valor justo.

(b) Consolidadas a partir de 01 de janeiro de 2011 conforme comentado na nota 3.d.

(c) Compreende a alocação dos ativos identificáveis em R\$16.560.000, passivo contingente em R\$283.000, líquido dos impostos diferidos em R\$5.534.180, referente a aquisição da Vivo Part., os quais foram alocados na Controladora com a posterior incorporação da mencionada companhia em 03/10/2011 (ver nota 4).

	2009	Resultado de equivalência patrimonial	Aporte de capital	Dividendos recebidos	Outros resultados abrangentes	Baixa do valor residual	2010
Participações em controladas (I)	1.232.119	(191.936)	205.694	(15.747)	(21.848)	-	1.208.282
Aliança Atlântica Holding B.V.	66.461	13.100	-	(3.575)	(15.738)	-	60.248
A. Telecom S.A.	648.016	(34.409)	-	-	(673)	-	612.934
Companhia AIX de Participações	66.009	9.269	5.794	(12.172)	-	-	68.900
Companhia ACT de Participações	3	3	-	-	-	-	6
Telefonica Data S.A.	178.696	(129.635)	162.800	-	(5.437)	-	206.424
Telefonica Sistemas de Televisão S.A.	272.934	(50.264)	37.100	-	-	-	259.770
Ágios(I)	1.064.643	-	-	-	-	-	1.064.643
Participações em coligadas(I) (II)	55.101	2.889	3.557	(3.557)	-	-	57.990
GTR Participações e Empreendimentos S.A	2.121	(66)	60	(60)	-	-	2.055
Lemontree Participações S.A.	14.292	2.755	1.029	(1.029)	-	-	17.047
Comercial Cabo TV São Paulo S.A.	31.844	548	2.336	(2.336)	-	-	32.392
TVA Sul Paraná S.A.	6.844	(348)	132	(132)	-	-	6.496
Outras participações (*) (I) (II)	223.668	-	-	-	(108.648)	(75.362)	39.658
Portugal Telecom – partic. direta	170.777	-	-	-	(95.415)	(75.362)	-
Zon Multimédia – partic. direta	13.049	-	-	-	(4.013)	-	9.036
Outros investimentos	39.842	-	-	-	(9.220)	-	30.622
Total de investimentos controladora (I)	2.575.531	(189.047)	209.251	(19.304)	(130.496)	(75.362)	2.370.573
Outras participações(*) (II)	61.530	-	-	-	(15.705)	(42.636)	3.189
Portugal Telecom – partic. indireta	56.925	-	-	-	(14.289)	(42.636)	-
Zon Multimédia – partic. indireta	4.605	-	-	-	(1.416)	-	3.189
Total de investimentos consolidado(II)	340.299	2.889	3.557	(3.557)	(124.353)	(117.998)	100.837

(*) Os valores de outras participações estão avaliados pelo valor justo.

A Companhia vendeu a participação consolidada que possuía na empresa Portugal Telecom em 21 de junho de 2010, que gerou os seguintes efeitos:

	Controladora	Consolidado
Valor da venda	153.880	205.149
Custo de aquisição	(75.362)	(117.998)
Resultado líquido da venda	<u>78.518</u>	<u>87.151</u>

Controladas consolidadas proporcionalmente

O Grupo tem participação acionária de 50% nas empresas Aliança Atlântica Holding B.V., Companhia AIX de Participações e Companhia ACT de Participações, as quais

são consolidadas proporcionalmente. A natureza de cada operação está detalhada na nota (1.c).

A proporção correspondente a Telesp dos ativos, passivos, receitas e despesas das entidades consolidadas proporcionalmente em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e para os exercícios findos nessas datas, incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas estão abaixo:

	2011			2010		
	Cia ACT	Cia AIX	Aliança Atlântica	Cia ACT	Cia AIX	Aliança Atlântica
Ativo circulante	4	3.501	49.655	7	4.820	57.456
Ativo não circulante	-	65.461	2.378	-	72.146	3.189
Passivo circulante	1	2.338	9	1	5.727	397
Passivo não circulante	-	1.849	-	-	2.339	-
Patrimônio líquido	<u>3</u>	<u>64.775</u>	<u>52.024</u>	<u>6</u>	<u>68.900</u>	<u>60.248</u>
Receitas	25	27.491	1.139	27	31.254	13.200
Despesas	<u>(28)</u>	<u>(24.240)</u>	<u>(82)</u>	<u>(24)</u>	<u>(21.985)</u>	<u>(99)</u>
Lucro Líquido do exercício	<u>(3)</u>	<u>3.251</u>	<u>1.057</u>	<u>3</u>	<u>9.269</u>	<u>13.101</u>

13. IMOBILIZADO LÍQUIDO

	Taxa anual de depr. %	Controladora					Saldo em 31/12/2011
		Saldo em 31/12/2010	Adições	Baixas liquidas	Transf. liquidas (b)	Depreciação	
Equipamentos de comutação	10,00	1.231.455	53.956	(2.235)	198.390	(240.446)	1.241.120
Equipamentos e meios de transmissão	5,00 a 10,00	3.672.915	382.707	(19.391)	444.550	(416.865)	4.063.916
Equipamentos terminais/Modem	10,00 a 66,67	1.005.549	566.649	(4.217)	33.190	(637.342)	963.829
Infraestrutura	4,00 a 12,50	2.794.729	23.565	(20.641)	133.118	(284.306)	2.646.465
Outros	10,00 a 20,00	194.790	58.176	(2.186)	18.274	(61.060)	207.994
Provisões para perda (a)		(26.064)	-	8.597	-	-	(17.467)
Bens e instalações em andamento		702.585	738.425	(13.442)	(841.908)	-	585.660
Total		<u>9.575.959</u>	<u>1.823.478</u>	<u>(53.515)</u>	<u>(14.386)</u>	<u>(1.640.019)</u>	<u>9.691.517</u>

	Taxa anual de depr. %	Controladora					Saldo em 31/12/2010
		Saldo em 31/12/2009	Adições	Baixas	Transf. liquidas (b)	Depreciação	
Equipamentos de comutação	10,00	1.036.035	115.233	91	295.672	(215.576)	1.231.455
Equipamentos e meios de transmissão	5,00 a 10,00	3.314.783	339.370	(4.189)	391.203	(368.252)	3.672.915
Equipamentos terminais/Modem	10,00 a 66,67	968.498	466.104	(3.843)	928	(426.138)	1.005.549
Infraestrutura	4,00 a 12,50	2.961.235	64.042	(40.405)	92.716	(282.859)	2.794.729
Outros	10,00 a 20,00	198.538	58.839	(658)	5.649	(67.578)	194.790
Provisões para perda		-	(669)	-	(25.395)	-	(26.064)
Bens e instalações em andamento		502.520	972.440	(11.623)	(760.752)	-	702.585
Total		<u>8.981.609</u>	<u>2.015.359</u>	<u>(60.627)</u>	<u>21</u>	<u>(1.360.403)</u>	<u>9.575.959</u>

		Consolidado							
	Taxa anual de depr. %	Saldo em 31/12/2010	Adições	Baixas liquidas	Transf. liquidas (b)	Depreciação	Combinação de negócios	Consolidação TVA	Saldo em 31/12/2011
Equipamentos de comutação	10,00	1.234.081	60.166	(5.087)	390.972	(346.804)	617.757	-	1.951.08
Equipamentos e meios de transmissão	5,00 a 10,00	3.709.166	377.411	(49.123)	1.106.119	(847.229)	2.441.209	25.282	6.762.83
Equipamentos terminais/Modem	10,00 a 66,67	1.274.037	991.417	(4.819)	1.081	(1.002.764)	258.714	29.387	1.547.05
Infraestrutura	4,00 a 12,50	2.811.505	228.124	(61.059)	492.876	(703.375)	1.851.056	845	4.619.97
Materiais e equip. de televisão	8,00 a 20,00	187.343	125.865	-	(53.488)	(109.607)	-	29.056	179.16
Outros	10,00 a 20,00	218.469	160.948	(4.879)	48.747	(193.108)	556.973	1.232	788.38
Provisões para perda (a)		(41.373)	-	8.985	8.953	-	-	-	(23.43)
Bens e instalações em andamento		807.469	2.068.327	(12.609)	(2.009.147)	-	472.649	2.170	1.328.85
Total		<u>10.200.697</u>	<u>4.012.258</u>	<u>(128.591)</u>	<u>(13.887)</u>	<u>(3.202.887)</u>	<u>6.198.358</u>	<u>87.972</u>	<u>17.153.92</u>

	Consolidado						
	Taxa anual de depr. %	Saldo em 31/12/2009	Adições	Baixas	Transf. liquidas (b)	Depreciação	Saldo em 31/12/2010
Equipamentos de comutação	10,00	1.038.595	115.444	91	295.996	(216.045)	1.234.081
Equipamentos e meios de transmissão	5,00 a 10,00	3.354.458	339.740	(4.188)	391.947	(372.791)	3.709.166
Equipamentos terminais/Modem	10,00 a 66,67	1.183.554	575.672	(4.121)	79.378	(560.446)	1.274.037
Infraestrutura	4,00 a 12,50	2.990.801	71.235	(40.405)	96.139	(306.265)	2.811.505
Materiais e equip. de televisão	8,00 a 20,00	327.898	17.066	(261)	(82.586)	(74.774)	187.343
Outros	10,00 a 20,00	225.996	64.325	(1.299)	5.729	(76.282)	218.469
Provisões para perda (a)		(15.985)	7	-	(25.395)	-	(41.373)
Bens e instalações em andamento		566.820	1.013.334	(12.170)	(760.515)	-	807.469
Total		9.672.137	2.196.823	(62.353)	693	(1.606.603)	10.200.697

(a) A Companhia e suas subsidiárias reconheceram provisão para possível obsolescência de materiais utilizados para manutenção do imobilizado fundamentada nos patamares de uso histórico e expectativa de utilização futura.

(b) Vide transferências realizadas no ativo intangível.

Abaixo seguem os valores de custo e depreciação em 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

2011	Controladora			Consolidado		
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos de comutação	11.445.943	(10.204.823)	1.241.120	15.084.380	(13.133.295)	1.951.085
Equipamentos e meios de transmissão	19.802.238	(15.738.322)	4.063.916	30.051.932	(23.289.097)	6.762.835
Equipamentos terminais/Modem	4.634.852	(3.671.023)	963.829	8.830.900	(7.283.847)	1.547.053
Infraestrutura	8.483.629	(5.837.164)	2.646.465	13.124.946	(8.504.974)	4.619.972
Materiais e equipamentos de televisão	-	-	-	907.865	(728.696)	179.169
Outros	1.384.460	(1.176.466)	207.994	3.546.825	(2.758.443)	788.382
Provisões para perda	(17.467)	-	(17.467)	(23.435)	-	(23.435)
Bens e instalações em andamento	585.660	-	585.660	1.328.859	-	1.328.859
Total	<u>46.319.315</u>	<u>(36.627.798)</u>	<u>9.691.517</u>	<u>72.852.272</u>	<u>(55.698.352)</u>	<u>17.153.920</u>

2010	Controladora			Consolidado		
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos de comutação	11.785.535	(10.554.080)	1.231.455	11.795.681	(10.561.600)	1.234.081
Equipamentos e meios de transmissão	19.068.117	(15.395.202)	3.672.915	19.122.768	(15.413.602)	3.709.166
Equipamentos terminais/Modem	4.182.292	(3.176.743)	1.005.549	4.777.349	(3.503.312)	1.274.037
Infraestrutura	8.368.613	(5.573.884)	2.794.729	8.477.774	(5.666.269)	2.811.505
Materiais e equipamentos de televisão	-	-	-	614.921	(427.578)	187.343
Outros	1.328.946	(1.134.156)	194.790	1.429.962	(1.211.493)	218.469
Provisões para perda	(26.064)	-	(26.064)	(41.373)	-	(41.373)
Bens e instalações em andamento	702.585	-	702.585	807.469	-	807.469
Total	<u>45.410.024</u>	<u>(35.834.065)</u>	<u>9.575.959</u>	<u>46.984.551</u>	<u>(36.783.854)</u>	<u>10.200.697</u>

14. INTANGÍVEL LÍQUIDO

	Consolidado	
	2011	2010
Ágios	10.225.280	1.064.792
Outros intangíveis	19.828.404	665.682
Total	<u>30.053.684</u>	<u>1.730.474</u>

A seguir apresentamos a abertura dos ágios nas referidas datas:

Ágios	Consolidado		
	2010	Combinação de negócios	2011
Ajato Telecomunicações Ltda.	149	-	149
Ágio Spanish e Figueira (incorporado da TDBH)			
(a)	212.058	-	212.058
Santo Genovese Participações Ltda. (b)	71.892	-	71.892
Telefônica Televisão Participações S.A. (c)	780.693	-	780.693
Vivo Participações S. A. (d)	-	7.169.577	7.169.577
Telemig Celular S. A.	-	133.896	133.896
Telemig Celular Participações S. A.	-	1.485.172	1.485.172
Global Telecom S. A.	-	204.762	204.762
Tele Centro Oeste Celular Participações S. A.	-	150.930	150.930
Ceterp Celular S. A.	-	16.151	16.151
Total	<u>1.064.792</u>	<u>9.160.488</u>	<u>10.225.280</u>

(a) Ágio oriundo da cisão parcial da empresa Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006.

(b) Ágio gerado na aquisição do controle da Santo Genovese Participações Ltda. (controladora da Atrium Telecomunicações Ltda.), ocorrida em 2004.

(c) Ágio gerado na aquisição da TTP (anteriormente Navytree) incorporada em 2008 e está fundamentado em estudo de rentabilidade futura.

(d) Ágio gerado na aquisição da Vivo Part. em abril de 2011.

	Controladora							
	Taxa anual amort.%	Saldo em 31/12/2010	Adições	Baixas liquidadas	Transfe- rências liq.	Amortização	Combinação de negócios	Saldo em 31/12/2011
Softwares	20,00	607.788	229.921	-	14.386	(260.370)	-	591.725
Carteira de clientes	10,00	14.512	-	-	-	(69.398)	1.917.717	1.862.831
Marcas e patentes	5,00	-	-	-	-	(21.051)	1.599.897	1.578.846
Licença	3,60 a 20,00	-	-	-	-	(116.000)	12.644.000	12.528.000
Outros	10,00 a 20,00	4.489	2.944	-	-	(3.437)	-	3.996
Total		626.789	232.865	-	14.386	(470.256)	16.161.614	16.565.398

Controladora							
	Taxa anual amort.%	Saldo em 31/12/2009	Adições	Baixas	Transferên- cias	Depreciação	Saldo em 31/12/2010
Softwares	20,00	653.005	227.138	-	(21)	(272.334)	607.788
Carteira de clientes (Rede IP)	10,00	21.768	-	-	-	(7.256)	14.512
Outros	10,00 a 20,00	18.267	-	-	-	(13.778)	4.489
Total		<u>693.040</u>	<u>227.138</u>	<u>-</u>	<u>(21)</u>	<u>(293.368)</u>	<u>626.789</u>

	Consolidado								
	Taxa anual amort.%	Saldo em 31/12/2010	Adições	Baixas liquidas	Transferências liq.	Amortização	Combinação de negócios	Consolidação TVA	Saldo em 31/12/2011
Softwares	20,00 a 33,33	638.975	380.942	(64)	161.984	(632.725)	1.312.044	-	1.861.156
Carteira de clientes	9,00 a 15,00	14.512	-	-	-	(193.681)	2.042.000	-	1.862.831
Marcas e Patentes	5,00	-	-	-	-	(63.154)	1.642.000	-	1.578.846
Licença	3,60 a 20,00	-	811.754	-	-	(483.743)	14.031.970	-	14.359.981
Fundo de comércio	Conforme prazos contratuais	-	2.976	-	-	(1.962)	6.670	-	7.684
Outros	10,00 a 20,00	12.195	10.436	(314)	(1.263)	(7.842)	1.487	9.768	24.467
Softwares em andamento		-	183.179	-	(146.834)	-	97.094	-	133.439
Total		665.682	1.389.287	(378)	13.887	(1.383.107)	19.133.265	9.768	19.828.404

Consolidado							
	Taxa anual amort.%	Saldo em 31/12/2009	Adições	Baixas	Transferên- cias	Depreciação	Saldo em 31/12/2010
Softwares	20,00	682.776	239.986	-	(159)	(283.628)	638.975
Carteira de clientes (Rede IP)	10,00	21.768	-	-	-	(7.256)	14.512
Outros	10,00 a 20,00	24.132	4.604	-	(534)	(16.007)	12.195
Total		<u>728.676</u>	<u>244.590</u>	<u>-</u>	<u>(693)</u>	<u>(306.891)</u>	<u>665.682</u>

2011	Controladora			Consolidado		
	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido
Softwares	3.003.719	(2.411.994)	591.725	8.744.914	(6.883.758)	1.861.156
Carteira de clientes	1.990.278	(127.447)	1.862.831	2.114.561	(251.730)	1.862.831
Marcas e Patentes	1.601.408	(22.562)	1.578.846	1.643.511	(64.665)	1.578.846
Licença	12.644.000	(116.000)	12.528.000	15.937.373	(1.577.392)	14.359.981
Fundo de comércio	-	-	-	38.800	(31.116)	7.684
Outros	187.711	(183.715)	3.996	683.021	(658.554)	24.467
Software em Andamento	-	-	-	133.439	-	133.439
Total	<u>19.427.116</u>	<u>(2.861.718)</u>	<u>16.565.398</u>	<u>29.295.619</u>	<u>(9.467.215)</u>	<u>19.828.404</u>

2010	Controladora			Consolidado		
	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido
Softwares	2.760.912	(2.153.124)	607.788	2.953.275	(2.314.300)	638.975
Carteira de clientes (Rede IP)	72.561	(58.049)	14.512	72.561	(58.049)	14.512
Outros	186.278	(181.789)	4.489	201.621	(189.426)	12.195
Total	<u>3.019.751</u>	<u>(2.392.962)</u>	<u>626.789</u>	<u>3.227.457</u>	<u>(2.561.775)</u>	<u>665.682</u>

15. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Salários e honorários	36.817	24.082	40.651	25.583
Encargos e benefícios sociais	95.222	97.752	223.359	101.021
Participação de empregados nos resultados	112.392	103.243	214.983	105.841
Outros	7	74.800	16.631	74.800
Total	<u>244.438</u>	<u>299.877</u>	<u>495.624</u>	<u>307.245</u>

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Fornecedores diversos	1.931.462	1.984.129	5.384.243	2.270.444
Valores a repassar	61.694	73.720	146.437	51.485
Interconexão / Interligação	403.831	510.228	521.901	510.228
Assistência técnica	-	-	29.030	-
Total	<u>2.396.987</u>	<u>2.568.077</u>	<u>6.081.611</u>	<u>2.832.157</u>

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Tributos sobre a renda				
Imposto de renda e contribuição social a pagar (a)	-	-	129.610	1.329
Tributos indiretos	<u>732.577</u>	<u>746.929</u>	<u>2.021.739</u>	<u>792.371</u>
ICMS (b)	588.631	613.244	1.610.598	635.358
PIS e COFINS (c)	118.295	99.201	319.981	120.430
Fust e Funttel (d)	18.050	19.877	39.879	20.661
CIDE	2.949	7.003	3.359	7.301
Outros	4.652	7.604	47.922	8.621
Total	<u><u>732.577</u></u>	<u><u>746.929</u></u>	<u><u>2.151.349</u></u>	<u><u>793.700</u></u>
Circulante	700.187	720.143	1.691.991	754.993
Não circulante	<u>32.390</u>	<u>26.786</u>	<u>459.358</u>	<u>38.707</u>

(a) Os valores de Imposto de renda e contribuição social a pagar estão apresentados líquidos dos recolhimentos por estimativa.

(b) A parcela do não circulante, inclui o valor de R\$380.271 em 31 de dezembro de 2011 referentes ao ICMS - Programa Paraná Mais Emprego, decorrente do convênio com o Governo do Estado do Paraná, e relativo à postergação do pagamento de ICMS. Este Convênio estabelece que o vencimento do ICMS ocorra sempre no 49º mês subsequente àquele em que o ICMS for apurado. Esse valor é atualizado pela variação do Fator de Correção Anual (FCA).

(c) Inclui os valores em que a Companhia foi autuada por ter efetuado compensação da COFINS, nos meses de janeiro e fevereiro de 2000, com créditos decorrentes do excedente a 1/3 da própria COFINS recolhida no ano de 1999, após compensação com a CSLL. A discussão encontra-se aguardando julgamento de recurso especial na esfera administrativa. A Administração manteve contabilizado o montante de R\$47.541 em 31 de dezembro de 2011, tendo efetuado depósito judicial no mesmo valor. Em razão do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS (Lei nº 11.941/09), a Companhia requereu a desistência dos processos e conversão em renda dos valores devidos com o consequente levantamento do valor excedente.

(d) Os valores de Fust e Funttel relativos a processo junto a ANATEL foram reclassificados para a nota de provisões (20.2).

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

18.1 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Taxa de juros anual	Controladora		
			Vencimento	2011 (*)	2010 (*)
Financiamento - BNDES	URTJLP	TJLP+3,73%	Até 2015	1.327.147	1.715.580
Financiamento - BNDES	URTJLP	TJLP+1,73%	Até 2015	71.821	92.842
Financiamento - BNDES	BRL	5,50%	Até 2021	1.912	-
Empréstimo – Mediocrédito	US\$	1,75%	Até 2014	14.027	17.304
Empréstimo – Capital Giro	BRL	108,90% CDI	Até 2012	91.570	-
Empréstimo – Resolução 4131	US\$	4,10%	Até 2013	282.205	-
Total controladora				<u><u>1.788.682</u></u>	<u><u>1.825.726</u></u>

Controladora				
	Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento	
			2011 (*)	2010 (*)
Circulante			510.899	420.412
Não circulante			1.277.783	1.405.314

(*) Valores apresentados ao valor justo, quando aplicável.

Consolidado					
	Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento	2011 (*)	2010 (*)
Financiamento – BNDES (a)	URTJLP	TJLP+3,73%	Até 2015	1.327.147	1.715.580
Financiamento – BNDES (a)	URTJLP	TJLP+1,73%	Até 2015	71.821	92.842
Financiamento – BNDES	BRL	5,50%	Até 2021	1.912	-
Empréstimo – Mediocrédito	US\$	1,75%	Até 2014	14.027	17.304
Empréstimo – Capital Giro	BRL	108,90% CDI	Até 2012	91.570	-
Empréstimo – Resolução 4131	US\$	4,10%	Até 2013	282.205	-
Financiamento – BNDES (b)	URTJLP	TJLP+1,48% a 4,30%	Até 2019	1.659.858	-
Financiamento – BNDES	UMBND	5,97%	Até 2019	194.276	-
Financiamento – BNDES (c)	R\$	4,50% a 5,50%	Até 2020	135.471	-
Empréstimos - Banco Europeu de investimentos – BEI	US\$	4,18% a 4,47%	Até 2015	707.975	-
Financiamento - Banco do Nordeste do Brasil – BNB	R\$	10,00%	Até 2016	438.279	-
Comissão BBVA	-	0,43%	Até 2015	221	-
Financiamento – BNDES (d)	URTJLP	TJLP+5,70%	Até 2016	2.071	-
Financiamento – BNDES (d)	URTJLP	TJLP+9,00%	Até 2016	2.341	-
Financiamento - BNDES PSI (c)	R\$	5,50%	Até 2016	17.628	-
Financiamento - Leasing	R\$	14,70%	2013	726	-
Total consolidado				4.947.528	1.825.726
Circulante				988.413	420.412
Não circulante				3.959.115	1.405.314

(*) Valores apresentados ao valor justo, quando aplicável.

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

a) Em outubro de 2007 foi aprovado um crédito para a Telefônica Brasil S. A. para financiar investimentos de produtos e serviços de produção nacional. A totalidade destes recursos já foi sacada e os respectivos investimentos estão comprovados e aceitos pelo BNDES.

b) Em agosto de 2007, a Vivo S.A. contratou junto ao BNDES uma linha de financiamento no valor de R\$1.530.459. Os recursos foram liberados com a finalidade de financiar projetos de investimento para a implantação e ampliação da capacidade de rede móvel em todo território nacional. As liberações de crédito ocorreram parceladamente e, em 31 de dezembro de 2011 não havia mais nenhum crédito disponível para saque. O contrato tem prazo total de sete anos, com pagamento de principal em 60 prestações mensais e sucessivas desde 15 de setembro 2009, após um período de dois anos de carência.

Em 14 de outubro de 2011 foi contratada, junto ao BNDES, uma linha de financiamento no valor total de R\$3.031.110. Os recursos desta linha serão destinados a investimentos na expansão e melhoria da rede atual, implantação de infraestrutura necessária para novas tecnologias, entre os anos de 2011 e 2013, além da construção de um data center em Tamboré (SP) e projetos sociais.

O contrato tem prazo total de oito anos, com um período de carência que vence em 15/07/14 onde serão pagos somente os juros trimestralmente. Após esse período serão pagos juros e amortizações do principal mensais e sucessivas em 60 prestações.

Como dois dos cinco sub-créditos que constituem esse financiamento têm taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado (TJLP e TJLP + 1,48%), esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 7. Desta forma, utilizando o método de juros efetivos definido pelo IAS 39/ CPC 38, foram efetuadas as seguintes considerações: foi realizado um comparativo entre i) o valor total da dívida calculada com base nas taxas definidas em contrato; e ii) o valor total da dívida calculada com base nas taxas praticadas pelo mercado (valor justo). A subvenção concedida pelo BNDES, ajustada a valor presente e diferida de acordo com a vida útil do ativo financiado resultou em um saldo até 31 de dezembro de 2011 de R\$21.418.

Até 31 de dezembro de 2011 foram liberados R\$1.004.177.

c) Em janeiro de 2010, foi aprovada uma linha de financiamento no valor de até R\$319.927 junto ao BNDES através do Programa de Sustentação do Investimento - BNDES PSI. Os recursos estão sendo utilizados em projetos de ampliação da capacidade de rede via aquisição de equipamentos nacionais previamente cadastrados ("finamizáveis") junto ao BNDES, e liberados conforme a comprovação de realização dos investimentos. Até 31 de dezembro de 2011 foram liberados R\$184.489 (R\$171.673 até 31 de dezembro de 2010).

Por se tratar de financiamento com taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (4,5% a 5,5% a.a. pré-fixados), esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 7. Desta forma, utilizando o método de juros efetivos definido pelo IAS 39/ CPC 38, foram efetuadas as seguintes considerações: foi realizado um comparativo entre i) o valor total da dívida calculada com base nas taxas fixadas em contrato; e ii) o valor total da dívida calculada com base nas taxas praticadas pelo mercado (valor justo). A subvenção concedida pelo BNDES, ajustada a valor presente e diferida de acordo com a vida útil do ativo financiado resultou em um saldo até 31 de dezembro de 2011 de R\$29.007.

Com o processo de conferência de acervo patrimonial mencionado na nota 1.e, a Vivo S.A passou a responder pelos contratos de financiamento que antes pertenciam à extinta Vivo Part.. (R\$24.848 em 31 de dezembro de 2011 e R\$12.917 em 31 de dezembro de 2010).

d) Em novembro de 2010 e em março de 2011 foram aprovadas linhas de financiamento para a Comercial Cabo TV São Paulo S/A no valor total de R\$40.163 junto ao BNDES. Até 31 de dezembro de 2011 foram liberados R\$24.237. Esta operação também se enquadra no escopo do IAS 20/CPC 7, por ter taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (5,5% a.a. pré-fixados), e a subvenção concedida pelo BNDES, ajustada a valor presente, resultou até 31 de dezembro de 2011 em R\$2.401.

MÉDIOCRÉDITO

Empréstimo tomado em 1993 através da Telecomunicações Brasileiras SA – Telebrás e Instituto Centrale per il Credito a Médio Termine – Mediocredito Centrale no montante de US\$45.546 com amortizações semestrais vencendo em 2014, destinado a realização de uma rede de telefonia rural via satélite no Estado de Mato Grosso. Há um derivativo contratado para proteger a Telefônica Brasil dos riscos cambiais associados a esta dívida e, por ser um hedge efetivo, foi adotada a metodologia de *hedge accounting*. Portanto, em 31 de dezembro de 2011 o risco coberto deste instrumento foi reconhecido no balanço pelo seu valor justo nesta data.

Banco Europeu de Investimentos - BEI

Foi contratada uma linha de financiamento pela Vivo S.A. com o BEI no valor €250 milhões (equivalente na contratação à U\$365 milhões). Os recursos foram liberados em duas parcelas sendo a primeira em 19 de dezembro de 2007 e a segunda em 28 de fevereiro de 2008. O contrato tem prazo total de sete anos, com pagamento do principal em duas prestações, em 19 de dezembro de 2014 e 2 de março de 2015. Os juros são cobrados semestralmente de acordo com as datas de cada liberação. O contrato possui uma operação de *swap* atrelada que transforma o risco da variação cambial em percentual de variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Banco do Nordeste – BNB

Em 29 de janeiro de 2007, foi contratada uma linha de financiamento junto ao BNB no valor de R\$247.240. Estes recursos foram destinados a projetos de investimento na implantação e ampliação da capacidade de rede móvel celular dentro da região Nordeste. O contrato tem prazo total de dez anos, com pagamento do principal em 96 parcelas, após o prazo de 2 anos de carência.

Em 30 de outubro de 2008, foi contratada uma linha de financiamento junto ao BNB no valor de R\$389.000. Estes recursos foram destinados a projetos de investimento na implantação e ampliação da capacidade de rede móvel celular dentro da região Nordeste. O contrato tem prazo total de dez anos, com pagamento do principal em 96 parcelas, após o prazo de 2 anos de carência.

18.2 – DEBÊNTURES

	Controladora/Consolidado			
	Moeda	Encargos	Vencimento	2011
Debêntures (2ª emissão) – Série 2	R\$	106,00% do CDI	Até 2012	346.470
Debêntures (4ª emissão) – Série 1 e 2	R\$	108,00% a 112,00% do CDI	Até 2013	756.617
Debêntures (4ª emissão) – Série 3	R\$	IPCA+7,00%	Até 2014	87.390
Debêntures (1ª emissão) – Telemig	R\$	IPCA+0,50%	Até 2021	67.935
Custo de emissões	R\$			(1.981)
Total				<u>1.256.431</u>
Circulante				468.624
Não circulante				<u>787.807</u>

Captação pela Vivo Participações S.A.

2ª Emissão

No âmbito do primeiro programa de distribuição de valores mobiliários no valor de R\$2 bilhões anunciado em 20 de agosto de 2004, a Vivo Participações S.A. emitiu, em 1 de maio de 2005, debêntures relativas à 2ª emissão da Companhia, no valor de R\$1 bilhão, com prazo de duração de dez anos, contados da data de emissão em 1 de maio de 2005.

Esta oferta consistiu na emissão em duas séries, sendo R\$200 milhões na primeira série e R\$800 milhões na segunda série com vencimento final em 4 de maio de 2015. As debêntures da primeira série foram resgatadas antecipadamente em 31 de janeiro de 2011 e as da segunda série rendem juros, com pagamentos semestrais correspondentes a 106,0% (segunda série) da acumulação das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros (DI) de um dia, extra grupo (taxas DI), calculadas e divulgadas pela Central de Custódia e Liquidação de Títulos (CETIP S.A.).

Em 29 de julho de 2011 a Assembléia Geral de Debenturistas, em primeira convocação, deliberou sobre a aprovação da transferência das debêntures da 2ª Distribuição Pública de emissão da Vivo Participações S.A. para a Telefônica Brasil S.A. sem alteração dos termos e condições, e correspondente aditamento da Escritura para refletir a alteração de titularidade da emissora.

1ª Série

Em 31 de janeiro de 2011 ocorreu o resgate antecipado e integral da 1ª série da 2ª emissão da Vivo Participações, totalizando 20.000 debêntures, escriturais, não-conversíveis em ação, da espécie quirografária, com valor nominal de R\$10 (dez mil reais), totalizando R\$200 milhões, cujas características foram aprovadas nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 25 de abril de 2005 e 13 de maio de 2005 e a primeira repactuação em 30 de março de 2009.

O resgate foi realizado pelo valor nominal unitário das debêntures, na data da emissão, acrescido: (i) da remuneração devida até a data do pagamento das debêntures resgatadas e (ii) de prêmio percentual calculado sobre o valor nominal unitário das debêntures ("prêmio"), equivalentes ao valor de R\$4,41 (quatro reais e quarenta e um centavos), por debênture, em conformidade com o disposto na cláusula 4.13 do instrumento particular de escritura da 2ª emissão de debêntures não conversíveis em ações.

2ª Série

Nas reuniões do Conselho de Administração da Vivo Participações S.A. realizadas em 25 de abril de 2005 e 13 de maio de 2005 foram aprovadas as características da 2ª série da 2ª emissão da Companhia.

Em 3 de maio de 2010, ocorreu a repactuação das debêntures da 2ª série da 2ª emissão da Vivo Part. de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de maio de 2010. O valor total repactado foi de R\$340.230 e a Companhia resgatou e cancelou as debêntures dissidentes no valor de R\$459.770. O novo período de vigência é de 24 meses, a contar de 1º de maio de 2010, intervalo de tempo durante o qual permanecerão inalteradas as condições de remuneração ora definidas. Durante esse segundo período de vigência da remuneração (até 1º de maio de 2012), as debêntures da Companhia farão jus a

uma remuneração de 106,00% da taxa média dos depósitos interbancários de um dia, denominada taxa DI over extra grupo, calculada de acordo com a fórmula constante à cláusula 4.9 da “escritura de 2ª emissão”. O pagamento da remuneração das debêntures é realizado em duas etapas, sendo a primeira em 1º de novembro de 2011 e a segunda será em 2 de maio de 2012.

4ª Emissão

No dia 4 de setembro de 2009, o Conselho de Administração da Vivo Participações S.A. aprovou a 4ª emissão pública, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária, com prazo de 10 anos.

O valor total da emissão foi de R\$810 milhões, cuja oferta base correspondeu a R\$600 milhões, acrescida de R\$210 milhões em virtude do exercício integral da opção de debêntures adicionais.

Foram emitidas 810.000 (oitocentas e dez mil) debêntures em 3 (três) séries, sendo 98.000 debêntures na 1ª série, 640.000 na 2ª série e 72.000 na 3ª série. A quantidade de debêntures alocada em cada uma das séries foi decidida em comum acordo entre a Companhia e o coordenador líder da oferta após a conclusão do procedimento de “*Bookbuilding*”.

A remuneração para a 1ª série é de 108,00% do CDI, para a 2ª série é de 112,00% do CDI e para a 3ª série, cupom de 7,00% a.a. sobre o valor nominal atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Estas debêntures rendem juros com pagamentos semestrais nas 1ª e 2ª séries e pagamentos anuais na 3ª série.

As repactuações de cada série estão previstas de acordo com o seguinte cronograma: 1ª série em 15 de outubro de 2012, 2ª série em 15 de outubro de 2013 e 3ª série em 15 de outubro de 2014.

Os recursos obtidos por meio da emissão da oferta foram destinados ao pagamento integral do valor do principal da dívida representada pela 6ª emissão de notas promissórias comerciais da Companhia e para reforço do seu capital de giro.

Os custos de transação associados a esta emissão cujo montante em 31 de dezembro de 2011 era de R\$1.981, foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras (nota 29), conforme os prazos contratuais desta emissão. A taxa efetiva desta emissão, considerando os custos de transação é de 112,13% do CDI.

Em Assembléia Geral de Debenturistas realizada no dia 29 de julho de 2011, ocorreu a deliberação sobre a aprovação da transferência das debêntures da 4ª Distribuição Pública de emissão da Vivo Participações S.A. para a Telefônica Brasil sem alteração dos termos e condições, e correspondente aditamento da Escritura para refletir a alteração de titularidade da emissora.

Captação pela Telemig (empresa incorporada pela Vivo Part. em 1 de junho de 2010)

1ª Emissão

Em cumprimento ao Contrato de Prestação de SMP, em conformidade com a Seleção Pública nº 001/07, o Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, se comprometeu a subscrever debêntures emitidas pela Telemig (empresa incorporada em 1 de junho de 2010), no âmbito do Programa Minas Comunica, utilizando recursos do Fundo de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações (FUNDOMIC). Por este Programa, a Telemig viabilizaria o atendimento com o SMP a 134 localidades das áreas de registro 34, 35 e 38.

Ainda de acordo com o programa, seriam emitidas 5.550 debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas e certificados, em até cinco séries.

Em contrapartida à certificação pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do atendimento a 15 localidades, em dezembro de 2007, foram emitidas 621 debêntures na 1ª série da 1ª emissão, no valor de R\$6.210. Em março de 2008, pelo atendimento a 42 localidades, foram emitidas 1.739 debêntures na 2ª série da 1ª emissão, no valor de R\$17.390. Em 31 de dezembro de 2008, pelo atendimento a 77 localidades, foram emitidas 3.190 debêntures na 3ª série da 1ª emissão, no valor de R\$31.900, finalizando assim o programa de atendimento a 134 localidades dentro do Estado de Minas Gerais.

18.3 – CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS

Os montantes não circulantes de empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2011 tem a seguinte composição por ano de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2013	1.339.309	1.798.058
2014	487.091	1.096.240
2015	170.193	916.949
2016	283	273.038
2017	283	220.109
2018 em diante	68.431	442.528
Total	<u>2.065.590</u>	<u>4.746.922</u>

18.4 – CLÁUSULAS RESTRITIVAS

A Vivo S.A. e a Telefônica Brasil possuem empréstimos e financiamentos junto ao BNDES, cujo saldo em 31 de dezembro de 2011 era de R\$3.253.102 (R\$1.143.541(Vivo) e R\$1.808.422 (Telefônica Brasil) em 31 de dezembro de 2010). De acordo com os contratos, existem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados semestral e anualmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos nos dois contratos vigentes foram atingidos.

18.5 - GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2011, foram dadas garantias para parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia e sua controlada Vivo S.A, conforme quadro a seguir:

Bancos	Saldo do empréstimo / financiamento	Garantias
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	R\$1.659.858 (URTJLP) R\$194.276 (UMBND) R\$135.471 (Contrato PSI)	<ul style="list-style-type: none"> • Contrato (2007) R\$823.562: Garantia em recebíveis referente a 15% do saldo devedor ou 4 (quatro) vezes o valor da maior prestação, o que for superior. • Contrato (PSI) R\$135.471: alienação dos ativos financiados, • Contrato (2011) R\$1.030.572: Garantia em recebíveis referente a 15% do saldo devedor ou 4 (quatro) vezes o valor da maior prestação. • Telefônica Brasil é interveniente garantidora.
Banco Europeu de Investimento – BEI	R\$ 707.975	<ul style="list-style-type: none"> • Risco comercial garantido pelo Banco BBVA Espanha.
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	R\$ 438.279	<ul style="list-style-type: none"> • Fiança bancária concedida pelo Banco Bradesco S.A. no montante equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento. • Constituição de um fundo de liquidez representado por aplicações financeiras no montante equivalente a 3 (três) parcelas de amortização, referenciada pela prestação média pós-carência. Saldo das aplicações: R\$55.679. • Telefônica Brasil é interveniente fiadora.

19. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Telefónica Internacional S.A.	156.589	113.839	156.589	113.839
SP Telecomunicações Participações Ltda.	126.283	37.407	126.283	37.407
Telefónica S. A.	129.489	-	129.489	-
Compañía de Telecomunicaciones de Chile S. A.	310	-	310	-
Minoritários	560.315	299.651	560.315	299.651
Total	<u>972.986</u>	<u>450.897</u>	<u>972.986</u>	<u>450.897</u>

Os saldos de juros sobre capital próprio e dividendos a pagar aos minoritários refere-se a valores declarados e ainda não pagos, e a valores ainda não reclamados.

20. PROVISÕES

A composição dos saldos das provisões em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 são:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Provisões para demandas judiciais e administrativas				
Trabalhistas	425.486	365.230	526.210	366.391
Tributárias	1.146.930	302.610	1.580.448	310.649
Cíveis e regulatório	490.823	426.144	664.703	446.159
Subtotal	2.063.239	1.093.984	2.771.361	1.123.199
Provisão para benefícios pós-emprego (nota 35)	291.178	219.000	308.893	219.000
Passivo contingente (a)	256.044	-	256.044	-
Provisão para desmobilização	13.657	12.862	200.813	16.712
Total	2.624.118	1.325.846	3.537.111	1.358.911
Circulante	287.137	240.213	416.313	240.213
Não circulante	2.336.981	1.085.633	3.120.798	1.118.698

(a) Decorrente da alocação do ágio gerado na aquisição da Vivo Participações S.A (ver nota 4).

A Companhia, como entidade e também como sucessora das empresas incorporadas, e as controladas respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia e suas controladas, baseadas na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável. O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e a movimentação ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 até 31 de dezembro de 2011:

	Controladora			Totais
	Trabalhista	Natureza Tributária	Cível	
Saldos em 31/12/2009	403.268	256.431	435.421	1.095.120
Ingressos	13.166	26.079	51.849	91.094
Baixas/reversões	(67.295)	(741)	(128.587)	(196.623)
Atualização monetária	16.091	20.841	67.461	104.393
Saldos em 31/12/2010	365.230	302.610	426.144	1.093.984
Incorporação da Vivo Part.	9.773	769.519	22.231	801.523
Ingressos	75.745	34.387	74.933	185.065
Baixas por pagamento	(15.553)	(2.410)	(39.190)	(57.153)
Baixas por reversão	(21.527)	(1.089)	(35.798)	(58.414)
Atualização monetária	11.818	43.913	42.503	98.234
Saldos em 31/12/2011	425.486	1.146.930	490.823	2.063.239
Circulante	38.642	-	48.495	287.137
Não circulante	386.844	1.146.930	242.328	1.776.102

	Consolidado			
	Natureza			Totais
	Trabalhista	Tributária	Cível	
Saldos em 31/12/2009	404.106	262.527	443.810	1.110.443
Ingressos	15.772	26.929	60.799	103.500
Baixas/reversões	(69.684)	(276)	(129.351)	(199.311)
Atualização monetária	16.197	21.469	70.901	108.567
Saldos em 31/12/2010	366.391	310.649	446.159	1.123.199
Combinação de negócios	93.739	1.110.515	162.266	1.366.520
Consolidação TVA	646	-	10.291	10.937
Ingressos	112.300	66.569	172.518	351.387
Baixas por pagamento	(26.696)	(11.143)	(117.734)	(155.573)
Baixas por reversão	(32.088)	(6.760)	(57.144)	(95.992)
Atualização monetária	11.918	110.618	48.347	170.883
Saldos em 31/12/2011	526.210	1.580.448	664.703	2.771.361
Circulante	74.430	23.302	318.581	416.313
Não circulante	451.780	1.557.146	346.122	2.355.048

20.1 Provisões e Contingências Trabalhistas

Grau de Risco	Valor envolvido			
	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Provável	425.486	365.230	526.210	366.391
Possível	194.564	155.107	404.262	155.107

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex-empregados e de empregados terceirizados (esses alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outros, falta de pagamento de horas extraordinárias; equiparação salarial; complementos salariais de aposentadoria; remuneração por insalubridade, periculosidade e questionamentos referentes à terceirização.

A companhia também figura no pólo passivo de reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-empregados aposentados, vinculados ao Plano de Assistência Médica aos Aposentados – PAMA, que requerem dentre outros pontos a anulação da alteração ocorrida no Plano Médico dos aposentados. As ações aguardam pronunciamento do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais e nas recentes prestações jurisdicionais, considera esta ação como sendo de risco possível. Não foi atribuído valor referente a essas ações, pois, neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia é parte em Ações Cíveis Públicas promovidas pelo Ministério Público do Trabalho cujos objetos versam essencialmente sobre a

determinação à Companhia de deixar de contratar empresa interposta para execução das atividades fim da empresa. Não foram atribuídos valores ao grau de risco possível referentes à estas Ações Cíveis Públicas no quadro acima, pois nestas fases processuais, na hipótese de perda, não há condições de estimar o prejuízo para a Companhia.

20.2 Provisões e Contingências Tributárias

Grau de Risco	Valor envolvido			
	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Provável	1.146.930	302.610	1.580.448	310.649
Possível	6.032.640	3.959.270	11.679.158	4.102.806

Provisões tributárias

Tributos Federais

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia mantinha discussões administrativas e judiciais relativas à **(a)** FGTS - Contribuições adicionais ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço exigidas pelo INSS sobre os depósitos realizados pelos empregadores (a discussão não resulta em redução da parte dos depósitos no FGTS realizados pela empresa em nome dos empregados); **(b)** manifestações de inconformidade decorrente de não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição formulados pela empresa; **(c)** contribuições sociais referente à suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de notas fiscais, faturas e recibos de prestadoras de serviços contratados mediante cessão de mão-de-obra; **(d)** CIDE incidente sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como royalties; **(e)** Fixas: não inclusão das despesas de interconexão (ITX) e EILD na base de cálculo do FUST e Móveis: não inclusão das receitas de interconexão (ITX) e EILD na base de cálculo do FUST; **(f)** contribuição à EBC (Empresa Brasil de Comunicação), criada pela Lei nº 11.652/08; **(g)** TFI/TFF sobre estações móveis; **(h)** IRRF sobre Juros sobre Capital Próprio; **(i)** PPNUM - Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração pela ANATEL instituído pela Resolução nº 451/06; **(j)** IRPJ/PIS/COFINS decorrentes da não homologação de pedidos de compensações/restituição formulados pelas empresas; **(k)** compensação de finsocial; **(l)** falta de retenção da contribuição social incidente sobre serviços prestados, de remuneração, salários e outros salários de contribuição; **(m)** COFINS - Exigência decorrente da adoção de faturamento como base de cálculo sem o cômputo de receitas financeiras; **(n)** majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como majoração da alíquota da COFINS, exigidas por meio da Lei nº 9.718/98; os quais estavam provisionados no montante de R\$1.529.104 (Controladora R\$1.146.219).

Tributos Estaduais

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas mantinham discussões tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, perfazendo o montante de R\$39.023 (Controladora R\$14) que, com base na opinião de seus consultores jurídicos, são classificadas como perda provável, com provisão integral dos valores envolvidos.

Referidas ações versam sobre: **(a)** créditos de energia elétrica bem como créditos com ausência de comprovação documental; **(b)** serviços de telecomunicações não

tributados; **(c)** glosa de incentivos fiscais relativos a projetos culturais; e **(d)** multa administrativa ambiental.

Tributos Municipais

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas mantinham diversas ações tributárias no âmbito municipal, na esfera judicial, que, com base na opinião de seus consultores jurídicos, são classificadas como perda provável, perfazendo o montante de R\$4.531 (Controladora R\$697) com provisão integral dos valores envolvidos.

Referidas ações versam sobre: **(a)** IPTU; **(b)** ISS incidente sobre serviços de locação de bens móveis e atividades-meio e suplementares; **(c)** Uso do Solo; **(d)** TVCF; e **(e)** ISS recolhimento incorreto referente à efetiva prestação dos serviços de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.

Outras Provisões

Em 31 de dezembro de 2011, existiam provisões desvinculadas à demandas, administrativa ou judicial, no montante de R\$ 7.790, que versam sobre ISS referente ao recolhimento incorreto referente à efetiva prestação dos serviços de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.

Contingências possíveis

Tributos Federais

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas mantinham diversas ações administrativas e judiciais em âmbito federal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias, perfazendo o montante de R\$3.185.747 (Controladora R\$1.620.268).

Dentre as ações, destacam-se:

(a) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de Pedidos de Compensações formulados pela empresa; **(b)** multa pela distribuição de dividendos com a suposta existência de débitos federais em aberto; **(c)** INSS - contribuição previdenciária sobre remuneração decorrente da reposição de perdas salariais originadas do "Plano Verão" e "Plano Bresser", SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCRA e SEBRAE), fornecimento de refeições ao empregados, retenção de 11% (cessão de mão de obra); **(d)** IRRF sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como "royalties"; **(e)** PIS incidente sobre *roaming*; **(f)** CPMF incidente sobre operações decorrentes de convênio de cooperação técnica com a Secretaria do Tesouro Nacional - STN (compensação via SIAFI) e sobre contratos simbólicos de câmbio simbólicos exigidos pelo Banco Central; **(g)** IRPJ e CSLL relativos a deduções das receitas de reversões de provisões; **(h)** glosa de custos e despesas diversas; **(i)** deduções da COFINS de perda com operações de *swap*; **(j)** PIS / COFINS regime de competência versus regime de caixa; **(k)** IRPJ devido em decorrência do excesso na destinação feita ao FINOR, FINAN ou FUNRES; **(l)** IRPJ sobre operações com derivativos; **(m)** Compensação de imposto sobre o lucro líquido-ILL; **(n)** Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro (CSLL) relativos aos anos calendários de 2006 e de 2007, questionando a glosa das despesas

relacionadas ao ágio pago na aquisição da Celular CRT S/A e na incorporação das operadoras de telecomunicação, ocorrida em outubro de 2006, pela Vivo S.A .

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Tributos Estaduais

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas mantinham diversas ações administrativas e judiciais em âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, perfazendo o montante de R\$4.172.479 (Controladora R\$2.934.325), as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações, destaca-se:

(a) prestação de serviços de facilidades e locação de modem Speedy; **(b)** ligações internacionais (DDI); **(c)** creditamento indevido relativo à obtenção de bens destinados ao ativo fixo; **(d)** falta de estorno proporcional do crédito referente à aquisição de ativo imobilizado; **(e)** valores apropriados indevidamente a título de créditos extemporâneos de ICMS; **(f)** prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento do ICMS para o estado de São Paulo; **(g)** co-billing, **(h)** substituição tributária com base de cálculo fictícia (pauta fiscal); **(i)** aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; **(j)** atividades-meio, serviços de valor adicionado e suplementares (Convênio 69/98); **(k)** créditos do imposto relativo a impugnações/ contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); **(l)** saídas de mercadorias com preços inferiores aos de aquisição (descontos incondicionais); **(m)** cobrança diferida do ICMS-interconexão (DETRAF - Documento de Declaração de Tráfego e de Prestação de Serviços); **(n)** créditos advindos de benefícios fiscais concedidos por outros entes federados; **(o)** glosa de incentivos fiscais relativos a projetos culturais; **(p)** transferências de bens do ativo entre estabelecimentos próprios; **(q)** créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços da mesma natureza; **(r)** doação de cartões para ativação no serviço pré-pago; e **(s)** estorno de crédito decorrente de operação de estorno e comodato.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Tributos Municipais

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas mantinham diversas ações administrativas e judiciais em âmbito municipal, perfazendo o montante de R\$471.876 (Controladora R\$329.477), as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações, destaca-se:

(a) ISS – atividade meio, serviço de valor adicionado e suplementares; **(b)** retenção; **(c)** IPTU; **(d)** Taxa de Uso do Solo; **(e)** diversas Taxas Municipais; **(f)** tarifa de Uso da Rede Móvel (T-UM), locação de infra-estrutura; **(g)** serviços de publicidade; **(h)** serviços prestados por terceiros; **(i)** serviços de consultoria em áreas de gestão empresarial prestados pela Telefônica Internacional (TISA); **(j)** ISS incidente sobre prestação de serviço de identificador de chamadas e habilitação de celular.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

ANATEL

FUST – Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações:

Mandados de Segurança impetrado, separadamente, pelas operadoras fixas e móveis para reconhecimento do direito de: Fixas: não inclusão das despesas de interconexão (ITX) e EILD na base de cálculo do FUST e Móveis: não inclusão das receitas de interconexão (ITX) e EILD na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do art. 6º da Lei n.º 9.998/00, os quais aguardam julgamento de 2ª instância judicial.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor total envolvido remontava em R\$1.719.531 (Controladora R\$718.010). Há em âmbito administrativo, diversas Notificações de Lançamento lavradas pela ANATEL para a cobrança do FUST sobre ITX e EILD e demais receitas oriundas de prestação de serviço que não são de telecomunicação, no valor de R\$1.608.915 (Controladora R\$608.596).

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de êxito nesses processos.

FUNTTEL – Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas mantinham ações administrativas e judiciais, perfazendo o montante de R\$622.606 (Controladora R\$232.343), as quais aguardam julgamento de 1ª instância administrativa e 2ª instância judicial.

Referidas ações versam sobre a cobrança da contribuição ao FUNTTEL sobre outras receitas (que não são de telecomunicação), bem como receitas e despesas transferidas a outras operadoras (Interconexão e EILD).

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de êxito nesses processos.

FISTEL – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações

Por ocasião das prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado (Operadoras Fixas) e das prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal (Operadoras Móveis), a ANATEL realiza a cobrança da Taxa de Fiscalização de Instalação – TFI. Tal cobrança resulta do entendimento da ANATEL de que a prorrogação seria fato gerador da TFI. Por entender que esta cobrança é indevida, a Companhia e suas controladas, separadamente, questionam, em âmbito administrativo e judicial, referida taxa. O valor total envolvido remontava em R\$1.504.365 (Controladora R\$197.666 com depósito integral).

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

PPNUM - Preço Público Relativo à Administração de Recursos de Numeração

A subsidiária Vivo, em conjunto com as demais operadoras móveis do Brasil, possui ação judicial questionando a cobrança de Preço Público Relativo à Administração de

Recursos de Numeração cobrado pela ANATEL em função da utilização pelas operadoras, os quais têm natureza de taxa. Por ocasião das cobranças, a Vivo efetuou o depósito judicial relativo aos valores devidos. Em 23 de abril de 2009 foi proferida sentença favorável às operadoras e o processo, atualmente, aguarda julgamento de 2ª instância judicial. O valor total envolvido remontava, em 31 de dezembro de 2011, R\$1.977.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

EBC (Contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública)

Em 26 de maio de 2009, o Sinditelebrasil – Sindicato das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal ingressou com Mandado de Segurança questionando a nova contribuição à EBC (Empresa Brasil de Comunicação), criada pela Lei nº 11.652/08. Não houve despacho liminar, sendo que as operadoras filiadas ao referido sindicato obtiveram autorização judicial para efetuar o depósito da quantia em discussão. O processo aguarda decisão de 1ª instância judicial.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor total envolvido remontava em R\$577 (Controladora R\$551), com depósito no montante integral.

20.3 Provisões e Contingências Cíveis

Grau de Risco	Valor envolvido			
	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Provável	490.823	426.144	664.703	446.159
Possível	1.429.616	805.261	1.978.973	808.006

Provisões cíveis

Relevantes

a) Processos de complementação de ações. Referem-se a ações nas quais a Companhia está envolvida e que versam sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação aos planos de expansão da rede após 1996. Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Considerando o grau de risco provável foi provisionado o valor de R\$26.182.

b) A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas, de natureza relevante que têm por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo PROCON, bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal; assim como, também, são parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio, sendo o total da provisão registrada no montante de R\$315.169 consolidado e R\$165.778 na controladora.

Massivas

Relações de consumo

c) A Companhia também é parte em diversos processos judiciais movidos por consumidores individuais, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais e que, individualmente não são consideradas relevantes, para as quais foram provisionados R\$81.539, tendo como base a análise estatística da média histórica de condenação para esses processos.

ANATEL

d) Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia e suas controladas figuravam como parte em processos administrativos perante a Anatel, os quais foram instaurados sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como em processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela Agência na esfera administrativa, cuja avaliação de perda é provável tendo sido constituída provisão no montante total de R\$241.813 (R\$217.324 na controladora, sendo R\$183.073 referente à provisão dos processos administrativos e R\$34.251 referente a avaliação dos processos administrativos judicializados).

Contingências possíveis

Relevantes

a) Plano Comunitário de Telefonia - PCT. Refere-se ao processo de Ação Civil Pública no qual a Companhia está envolvida e que é relacionado ao Plano Comunitário de Telefonia - PCT, que versa sobre eventual direito de indenização dos adquirentes de planos de expansão e que não receberam ações em retribuição pelos investimentos financeiros, no município de Mogi das Cruzes com valor total envolvido de aproximadamente R\$197.863. Esse processo foi considerado como de risco de perda possível pelos assessores jurídicos. O TJSP reformou a sentença, julgando a ação improcedente. A Associação para telefonia do município de Mogi das Cruzes (parte autora) interpôs recurso especial para reformar a decisão do TJSP e está aguardando julgamento do recurso.

b) Ação Coletiva movida pela Associação dos Participantes da Sistel no Estado de São Paulo – pela qual os participantes associados da Sistel no Estado de São Paulo questionam as mudanças realizadas no plano de assistência médica dos aposentados da Companhia (PAMA) e em apertada síntese restabelecimento ao “status quo” anterior. O processo está ainda em fase de instrução processual, pelo que não há decisão judicial em nenhuma instância. O risco atribuído a esses processos pelos assessores legais é possível. O valor é inestimável e os pedidos ilíquidos pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno as condições do plano anterior.

c) Ações Cíveis Públicas propostas pela (i) ASTEL – Associação dos Participantes da SISTEL no Estado de São Paulo e pela (ii) FENAPAS - Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Participantes em Fundos de Pensão do Setor de Telecomunicação, ambas propostas contra a SISTEL, a Companhia e outras operadoras, visando a anulação da cisão de plano previdenciário PBS, alegando em apertada síntese o “*desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel*”, que originou diversos planos específicos PBS-espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes de superávit técnico e contingência fiscal existentes à época da cisão. O risco atribuído a esses processos pelos assessores legais é possível. O valor é inestimável e os pedidos ilíquidos pela sua

inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno a acervo cindido da SISTEL relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telebrás.

d) O Ministério Público do Estado de São Paulo ajuizou uma ação civil pública reivindicando indenização por danos morais e materiais sofridos por todos os consumidores dos serviços de telecomunicações de 2004 a 2009 devido à má qualidade de serviços e falhas do sistema de comunicações. A proposta de condenação formulada pelo Ministério Público foi de R\$1 bilhão. A sentença proferida em 20 de abril de 2010 impõe o pagamento de indenizações pelos danos causados a todos os consumidores que se habilitarem na ação ao seu recebimento. Alternativamente, caso não se apresentem consumidores em número compatível com a gravidade do dano, após decorrido o prazo de 1 (um) ano, foi fixado pelo juiz o valor de R\$ 60 milhões, para fins de depósito no Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados. Não é possível estimar quantos consumidores poderão se apresentar na habilitação individual, nem tampouco os valores por estes reclamados. As partes apresentaram recurso de apelação. Os efeitos da sentença estão suspensos. Não foi atribuído valor ao grau de risco de perda possível referente à esta ação civil pública no quadro acima, pois neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia e, de igual maneira, não há como se atribuir um contingenciamento equivalente ao valor da causa.

e) A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas, de natureza relevante que têm por objeto direitos relacionados a prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo PROCON, bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal; assim como, também, são parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio em montante total de R\$920.509 no consolidado e R\$372.166 na controladora, onde a análise do grau de risco de perda pelos assessores legais é possível.

ANATEL

f) A Companhia e suas controladas mantém processos administrativos instaurados pela ANATEL com fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela Agência na esfera administrativa, com avaliação de risco de perda possível no montante total de R\$860.601 (R\$859.587 na controladora, sendo R\$858.660 referente à avaliação dos processos administrativos e R\$927 referente à avaliação dos processos judiciais).

Ressaltamos que houve um aumento na controladora no valor avaliado como risco possível em virtude da reavaliação dos processos, concluída em março, tendo em vista significativa alteração nas metodologias de aplicação de sanção utilizadas pela ANATEL para apenamento das prestadoras.

Processos Regulatórios

a) Processos administrativos que discutem o pagamento do ônus de 2% sobre as receitas de interconexão em decorrência da prorrogação das radiofrequências associadas ao SMP:

De acordo com a cláusula 1.7 dos Termos de Autorização que outorgaram o direito de uso de radiofrequências associadas ao SMP, a prorrogação do uso destas radiofrequências implica o pagamento, a cada biênio, durante o período de prorrogação (15 anos), de um ônus correspondente a 2% da receita líquida decorrente

da aplicação dos Planos de Serviço, Básico e Alternativos da prestadora, apurada no ano anterior ao do pagamento.

Contudo, a ANATEL determinou que o ônus correspondente a 2% deveria contemplar, além das receitas decorrentes da aplicação dos Planos de Serviço, também, as receitas de interconexão, o que não está previsto na cláusula 1.7 dos referidos Termos de Autorização.

Por considerar, com base no disposto nos Termos de Autorização, que as receitas de interconexão não devem integrar o cálculo da onerosidade de 2% na prorrogação do direito de uso das radiofrequências, a Vivo, no âmbito administrativo, impugnou todos esses lançamentos, recorrendo do posicionamento da ANATEL.

No entendimento de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de êxito nesses processos.

b) Processo Administrativo nº 08012.008501/2007-91

Trata-se de representação efetuada, no âmbito do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência ("SBDC"), por Global Village Telecom Ltda ("GVT"), Intelig Telecomunicações Ltda ("Intelig"), Transit do Brasil Ltda. e Easytone Telecomunicações Ltda. em 6 de agosto de 2007, contra Claro S.A. ("Claro"), Tim Brasil Serviços e Telecomunicações S.A. ("TIM"), TNL SCS S.A. ("Oi") e Vivo, por supostas práticas de cartel e de *price squeeze*, com o escopo de aumentar a tarifa de VU-M, elevando os custos de empresas concorrentes. Em face da representação, em 21 de agosto de 2008, a Secretaria de Direito Econômico ("SDE") instaurou processo administrativo contra as representadas com o fim de avaliar se as práticas imputadas seriam passíveis de enquadramento nos (i) incisos I, III e IV do artigo 20 c/c incisos V do artigo 21 e (ii) incisos I, III e IV do artigo 20 c/c incisos I e V, todos da Lei nº 8.884/94, quais sejam, cartel e *price squeeze*.

Em 25 de março de 2010, a SDE emitiu nota técnica por meio da qual: (i) afastou a acusação de cartel em relação a todas as representadas, recomendando seu arquivamento (ii) sugeriu a exclusão da Oi do pólo passivo também pela investigação de *price squeeze* por entender que seu grupo econômico seria devedor líquido de VU-M e por não existir evidências de práticas reiteradas de preços inferiores ao VU-M; (iii) recomendou a condenação da Vivo, TIM e Claro sob a hipótese do artigo 20, incisos I, III e IV c/c o artigo 21, inciso V, todo da Lei nº 8.884/94, pela elevação dos custos de empresas concorrentes (*price squeeze*).

O processo está no Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") para julgamento e, neste momento, aguarda a elaboração do parecer da Procuradoria desse órgão.

A opinião dos consultores jurídicos da Companhia é de que o Processo Administrativo nº 08012.008501/2007-91 deve ser classificado como de risco possível de perda e, portanto, não foi constituída provisão. Para a hipótese de o CADE vir a condenar as representadas apenas por *price squeeze*, as multas fixadas atualmente em casos semelhantes têm variado de 1% a 2% do faturamento bruto anual. Todavia na remota hipótese de que o CADE venha a entender pela configuração de cartel, inicialmente afastada pela SDE, as multas têm variado entre 20 a 30% do faturamento bruto da empresa representada no exercício anterior à instauração do processo (no caso da Companhia: 2007), excluídos impostos.

20.4 Garantias

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas concederam garantias aos processos de natureza tributária, cível e trabalhista, como segue:

	Controladora			Consolidado		
	Imóveis e equipamentos	Depósitos judiciais	Cartas fiança	Imóveis e equipamentos	Depósitos judiciais	Cartas fiança
Cíveis, trabalhistas e tributárias	16.527	2.768.618	887.516	70.317	3.443.460	1.494.011
Saldo final	<u>16.527</u>	<u>2.768.618</u>	<u>887.516</u>	<u>70.317</u>	<u>3.443.460</u>	<u>1.494.011</u>

21. RECEITAS DIFERIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receita de habilitação	67.672	72.671	67.672	72.671
Cartões indutivos	15.783	20.847	15.783	20.847
Serviços e mercadorias (a)	-	-	583.751	-
Subvenções governamentais (c)	44	-	8.322	-
Programa de fidelização (d)	-	-	68.821	-
Outras receitas	1.457	-	16.919	9.821
Total circulante	<u>84.956</u>	<u>93.518</u>	<u>761.268</u>	<u>103.339</u>
Receita de habilitação	30.792	28.383	30.792	28.383
Serviços e mercadorias (a)	-	-	48.095	-
Doações de equipamentos (b)	-	-	22.638	-
Subvenções governamentais (c)	331	-	44.880	-
Outras receitas	7.493	6.837	9.861	10.017
Total não circulante	<u>38.616</u>	<u>35.220</u>	<u>156.266</u>	<u>38.400</u>

a) Refere-se aos saldos dos contratos de receitas de recargas de pré-pagos e operações de multielementos, que são apropriados ao resultado à medida que os serviços são prestados aos clientes.

b) Refere-se aos saldos de doações de equipamentos de rede por fornecedores, os quais são amortizados pelos prazos de vida útil dos referidos equipamentos.

c) Refere-se aos valores de subvenção governamental da subsidiária Vivo S.A. decorrentes de recursos obtidos de uma linha de financiamento junto ao BNDES (Programa PSI), utilizados para a aquisição de equipamentos nacionais, com cadastro no BNDES (Finame), aplicados em projetos de ampliação da capacidade de rede e que estão sendo amortizados pelos prazos de vida útil dos equipamentos.

d) Refere-se ao programa de pontos por fidelidade que a subsidiária integral Vivo S.A. mantém, que permite aos clientes acumular pontos ao efetuar o pagamento das faturas referentes à utilização dos serviços oferecidos por tais subsidiárias. Os pontos acumulados podem ser trocados por aparelhos ou serviços, troca esta, condicionada à obtenção de um saldo mínimo de pontos por parte do cliente. A contraprestação recebida é alocada ao custo dos aparelhos ou serviços resgatados pelo seu valor justo. O valor justo dos pontos é determinado através da divisão do valor do desconto concedido pela quantidade de pontos necessários para efetuar o resgate em função do programa de pontos. O valor justo do saldo acumulado de pontos gerados é diferido e reconhecido como receita no momento do resgate dos pontos.

22. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Retenções de terceiros	155.503	85.916	252.807	88.238
Valores a restituir a assinantes	53.882	55.888	59.265	54.666
Ônus do contrato de concessão (nota 1.b.1)	-	102.568	-	102.568
Arrendamento mercantil (a)	11.669	11.507	11.669	11.507
Dívidas com partes relacionadas (nota 32)	138.900	117.615	66.490	120.981
Outros credores	14.654	4.821	32.087	5.998
Total circulante	374.608	378.315	422.318	383.958
Arrendamento mercantil (a)	9.398	23.346	9.398	23.346
Dívidas com partes relacionadas (nota 32)	5.119	17.140	4.976	10.738
Outros credores	30.422	28.337	53.884	30.125
Total não circulante	44.939	68.823	68.258	64.209

(a) A Companhia possui contratos de arrendamento mercantil financeiro para uso de equipamentos de informática.

	2011	2010
Pagamentos futuros brutos do arrendamento mercantil financeiro	23.920	42.194
Despesa financeira não realizada	(2.853)	(7.341)
Valor presente dos pagamentos mínimos a pagar	21.067	34.853
Circulante	11.669	11.507
Não circulante	9.398	23.346

Cronograma de vencimentos:

Ano	Investimento bruto	Valor presente
A vencer até um ano	11.669	11.669
A vencer a mais de um ano e até cinco anos	12.251	9.398
Total	23.920	21.067

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o exercício.

COMPROMISSOS E GARANTIAS

Aluguéis

A Companhia aluga equipamentos e instalações bem como a controlada Vivo é arrendadora de diversas lojas e sites onde se encontram instaladas estações rádio base (ERB's), por meio de vários contratos operacionais que vencem em datas diferentes sendo que os pagamentos são mensais, equivalentes ao período do contrato, nos montantes de R\$3.959.182 e R\$8.749.794, controladora e consolidado.

Os compromissos com aluguel, lojas e sites referem-se principalmente a instalações onde os pagamentos mínimos futuros sob contratos não canceláveis com prazos superiores a um ano são os seguintes:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Até um ano	436.459	1.227.224
Um ano até cinco anos	2.380.666	5.454.595
Mais de cinco anos	1.142.057	2.067.975
Total	<u>3.959.182</u>	<u>8.749.794</u>

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social realizado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$37.798.110 (R\$6.575.480 em 31 de dezembro de 2010). O capital subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Capital total em ações		
Ordinárias	381.587.111	168.819.870
Preferenciais	<u>744.014.819</u>	<u>337.417.402</u>
Total	<u>1.125.601.930</u>	<u>506.237.272</u>
Ações em tesouraria		
Ordinárias	(239.740)	(210.579)
Preferenciais	<u>(1.477.546)</u>	<u>(185.213)</u>
Total	<u>(1.717.286)</u>	<u>(395.792)</u>
Ações em circulação		
Ordinárias	381.347.371	168.609.291
Preferenciais	<u>742.537.273</u>	<u>337.232.189</u>
Total	<u>1.123.884.644</u>	<u>505.841.480</u>
Valor Patrimonial por ação em circulação em R\$	<u>38,55</u>	<u>23,06</u>

Segundo o Estatuto Social a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.350.000.000 (um bilhão, trezentos e cinquenta milhões) de ações, ordinárias ou preferenciais, sendo o Conselho de Administração o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado. Não obstante, a Lei das Sociedade Anônimas – Lei 6404/76; art. 166; IV – estabelece que o capital social pode ser aumentado por deliberação da assembléia geral extraordinária convocada para decidir sobre a reforma do estatuto social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada.

Não há obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre o número de ações de cada espécie, observando-se entretanto, que o número de ações preferenciais, sem direito a voto ou com voto restrito, não poderá ultrapassar 2/3 das ações emitidas.

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e no recebimento de dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto no artigo 7.º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei nº 6.404/76.

Em abril de 2011, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$31.222.630 decorrente da incorporação de 100% das ações da Vivo Part. pela Companhia, aprovada em assembléia do dia 27 de abril de 2011 (ver nota 4) correspondente a 619.364.658 (seiscentos e dezenove milhões, trezentos e sessenta e quatro mil e seiscentos e cinquenta e oito) ações, sendo 212.767.241 (duzentos e doze milhões, setecentos e sessenta e sete mil e duzentos e quarenta e uma) ações ordinárias e 406.597.417 (quatrocentos e seis milhões, quinhentos e noventa e sete mil e quatrocentos e dezessete) ações preferenciais.

b. Reservas de Capital

Ágio na subscrição de ações

Essa reserva representa o excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão.

Outras Reservas de Capital

Em decorrência do processo de incorporação das *holdings*: TBS Celular Participações Ltda, Portelcom Participações S.A. e PTelecom Brasil S.A. na Vivo Part. (nota 1.e), a Companhia registrou o montante de R\$47.723 nesta rubrica, o qual poderá ser utilizado para futuro aumento de capital.

c. Ações em tesouraria

Representam as ações da Companhia mantidas em tesouraria e que são provenientes do processo de incorporação da TDBH ocorrida no exercício de 2006 e da Vivo Part. encerradas em maio de 2011, além do programa de recompra de ações ordinária e preferenciais, realizado a partir de 11 de agosto de 2011, sendo o valor até 31 de dezembro de 2011 de R\$61.617, sendo que o custo médio de aquisição foi de R\$43,50 para as ações ordinárias e R\$46,70 para as ações preferenciais, que correspondem a 29.000 ações ordinárias e 1.292.300 ações preferenciais. Em 31 de dezembro de 2011, o valor de mercado das ações registradas em tesouraria era de R\$88.142.

Recompra das ações ordinárias e preferenciais Telefônica Brasil S.A

Em 07 de novembro de 2011, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, a aprovação pelos membros do Conselho de Administração, para a aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, sem redução de capital, para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, para fins de incrementar o valor aos acionistas. Para esta recompra será utilizada parte da reserva de capital existente em 30 de junho de 2011, excetuadas as reservas referidas no artigo 7º letras (a) a (d) da Instrução CVM nº 10/80.

Esta recompra tem início a partir da data de deliberação, permanecendo em vigor até 06 de novembro de 2012, sendo as aquisições realizadas na BMF&BOVESPA, a preços de mercado e cabendo à Diretoria decidir o momento e a quantidade de ações a serem adquiridas, seja em uma única operação, seja em uma série de operações bem como definir os parâmetros para realização das compras, tudo dentro dos limites legais e na quantidade máxima de até 2.912.734 ações ordinárias e até no máximo de 25.207.477 ações preferenciais.

d. Reservas de lucros

Reserva legal

Essa reserva é constituída obrigatoriamente pela Companhia à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A Reserva Legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social e para compensar prejuízos acumulados.

e. Reserva especial de ágio

Representa o benefício fiscal gerado pela incorporação da DABR que será capitalizado anualmente em favor do acionista controlador a medida da realização do crédito fiscal, nos termos da Instrução CVM 319/99.

f. Dividendos – Saldo remanescente do resultado lucros acumulados de 31 de dezembro de 2010

Em 18 de março de 2011, a Assembléia Geral Ordinária aprovou a destinação do dividendo adicional proposto referente ao saldo remanescente do resultado de 2010 e dividendos e juros sobre capital próprio prescritos de 2010 no montante de R\$1.694.099 prevista na proposta de destinação de resultados aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 18 de março de 2011.

A partir de 20 de maio de 2011, teve início o pagamento da primeira parcela no valor de R\$1.429.300 e o pagamento da parcela restante no valor de R\$264.799 teve início em 03 de novembro de 2011.

g. Dividendos intermediários – exercício social de 2011

Em 13 de setembro de 2011, foi aprovado pelo Conselho de Administração a declaração de dividendos intermediários no montante de R\$382.400, com base nos lucros existentes no balanço trimestral de 30 de junho de 2011, aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 30 de setembro de 2011. O pagamento destes dividendos intermediários teve início em 03 de novembro de 2011.

h. Juros Sobre Capital Próprio (JSCP) – exercício social de 2011

Em 13 de setembro de 2011, o Conselho de Administração deliberou o crédito de juros sobre capital próprio referente ao exercício de 2011, no montante de R\$1.250.000, com retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15%, resultando em juros líquidos de R\$1.062.500 aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 30 de setembro de 2011. O pagamento destes juros sobre capital próprio teve início em 03 de novembro de 2011.

Em 12 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração deliberou o crédito de juros sobre capital próprio referente ao exercício de 2011, no montante de R\$617.000, com retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15%, resultando em juros líquidos de R\$524.450 aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 29 de dezembro de 2011. O pagamento destes juros sobre capital próprio será iniciado até o final do exercício social de 2012, em data a ser fixada e comunicada pela Diretoria Executiva da Companhia.

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Demonstramos a seguir o cálculo de dividendos e juros sobre o capital próprio deliberados para os exercícios de 2011 e 2010:

	2011	2010
Dividendos Mínimos obrigatórios calculados com base no lucro líquido ajustado		
Lucro Líquido do Exercício	4.355.318	2.398.836
Apropriação à reserva legal	(217.766)	-
Lucro líquido ajustado	<u>4.137.552</u>	<u>2.398.836</u>
Dividendos Mínimos obrigatórios - 25% do lucro líquido ajustado	1.034.388	599.709
Dividendos e JSCP distribuídos no ano:		
Juros Sobre Capital Próprio (bruto)	1.867.000	592.000
Dividendos Intermediários	382.400	196.355
Lucro disponível para distribuição	<u>1.888.152</u>	<u>1.610.481</u>
(+) JSCP / Dividendos Prescritos	107.874	134.440
(-) (Ganhos)/Perdas atuariais reconhecidas e efeito da limitação dos ativos dos planos superavitários, líquidos de impostos	(42.997)	(42.063)
(-) Total dos efeitos de IFRS no patrimônio líquido 2009	-	(8.759)
Dividendo Adicional Proposto	<u>1.953.029</u>	<u>1.694.099</u>

	2011		2010	
Valores em R\$ por ação (a)	Valor Bruto	Valor Líquido	Valor Bruto	Valor Líquido
Juros sobre o capital próprio - ordinárias	1,557913	1,324226	1,097180	0,932603
Juros sobre o capital próprio - preferenciais	1,713705	1,456649	1,206898	1,025863

	2011	
Valores em R\$ por ação (a)	Ordinárias	Preferenciais
Dividendos intermediários declarados em março de 2011	3,139752	3,453727
Dividendos intermediários declarados em setembro de 2011	0,319058	0,350964
Juros sobre o capital próprio – líquido de imposto de renda	0,886505	0,975156
Juros sobre o capital próprio – líquido de imposto de renda	0,437720	0,481492
	<u>4,783035</u>	<u>5,261339</u>

Valores em R\$ por ação (a)	2010	
	Ordinárias	Preferenciais
Dividendos intermediários declarados em abril de 2010	2,319731	2,551704
Dividendos intermediários declarados em setembro de 2010	0,363913	0,400305
Juros sobre o capital próprio – líquido de imposto de renda	0,614384	0,675822
Juros sobre o capital próprio – líquido de imposto de renda	0,318219	0,350041
	<u>3,616247</u>	<u>3,977872</u>

(a) Não inclui montante de dividendos propostos.

O saldo de lucro do exercício em 31 de dezembro de 2011 ainda não destinado, no montante de R\$1.888.152, mais os dividendos e juros sobre capital próprio prescritos em 2011 no montante de R\$107.874 e menos outros resultados abrangentes no montante de R\$(42.997) que totalizam o valor de R\$1.953.029, foram classificados como dividendos adicionais propostos dentro do patrimônio líquido de acordo com a proposta da Administração para destinação do lucro do exercício, a qual será submetida à aprovação da Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

Forma proposta pela Administração para pagamento dos dividendos a deliberar:

Total proposto para Deliberação	1.953.029
---------------------------------	-----------

Valor por ação	Ordinárias	Preferenciais ¹
Total Proposto para Deliberação – por ação	<u>1,630092</u>	<u>1,793102</u>

¹ 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme artigo 7º do Estatuto Social da Companhia.

i. Juros Sobre Capital Próprio

Por proposta da Administração, nos exercícios de 2011 e 2010 foram creditados juros sobre o capital próprio aos acionistas de acordo com o art. 9º da Lei 9.249/95, líquidos de imposto de renda na fonte, da seguinte forma:

	2011	2010
Juros sobre capital próprio bruto	<u>1.867.000</u>	<u>592.000</u>
Ações ordinárias	594.113	184.995
Ações preferenciais	1.272.887	407.005
Imposto de renda na fonte	(280.050)	(88.800)
JSCP líquidos de imposto de renda	<u>1.586.950</u>	<u>503.200</u>

Os acionistas imunes recebem os juros sobre o capital próprio integrais, sem retenção de imposto de renda na fonte.

j. Dividendos Prescritos

Prescrevem em 03 (três) anos, contados a partir da data do início de pagamento, os dividendos e juros sobre capital próprio não reclamados pelos acionistas, conforme artigo 287, inciso II, item “a” da Lei 6.404 de 15/12/1976.

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Serviço de telefonia	15.455.779	15.337.612	24.331.263	15.366.014
Uso de rede	623.535	523.787	3.785.017	523.787
Dados e SVAs móvel	5.046.424	4.564.656	10.929.344	5.028.441
Serviços de TV por assinatura	-	-	865.376	587.374
Venda de mercadorias e aparelhos	-	-	2.135.165	166.464
Outros serviços	588.498	609.171	1.026.986	936.970
Receita operacional bruta	<u>21.714.236</u>	<u>21.035.226</u>	<u>43.073.151</u>	<u>22.609.050</u>
ICMS	(4.629.916)	(4.584.797)	(8.800.749)	(4.702.669)
PIS e COFINS	(779.457)	(770.766)	(1.780.503)	(864.994)
ISS	(23.508)	(25.713)	(45.576)	(39.441)
Descontos e devoluções	(1.412.028)	(1.029.882)	(3.317.583)	(1.203.695)
Receita operacional líquida	<u>14.869.327</u>	<u>14.624.068</u>	<u>29.128.740</u>	<u>15.798.251</u>

25. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E MERCADORIAS VENDIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Depreciação e amortização	(1.709.579)	(1.452.292)	(3.234.633)	(1.687.449)
Pessoal	(232.387)	(233.170)	(380.067)	(257.385)
Meios de conexão	(357.136)	(304.110)	(536.495)	(342.257)
Interconexão	(4.537.399)	(3.899.970)	(4.537.124)	(4.176.714)
Serviços de terceiros	(1.591.450)	(1.425.054)	(2.463.516)	(1.841.072)
Aluguéis/seguros/condomínios	(23.578)	(18.506)	(374.008)	(22.046)
Impostos, taxas e contribuição	(202.131)	(230.616)	(1.358.835)	(240.346)
Ônus do contrato de concessão (nota 1.b.1)	(84.284)	(102.568)	(84.284)	(102.568)
Outros	(12.373)	(5.661)	(68.098)	(19.318)
Total de custos dos serviços prestados	<u>(8.750.317)</u>	<u>(7.671.947)</u>	<u>(13.037.060)</u>	<u>(8.689.155)</u>
Custo das mercadorias vendidas	(16.505)	(29.454)	(1.343.111)	(155.650)
Total	<u>(8.766.822)</u>	<u>(7.701.401)</u>	<u>(14.380.171)</u>	<u>(8.844.805)</u>

26. DESPESAS COM COMERCIALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Depreciação e amortização	(134.450)	(122.822)	(435.313)	(123.043)
Pessoal	(473.525)	(425.280)	(1.049.978)	(443.386)
Serviços de terceiros	(1.771.268)	(1.659.869)	(3.853.450)	(1.730.908)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(300.905)	(327.302)	(506.581)	(386.340)
Aluguéis/seguros/condomínios	(9.283)	(8.938)	(79.239)	(9.434)
Publicidade	(215.721)	(228.204)	(735.622)	(224.796)
Doações e patrocínios	-	-	(251.597)	-
Outros	(15.319)	(44.470)	(98.345)	(46.725)
Total	<u>(2.920.471)</u>	<u>(2.816.885)</u>	<u>(7.010.125)</u>	<u>(2.964.632)</u>

27. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Depreciação e amortização	(266.246)	(78.657)	(916.048)	(103.002)
Pessoal	(264.326)	(284.680)	(557.355)	(287.866)
Serviços de terceiros	(276.534)	(260.459)	(693.260)	(300.101)
Aluguéis/seguros/condomínios	(23.115)	(27.527)	(105.985)	(32.922)
Outros	(38.733)	(11.705)	(110.588)	(14.955)
Total	(868.454)	(663.028)	(2.383.236)	(738.846)

28. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Multas e despesas recuperadas	221.377	191.715	366.124	195.066
Doações e patrocínios	(9.170)	(19.031)	(8.612)	(19.117)
Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis, líquidas	(251.178)	(110.499)	(367.554)	(116.996)
Resultado líquido na alienação/cessão de ativos (a)	74.304	230.949	482.115	230.335
Resultado líquido na venda de investimentos	-	78.518	-	87.151
Serviços técnicos administrativos	38.672	43.615	32.652	36.537
Outras despesas	(41.247)	(67.103)	(62.567)	(100.497)
Total	32.758	348.164	442.158	312.479
Outras receitas operacionais	469.457	782.406	1.229.862	796.285
Outras despesas operacionais	(436.699)	(434.242)	(787.704)	(483.806)
Total	32.758	348.164	442.158	312.479

(a) No decorrer de 2011, a subsidiária Vivo S.A. realizou operações para a alienação de 1.358 torres de transmissão de sua propriedade, não estratégicas, transferindo a atividade de gestão e manutenção destas torres de telecomunicações para empresa especializada na prestação destes serviços pelo valor de R\$476.038 (R\$419.527, líquido do custo residual).

No 4º trimestre de 2010 a Telefônica Brasil realizou uma operação de cessão do direito de exploração comercial dos espaços existentes em aproximadamente 1.085 torres de transmissão de sua propriedade, transferindo a atividade de gestão e manutenção de torres de telecomunicações para empresa (fora do grupo Telefonica) especializada na prestação destes serviços pelo valor de R\$233.421 (montante líquido do valor correspondente ao aluguel diferido dos terrenos). Considerando que houve a transferência significativa dos riscos e benefícios dessas torres, as quais permanecem de titularidade da Companhia, para propósito de atendimento das condições da concessão, a referida operação foi avaliada sob a perspectiva do IAS 17 - Arrendamento Mercantil, sendo classificada como arrendamento mercantil financeiro. O efeito líquido no resultado de 2010 está registrado no item "Outras receitas (despesas) operacionais".

29. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receitas financeiras	549.517	286.128	1.103.359	344.354
Receitas de aplicações financeiras	132.891	149.769	337.179	181.717
Ganho com operações de derivativos	151.922	18.567	251.758	18.567
Juros ativos	81.171	31.443	131.521	33.834
Variações monetárias/cambiais ativas	166.068	85.153	267.665	86.950
Outras receitas financeiras	17.465	1.196	115.236	23.286
Despesas financeiras	(634.580)	(455.589)	(1.243.051)	(465.092)
Juros passivos	(226.883)	(352.853)	(484.663)	(355.971)
Perdas com operações de derivativos	(127.901)	(20.747)	(140.725)	(20.746)
Variações monetárias/cambiais passivas	(194.513)	(12.564)	(308.966)	(14.499)
Outras despesas financeiras	(85.283)	(69.425)	(308.697)	(73.876)
Total	(85.063)	(169.461)	(139.692)	(120.738)

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia e suas controladas provisionam as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das demonstrações contábeis são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

Conciliação da despesa tributária com a alíquota padrão

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) em dezembro de 2011 e de 2010.

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Lucro antes de impostos	4.569.425	3.432.410	5.650.794	3.444.598
Imposto de renda e contribuição social				
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(1.553.605)	(1.167.019)	(1.921.270)	(1.171.163)
Diferenças permanentes				
Equivalência patrimonial	784.941	(64.276)	-	982
Despesas de juros sobre o capital próprio	566.780	201.280	634.780	201.280
Dividendos prescritos	(5.613)	(7.483)	(5.613)	(7.483)
Diferenças temporárias de subsidiárias	-	-	(55.671)	(60.726)
Despesas indedutíveis, brindes, incentivos e dividendos recebidos	(3.698)	(11.916)	(47.576)	(24.532)
Outras adições (exclusões)	(6.136)	-	96.405	-
Outros itens				
Incentivos (culturais, alimentação e transporte)	3.224	15.840	3.470	15.880
Total geral (IRPJ + CSLL)	(214.107)	(1.033.574)	(1.295.475)	(1.045.762)
Taxa efetiva	5%	30%	23%	30%
IRPJ e CSLL corrente	84.029	914.680	928.132	926.868
IRPJ e CSLL diferido	130.078	118.894	367.343	118.894

As composições do ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre diferenças temporárias estão demonstradas na nota 8.2.

31. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no exercício. Não foram realizadas operações que pudessem gerar a emissão de ações potenciais até a divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, não havendo, portanto, ajustes de efeitos diluidores inerentes à potenciais emissões de ações.

O quadro a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

	2011	2010
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da controladora:	4.355.318	2.398.836
Ordinários	1.381.068	749.615
Preferenciais	2.974.250	1.649.221
Número de Ações:	928.005	505.841
Média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o exercício	313.748	168.609
Média ponderada das ações preferenciais em circulação durante o exercício	614.257	337.232
Resultado básico e diluído por ação:		
Ações ordinárias	4,40	4,45
Ações preferenciais	4,84	4,89

32. TRANSAÇÕES E SALDOS COM EMPRESAS LIGADAS

Os principais saldos decorrentes de transações com partes relacionadas estão detalhados abaixo:

Empresa	Natureza da transação	31/12/2011					
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas	Custos de despesas
Atento Brasil S. A.	a) / c) / e) / f)	14.720	-	186.692	338	51.148	1.041.829
SP Telecomunicações Participações Ltda.	d) / f)	4	-	126.283	-	4	357.805
Telefónica de España S. A.	a) / e)	5.320	-	3.997	-	6.266	5.643
Telefónica Del Peru	b)	10.663	-	61	700	3.788	-
Telefónica Internacional S. A.	b) / d) / f)	221	17.022	201.856	-	1	603.066
Telefónica Internacional Wholesale Services Brasil Ltda.	a) / c) / f)	2.131	22	29.080	505	5.741	88.642
Telefónica International Wholesale Services Espanha	a) / e) / f)	6.057	-	3.402	-	11.918	14.625
Telefónica Moviles Espana S.A.	a) / c) / e) / f)	5.424	-	5.984	-	9.190	7.985
Telefónica S. A.	d) / f)	482	1.591	172.229	-	-	578.363
Telefónica Serviços Empresariais do Brasil Ltda.	b) / c) / e) / f)	16.690	932	10.715	2.976	6.553	94.644
Telefónica Transportes e Logística Ltda.	c) / f)	163	-	36.610	144	67	80.887
Terra Networks Brasil S. A.	a) / b) / e)	9.505	16	1.100	-	8.461	5.604
Outras	a) / c) / e) / f)	26.805	631	32.206	313	15.263	38.377
Total		98.185	20.214	810.215	4.976	118.400	2.917.470

Empresa	Natureza da transação	31/12/2010				Receitas	Custos de despesas
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante		
Atento Brasil S. A.	a) / c) / e) / f)	8.250	-	104.330	338	30.356	704.683
Telefónica Internacional Wholesale Services Brasil Ltda.	a) / c) / f)	1.752	134	24.072	259	3.837	80.560
Grupo Vivo		312.910	427	343.365	-	419.445	1.816.903
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda.	b) / c) / e) / f)	13.167	1.943	20.200	2.324	2.261	89.118
Telefônica S. A.	d) / f)	51	92	35.543	-	1.553	89.365
Outras	a) / c) / e) / f)	103.537	14.347	182.020	7.817	49.332	51.922
Total		<u>439.667</u>	<u>16.943</u>	<u>709.530</u>	<u>10.738</u>	<u>506.784</u>	<u>2.832.551</u>

a) Contas a receber de serviços compreendem os valores a receber referentes aos serviços de telecomunicações, no qual destacamos as empresas Terra Networks Brasil S.A., Telefónica de Espanha S.A, Telefónica Internacional Wholesale Services Espanha, Atento Brasil S.A e Telefónica Moviles Espana S.A., principalmente por chamadas de longa distância fixa e móvel, comunicação via celular local, interconexão e com a Telefônica Internacional Wholesale Services Brasil Ltda, devido ao contrato de prestação de serviços de cessão de utilização de fibra óptica subterrânea e outras empresas do grupo.

b) Outros ativos no Ativo Circulante e no Não Circulante são compostos principalmente por créditos junto à Telefónica Internacional S.A., Telefónica Del Peru, Terra Networks Brasil S.A., Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda. ,provenientes de serviços prestados, honorários de consultoria, despesas com salários e outros gastos pagos pela Companhia a serem reembolsados pelas respectivas empresas.

c) Fornecedores compreendem serviços prestados principalmente pela Atento Brasil S.A. sobre os serviços de administração, suporte de centros de tele-atendimento e promotores de vendas; Telefônica Internacional Wholesale Services Brasil Ltda. sobre fornecimento de infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviços de roaming internacional pela Telefónica Moviles Espana S.A.. Destacamos também a prestação de serviços de gestão administrativa relacionadas às áreas: contábil, financeira, recursos humanos, patrimônio e informática a pagar à Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda, Telefônica Transportes e Logística Ltda e outras empresas do grupo.

d) Outras Obrigações no Passivo Circulante e no Não Circulante são compostas principalmente de valores a pagar a título de gerência e assistência técnica e dividendos e JSCP à Telefónica Internacional S.A., SP Telecomunicações Participações Ltda e Telefónica S.A.

e) Receitas compreendem principalmente os faturamentos dos serviços como 0800, Speedy, longa distância nacional com a Terra Networks Brasil S.A., Atento Brasil S.A. e Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda, receita de infra-estrutura de rede locada para a Atento Brasil S.A. e serviços de telecomunicações principalmente por chamadas de longa distância com Telefónica de Espanha S.A., Telefónica Internacional Wholesale Services Espanha, Telefónica Moviles Espana S.A e outras empresas do grupo.

f) O saldo de custos e despesas referem-se principalmente a serviços de roaming internacional pela Telefónica Moviles Espana S.A., serviços de administração de centros de atendimento, tele vendas e serviços mercadológicos prestado pela Atento Brasil S.A., fornecimento de infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados pela Telefônica Internacional Wholesale Services Brasil Ltda e

Telefónica Internacional Wholesale Services Espanha, despesas de gerência, assistência técnica e JSCP à Telefónica Internacional S.A., SP Telecomunicações Participações Ltda e Telefónica S.A. e prestação de serviços de gestão administrativa relacionadas às áreas: contábil, financeira, recursos humanos, patrimônio e informática a pagar à Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda, Telefônica Transportes e Logística Ltda e outras empresas do grupo.

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Antonio Carlos Valente da Silva	Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia
Santiago Fernández Valbuena	Vice-Presidente do Conselho de Administração
Paulo César Pereira Teixeira	Diretor Geral e Executivo
Gilmar Roberto Pereira Camurra	Diretor de Finanças e de Relações com Investidores
Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira	Secretário Geral e Diretor Jurídico
Cristiane Barretto Sales	Diretora de Controladoria
Antonio Gonçalves Oliveira	Conselheiro
Fernando Abril-Martorell Hernandez	Conselheiro
Fernando Xavier Ferreira	Conselheiro
Francisco Javier de Paz Mancho	Conselheiro
Eduardo Navarro de Carvalho	Conselheiro
Iñaki Urdangarin	Conselheiro
José Fernando de Almansa Moreno-Barreda	Conselheiro
Luciano Carvalho Ventura	Conselheiro
José Manuel Fernandez Norniella	Conselheiro
Luis Javier Bastida Ibarguen	Conselheiro
Luiz Fernando Furlan	Conselheiro
Paulo César Pereira Teixeira	Conselheiro
Roberto Oliveira de Lima	Conselheiro
Narcís Serra Serra	Conselheiro

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O montante de remuneração pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários em 2011 foi de aproximadamente R\$27.476 (R\$12.904 em 2010). Destes montantes, R\$14.411 (R\$9.380 em 2010) correspondem a salários e R\$6.251 (R\$3.524 em 2010) a bônus. A Telefônica Brasil também pagou aproximadamente R\$1.220 (R\$2.533 em 2010) referente ao Performance Share Plan – PSP, um plano de incentivo de longo prazo.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

33. SEGUROS

A política da Companhia e suas controladas, bem como do Grupo Telefónica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefónica S.A. As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidade	Limites máximos de indenização
Riscos operacionais (com lucros cessantes)	R\$1.659.430
Responsabilidade civil geral (RCG)	R\$31.740
Seguro Garantia Anatel	R\$24.655

34. PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

Durante os exercícios de 2011 e 2010, a controladora da Companhia, Telefônica S.A., mantinha diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações, os quais eram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Telefônica Brasil e suas subsidiárias.

O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base em modelo binomial de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

A Companhia reembolsa a Telefonia S.A. o valor justo do benefício entregue na data de concessão aos dirigentes e empregados.

Os principais planos em vigor no encerramento dos exercícios de 2011 e 2010 estão detalhados a seguir:

a) Plano de direitos sobre ações da Telefônica S.A.: “Performance Share Plan” ou “PSP”

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefônica S.A., celebrada em 21 de junho de 2006, aprovou a aplicação de um Plano de incentivos de longo prazo dirigido aos executivos da Telefônica S.A. e de suas controladas, que consiste na entrega aos participantes selecionados para esta finalidade, após cumprimento dos requisitos necessários fixados no mesmo plano, de um determinado número de ações da Telefônica S.A., como remuneração variável.

A duração total inicialmente prevista do Plano é de sete anos. O Plano está dividido em cinco ciclos, de três anos de duração cada um, iniciando-se cada um deles em 1º de julho (“Data de Início”) e finalizando em 30 de junho do terceiro ano seguinte à Data de Início (“Data de Finalização”). No início de cada ciclo será determinado o número de ações que será objeto de entrega aos beneficiários do Plano em função do grau de cumprimento dos objetivos fixados. Essa entrega ocorrerá, conforme o caso, uma vez transcorrida a Data de Finalização de cada ciclo. Os ciclos são independentes entre si, começando o primeiro ciclo em 1º de julho de 2006 (com entrega de ações em 1º de julho de 2009), e o quinto ciclo em 1º de julho de 2010 (com entrega de ações, conforme o caso, a partir de 1º de julho de 2013).

A entrega das ações está condicionada:

- Pela permanência na empresa durante os três anos de duração de cada ciclo, sujeito a determinadas condições especiais em relação às baixas.
- O número concreto de ações a serem entregues ao final de cada ciclo dependerá do nível de êxito e do número máximo de ações atribuído a cada executivo. O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da

remuneração ao acionista considerando cotação e dividendos (“Total Shareholder Return” - TSR) da ação da Telefónica, em relação à evolução dos TSRs correspondentes a um conjunto de sociedades cotadas do setor de telecomunicações que constitui o Grupo de Comparação. A cada empregado inscrito no plano é atribuído no início de cada ciclo um número máximo de ações, e o número concreto de ações que serão entregues no final do ciclo é obtido multiplicando esse número máximo pelo nível de êxito alcançado nessa data. Este será 100% caso a evolução do TSR da Telefónica seja igual ou superior ao do terceiro quartil do Grupo de Comparação, e de 30% caso essa evolução seja igual à mediana. Caso a evolução se mantenha entre ambos os valores será feita uma interpolação linear, e caso seja inferior à mediana nada será entregue.

Em 30 de junho de 2010 e 2011 ocorreram os vencimentos do segundo e terceiro ciclos deste plano de incentivos que tiveram as seguintes ações máximas atribuídas aos executivos da Telefónica Brasil e suas subsidiárias:

	Nº de ações	Valor unitário em Euros	Data de Finalização
2º ciclo 1º de julho de 2007	175.534	7,70	30 de junho de 2010
3º ciclo 1º de julho de 2008	186.186	8,39	30 de junho de 2011

Após o vencimento do segundo e terceiro ciclos do Plano, no mês de julho de 2010 e 2011 foram entregues ao total de executivos da Telefónica Brasil e suas subsidiárias que estavam incluídos nesses ciclos, um montante de 175.534 e 189.763 ações, respectivamente.

O número máximo de ações atribuído em cada um dos 2 ciclos em aberto em 31 de dezembro de 2011 é o seguinte:

Ciclos	Nº de ações	Valor unitário em Euros	Data de Finalização
4º ciclo 1º de Julho de 2009	245.240	8,41	30 de junho de 2012
5º ciclo 1º de Julho de 2010	260.611	9,08	30 de junho de 2013

b) Plano “Performance & Investment Plan” ou “PIP”.

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica S.A., celebrada em 18 de maio de 2011, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o compromisso, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Diretivos em nível Global com a atribuição de Ações da Telefónica S.A.

Os participantes não precisam pagar por suas Ações Iniciais Atribuídas e poderão aumentar a quantidade de ações possíveis a receber no fim do Plano se decidirem fazer um investimento conjunto em seu PIP. O Co-Investimento exige que o participante compre e mantenha até o final do ciclo o equivalente a 25% das ações iniciais atribuídas pela Telefónica S.A.. Sobre o Co-investimento do participante a Telefónica S.A. incrementará as ações iniciais em mais 25%.

A duração total inicialmente prevista do plano é de três anos. O início do ciclo foi em 1/07/2011 e se estenderá até 30/06/2014. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 03 anos da data da concessão as ações, serão transferidas para o participante se atingida a meta.

A entrega das ações está condicionada a:

- manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefónica na data de consolidação do Ciclo;
- atingir por parte da Telefónica, resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano: o nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, obtido através ("Total Shareholder Return" - TSR), em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré – definido.

Ø serão entregues 100% das ações se o TSR da Telefónica S.A superar o TSR das Empresas que representem 75% da capitalização na bolsa de valores do Grupo de Comparação.

Ø serão entregues 30% das ações se o TSR da Telefónica S.A ficar no mesmo nível ou acima do TSR das Empresas que representam 50% da capitalização na bolsa de valores do Grupo de Comparação.

Ø determinado por interpolação linear caso o TSR da Telefónica S.A esteja entre 50% e 75% da capitalização na bolsa de valores do Grupo de Comparação.

Ø não serão entregues ações se o TSR da Telefónica S.A ficar abaixo do TSR das Empresas que representem 50% da capitalização na bolsa de valores de Grupo de Comparação.

O número máximo de ações atribuído neste primeiro ciclo em aberto em 31 de dezembro de 2011 é o seguinte:

Ciclo	Nº de ações	Valor unitário em Euros	Data de Finalização
1º ciclo 1 de julho de 2011	570.493	8,28	30 de junho de 2014

c) Plano global de direitos sobre ações da Telefónica S.A.: “Global Employee Share Plan” ou “GESP”.

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica S.A., celebrada em 23 de junho de 2009, aprovou um plano de compra incentivada de ações da Telefónica S.A. dirigido aos empregados do Grupo Telefónica em âmbito internacional, inclusive aos empregados da Telefónica Brasil e suas subsidiárias. Através deste plano, é oferecida a possibilidade de adquirir ações da Telefónica S.A. com o compromisso desta última de entregar gratuitamente aos participantes um determinado número de suas ações, sempre que forem cumpridos determinados requisitos.

A duração total inicialmente prevista do Plano foi de dois anos. Os empregados inscritos no Plano puderam adquirir ações da Telefónica S.A. mediante contribuições mensais de até 100 euros (ou o equivalente em moeda local), com um valor máximo de 1.200 euros ao longo de um período de doze meses (período de compra). A entrega de ações ocorrerá, conforme o caso, após o período de

aquisição de direito do plano, a partir de 1º de setembro de 2012, e está condicionada:

- Pela permanência na empresa durante os dois anos de duração do programa (período de aquisição de direito), sujeito a determinadas condições especiais em relação às baixas.
- O número exato de ações a serem entregues ao final do período de aquisição de direito dependerá do número de ações adquiridas e mantidas pelos empregados. Assim, os empregados inscritos no Plano, e que continuem no Grupo, que tenham mantido as ações adquiridas por um período adicional de mais doze meses depois do fim do período de compra, terão direito a receber uma ação gratuita para cada ação que tenham adquirido e conservado até o fim do período de aquisição de direito.

O período de compra foi iniciado em agosto de 2010, e, em 31 de dezembro de 2011, o número total de empregados da Telefônica Brasil e suas subsidiárias inscritos no Plano totaliza 1.137.

A Telefônica Brasil e suas subsidiárias registraram as seguintes despesas de pessoal referentes aos planos de remuneração baseados em ações, nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

Planos	2011	2010
PSP	R\$10.101	R\$9.516
PIP	R\$4.509	-
GESP	R\$2.298	R\$840
Total	R\$16.908	R\$10.356

35. PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A tabela a seguir descreve os planos que a companhia patrocina com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo ⁽¹⁾	Entidade	Patrocinador
PBS-A	BD	Sistel	Telefônica Brasil S.A. e Vivo S.A. solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
PAMA/PCE	Assistência Médica	Sistel	Telefônica Brasil S.A. e Vivo S.A. solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
CTB	BD	Telefônica Brasil S.A.	Telefônica Brasil S.A.
PBS	BD/Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil S.A. e Vivo S.A.
VISÃO	CD/Híbrido	VisãoPrev	A. Telecom S.A., Telefônica Data S.A., Telefônica Brasil S.A., Vivo S.A. e VisãoPrev Companhia de Previdência Complementar
PREV	Híbrido	VisãoPrev ⁽²⁾	Vivo S.A.

- (1) BD = Plano de Benefício Definido;
 CD = Plano de Contribuição Definida;
 Híbrido = Plano de benefícios que oferece tanto benefícios estruturados na modalidade de benefícios definidos, como contribuições definidas.
- (2) Exceto o plano CELPREV, administrado pela Sistel.

A Companhia e suas controladas, juntamente com outras empresas do antigo Sistema Telebrás, patrocinam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados apresentados a seguir: i) PBS-A; ii) PAMA; iii) CTB ; iv) PBS-Telefônica, PBS-Telesp Celular, PBS-TCO, PBS Tele Sudeste Celular e PBS Tele Leste Celular; v) Plano TCP Prev, TCO Prev e CelPrev; e vi) Plano de Benefícios Visão Telefônica e Visão Celular – Celular CRT, Telerj Celular, Telest Celular, Telebahia Celular e Telergipe Celular.

A Companhia e suas controladas patrocinam, individualmente, um plano de benefícios definidos de aposentadoria - o Plano PBS, administrado pela Visão Prev, o qual atende, aproximadamente, 0,46% dos empregados da Companhia. A Companhia e suas controladas participam, também, de um plano multipatrocinado de aposentadoria (PBS-A) e de assistência médica (PAMA) aos empregados aposentados da Companhia e a seus dependentes (administrado pela Fundação Sistel, com fundo já constituído e contribuição dos participantes), a custo compartilhado. As contribuições aos planos PBS são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano conforme discriminado abaixo:

Plano	%
PBS Telesp	13,96
PBS Telesp Celular	10,78
PBS Tele Sudeste Celular	16,67
PBS Telemig Celular	10,36
PAMA	1,50

Para os demais empregados da Companhia e suas controladas, há um plano individual de contribuição definida – o Plano de Benefícios Visão, sendo ambos administrados pela Visão Prev Companhia de Previdência Complementar. Esses planos são viabilizados através de contribuições feitas pelos participantes (empregados) e pelas patrocinadoras, que são creditadas em contas individuais dos participantes. A Companhia e suas controladas são responsáveis pelo custeio de todas as despesas administrativas e de manutenção dos planos, inclusive pelos riscos de morte e invalidez dos participantes. As contribuições da Companhia e suas controladas para esses planos são iguais às dos participantes, variando de 2% a 9% do salário dos participantes, e de 0% a 8% do salário para os participantes do plano Vivo Prev de sua controlada Vivo S.A. , em função do percentual escolhido pelo participante.

Adicionalmente, a Companhia complementa aposentadoria de alguns empregados da antiga CTB – Companhia Telefônica Brasileira.

Durante o exercício de 2011, a Companhia e suas controladas efetuaram contribuições aos Planos PBS no montante de R\$18 (R\$17 em 2010), aos Planos

Visão no montante de R\$28.743 (R\$25.574 em 2010) e aos Planos Prev no montante de R\$23.073.

A controlada Vivo S.A. também patrocina o CelPrev. O participante pode fazer três tipos de contribuições ao plano, sendo: (a) contribuição normal básica: percentual variável de 0% a 2% do seu salário de participação; (b) contribuição normal adicional: percentual variável de 0% a 6% da parcela do seu salário de participação que for maior que 10 Unidades de Referência Padrão do Plano; e (c) contribuição voluntária: percentual livremente escolhido pelo participante e aplicado sobre seu salário de participação. A patrocinadora pode fazer quatro tipos de contribuições, sendo: (a) contribuição normal básica: contribuição igual à contribuição normal básica do participante, deduzida a contribuição para o custeio do benefício de auxílio-doença e aquela destinada ao custeio das despesas administrativas; (b) contribuição normal adicional: igual à contribuição normal adicional do participante, descontada a despesa administrativa; (c) contribuição eventual: efetuada de modo voluntário e com frequência determinada pela patrocinadora; e (d) contribuição especial: contribuição destinada exclusivamente aos funcionários da patrocinadora que não pertencem ao PBS e que ingressaram no prazo de 90 dias da data de início de vigência do CelPrev.

A avaliação atuarial dos planos foi efetuada em dezembro de 2011 e 2010, com base no cadastro dos participantes de 31 de agosto e 30 de setembro de 2011 para os planos administrados pela VisãoPrev e Sistel, respectivamente, ambos projetados para 31 de dezembro de 2011 e com base no cadastro dos participantes de 31 de julho e 31 de agosto de 2010 para os planos administrados pela VisãoPrev e Sistel, respectivamente, ambos projetados para 31 de dezembro de 2010, tendo sido adotado o método do crédito unitário projetado e os ganhos e perdas atuariais gerados em cada exercício são reconhecidos de forma imediata em Outros Resultados Abrangentes. Os ativos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, respectivamente, sendo que para os planos multipatrocinados (PAMA e PBS-A), o rateio dos ativos dos planos foi feito com base no passivo atuarial da empresa em relação ao passivo atuarial total do plano.

As provisões atuariais referentes aos planos citados acima, estão registradas em "Provisões" (nota 20).

O passivo atuarial registrado pela Companhia em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é o seguinte:

Plano	2011	2010
CTB	34.615	20.818
PAMA	273.373	198.182
PBS	905	-
Totais consolidados	<u>308.893</u>	<u>219.000</u>

a. Conciliação dos ativos e passivos

2011

	PBS-A (i)	CTB	PAMA (i)	PBS	Visão	PREV	Total
Total do passivo atuarial	1.214.453	34.615	366.660	242.227	33.986	46.251	1.938.192
Valor justo dos ativos	1.882.195	-	93.287	294.602	108.793	73.689	2.452.566
Passivo (ativo) líquido	<u>(667.742)</u>	<u>34.615</u>	<u>273.373</u>	<u>(52.375)</u>	<u>(74.807)</u>	<u>(27.438)</u>	<u>(514.374)</u>
Limitador dos ativos	667.742	-	-	53.195	44.375	26.745	792.057
Passivo líq. reconhecido no balanço	-	34.615	273.373	905	-	-	308.893
Ativo líq. reconhecido no balanço	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(85)</u>	<u>(30.432)</u>	<u>(693)</u>	<u>(31.210)</u>

2010

	PBS-A (i)	CTB	PAMA (i)	PBS	Visão	Total
Total do passivo atuarial	1.138.330	20.818	272.141	94.177	31.914	1.557.380
Valor justo dos ativos	1.717.746	-	73.959	111.613	121.377	2.024.695
Passivo (ativo) líquido	<u>(579.416)</u>	<u>20.818</u>	<u>198.182</u>	<u>(17.436)</u>	<u>(89.463)</u>	<u>(467.315)</u>
Limitador dos ativos	579.416	-	-	17.436	62.292	659.144
Passivo líq. reconhecido no balanço	-	20.818	198.182	-	-	219.000
Ativo líq. reconhecido no balanço	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(27.171)</u>	<u>(27.171)</u>

(i) Refere-se à participação proporcional da empresa e suas controladas nos ativos e passivos dos planos multipatrocinados PAMA e PBS-A.

b. Total de despesa reconhecida na demonstração de resultado

2011

	CTB	PAMA	PBS	Visão	PREV	Total
Custo do serviço corrente	-	252	821	3.971	2.482	7.526
Custo dos juros	1.978	29.173	17.838	3.062	3.487	55.538
Rendimento esperado dos ativos do plano	-	<u>(8.163)</u>	<u>(25.654)</u>	<u>(6.940)</u>	<u>(5.795)</u>	<u>(46.552)</u>
	<u>1.978</u>	<u>21.262</u>	<u>(6.995)</u>	<u>93</u>	<u>174</u>	<u>16.512</u>

2010

	CTB	PAMA	PBS	Visão	Total
Custo do serviço corrente	-	159	78	3.663	3.900
Custo dos juros	2.148	23.038	8.803	2.865	36.854
Rendimento esperado dos ativos do plano	-	<u>(6.489)</u>	<u>(11.334)</u>	<u>(11.970)</u>	<u>(29.793)</u>
	<u>2.148</u>	<u>16.708</u>	<u>(2.453)</u>	<u>(5.442)</u>	<u>10.961</u>

c. Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

2011						
	CTB	PAMA	PBS	Visão	PREV	Total
(Ganhos) e perdas atuariais reconhecidos imediatamente	15.398	36.581	22.643	30.628	(6.552)	98.698
Efeito limitador	-	-	35.760	(17.918)	26.746	44.588
Custo total reconhecido em outros resultados abrangentes	<u>15.398</u>	<u>36.581</u>	<u>58.403</u>	<u>12.710</u>	<u>20.194</u>	<u>143.286</u>

2010					
	CTB	PAMA	PBS	Visão	Total
(Ganhos) e perdas atuariais reconhecidos imediatamente	(1.809)	13.069	(7)	(1.138)	10.115
Efeito limitador	-	-	2.472	47.998	50.470
Custo total reconhecido em outros resultados abrangentes	<u>(1.809)</u>	<u>13.069</u>	<u>2.465</u>	<u>46.860</u>	<u>60.585</u>

d. Movimentação do (ativo) passivo atuarial líquido

	PBS-A	CTB	PAMA	PBS	Visão	PREV	Total
Passivo (Ativo) do Plano em 01/01/2010	-	23.508	168.419	-	(65.185)	-	126.742
Despesas de 2010	-	2.148	16.708	(2.453)	(5.442)	-	10.961
Contribuições das empresas em 2010	-	(3.029)	(14)	(12)	(3.404)	-	(6.459)
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	-	(1.809)	13.069	2.465	46.860	-	60.585
Passivo (Ativo) do Plano em 31/12/2010	-	20.818	198.182	-	(27.171)	-	191.829
Combinação de Negócios	(17.809)	-	17.431	(50.294)	(11.048)	(19.961)	(81.681)
Despesas de 2011	(92.030)	1.978	21.262	(6.995)	93	174	(75.518)
Contribuições das empresas em 2011	-	(3.579)	(83)	(294)	(5.016)	(1.100)	(10.072)
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	109.839	15.398	36.581	58.403	12.710	20.194	253.125
Passivo (Ativo) do Plano em 31/12/2011	<u>-</u>	<u>34.615</u>	<u>273.373</u>	<u>820</u>	<u>(30.432)</u>	<u>(693)</u>	<u>277.683</u>
Ativo atuarial reconhecido no balanço	-	-	-	(85)	(30.432)	(693)	(31.210)
Passivo atuarial reconhecido no balanço	<u>-</u>	<u>34.615</u>	<u>273.373</u>	<u>905</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>308.893</u>

e. Movimentação do passivo atuarial

	PBS-A	CTB	PAMA	PBS	Visão	PREV	Total
Passivo atuarial em 01/01/2010	1.082.459	23.508	238.767	93.098	31.348	-	1.469.180
Custo do serviço corrente	-	-	159	78	3.663	-	3.900
Juros sobre o passivo atuarial	102.289	2.148	23.038	8.803	2.865	-	139.143
Benefícios pagos no exercício	-	(3.029)	(9.916)	(6.665)	(585)	-	(20.195)
Contribuição dos participantes vertidas no ano	(93.289)	-	-	1	302	-	(92.986)

	PBS-A	CTB	PAMA	PBS	Visão	PREV	Total
(Ganhos) e perdas atuariais do exercício	46.871	(1.809)	20.092	(1.138)	(5.678)	-	58.338
Passivo atuarial em 31/12/2010	1.138.330	20.818	272.140	94.177	31.915	-	1.557.380
Combinação de Negócios	35.091	-	23.936	117.481	161	49.656	226.325
Custo do serviço corrente	-	-	251	821	3.970	2.482	7.524
Juros sobre o passivo atuarial	114.725	1.978	29.173	17.838	3.062	3.487	170.263
Benefícios pagos no exercício	(97.917)	(3.579)	(13.390)	(13.385)	(5.900)	(1.113)	(135.284)
Contribuição de participantes vertidas no ano	-	-	-	345	-	-	345
(Ganhos) e perdas atuariais do exercício	24.224	15.398	54.550	24.950	778	(8.261)	111.639
Passivo atuarial em 31/12/2011	1.214.453	34.615	366.660	242.227	33.986	46.251	1.938.192

f. Movimentação dos ativos dos planos

	PBS-A	CTB	PAMA	PBS	Visão	PREV	Total
Valor justo dos ativos do plano em 01/01/2010	1.479.620	-	70.348	108.062	110.828	-	1.768.858
Benefícios pagos no exercício	(93.290)	(3.029)	(9.916)	(6.665)	(585)	-	(113.485)
Contribuições totais no exercício	-	3.029	14	12	3.704	-	6.759
Rendimento esperado dos ativos do plano no exercício	141.762	-	6.490	11.334	11.970	-	171.556
Ganhos /(perdas) sobre os ativos	189.654	-	7.023	(1.131)	(4.539)	-	191.007
Valor justo dos ativos do plano em 31/12/2010	1.717.746	-	73.959	111.612	121.378	-	2.024.695
Combinação de Negócios	52.900	-	6.505	167.775	11.209	69.617	308.006
Benefícios pagos no exercício	(97.917)	(3.579)	(13.390)	(13.385)	(5.900)	(1.113)	(135.284)
Contribuições totais no exercício	-	3.579	81	640	5.017	1.099	10.416
Rendimento esperado dos ativos do plano no exercício	206.757	-	8.163	25.654	6.940	5.795	253.309
Ganhos / (perdas) sobre os ativos	2.709	-	17.969	2.306	(29.851)	(1.709)	(8.576)
Valor justo dos ativos do plano em 31/12/2011	1.882.195	-	93.287	294.602	108.793	73.689	2.452.566

g. Despesas previstas para o exercício de 2012

	CTB	PAMA	PBS	Visão	PREV	Total
Custo do serviço corrente	-	165	853	4.596	3.872	9.486
Custo dos juros	3.164	35.026	22.780	3.083	4.260	68.313
Rendimento esperado dos ativos do plano	-	(10.847)	(35.943)	(13.392)	(9.001)	(69.183)
Total de despesas (reversões) para 2012	3.164	24.344	(12.310)	(5.713)	(869)	8.616

h. Premissas atuariais

2011	Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano	Taxa de crescimento salarial futuro	Taxa de crescimento dos custos médicos	Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	Agravamento na utilização dos serviços médicos conforme a idade	Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	Idade prevista para aposentadoria
PBS/Visão	11,60%	PBS: 6,54% Visão: 7,20%	N/A	4,5%	N/A	N/A	Elegibilidade do benefício de aposentadoria normal
PBS Telemig	12,08%	N/A	N/A	4,5%	N/A	N/A	Elegibilidade do benefício de aposentadoria normal
Celprev/PREV	Celprev: 11,10% PREV: 11,60%	Celprev: 7,19% PREV: 7,20%	N/A	4,5%	N/A	N/A	Elegibilidade do benefício de aposentadoria normal
CTB	N/A	N/A	N/A	4,5%	N/A	N/A	Elegibilidade do benefício de aposentadoria normal
PAMA	11,07%	N/A	7,64%	N/A	4,00%	5% ao atingir 52 anos e 10 anos de participação; 3% a cada ano subsequente; 100% na elegibilidade à aposentadoria normal	N/A
PBS-A	12,08%	N/A	N/A	4,5%	N/A	N/A	N/A

OBS.: Todas as taxas são nominais, exceto a de agravamento na utilização dos serviços médicos.

Além das premissas acima, foram adotadas outras premissas comuns a todos os planos, como segue:

- Taxa utilizada para desconto a valor presente do passivo atuarial: 9,73%;
- Taxa de inflação: 4,5%;
- Fator de capacidade para salários e benefícios: 98%;
- Rotatividade: 0,15 (anos de serviço +1), nula a partir de 50 anos;
- Tábua de entrada em invalidez: Mercer Disability;
- Tábua de mortalidade: AT2000 segregada por sexo, e
- Tábua de mortalidade de inválidos: IAPB-57.

2010	Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano	Taxa de crescimento salarial futuro	Taxa de crescimento dos custos médicos	Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	Agravamento na utilização dos serviços médicos conforme a idade	Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	Idade prevista para aposentadoria
PBS/Visão	11,60%	PBS: 6,54% Visão: 7,20%	N/A	5,00%	N/A	N/A	Primeira idade com direito a um dos benefícios Primeira data na qual se torna elegível a um benefício pela Previdência Social
CTB	N/A	N/A	N/A	5,00%	N/A	N/A	
PAMA	11,07%	N/A	8,15%	N/A	4,00%	5% ao atingir 52 anos e 10 anos de participação; 3% a cada ano subsequente; 100% na elegibilidade à aposentadoria normal	N/A
PBS-A	12,08%	N/A	N/A	5,00%	N/A	N/A	N/A

OBS.: Todas as taxas são nominais, exceto a de agravamento na utilização dos serviços médicos.

Além das premissas acima, foram adotadas outras premissas comuns a todos os planos, como segue:

- Taxa utilizada para desconto a valor presente do passivo atuarial: 10,25%;
- Taxa de inflação: 5,0%;
- Fator de capacidade para salários e benefícios: 98%;
- Rotatividade: 0,15 (anos de serviço +1), nula a partir de 50 anos;
- Tábua de entrada em invalidez: Mercer Disability;
- Tábua de mortalidade: AT2000 segregada por sexo, e
- Tábua de mortalidade de inválidos: IAPB-57.

i. Rendimento esperado de longo prazo dos investimentos

	2011	2010
Percentual de alocação dos ativos dos planos		
- Instrumentos de capital	5,87%	14,28%
- Instrumentos de dívida	92,87%	85,09%
- Outros	1,26%	0,63%
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>
Retorno esperado dos ativos dos planos		
- Instrumentos de capital	16,36%	15,61%
- Instrumentos de dívida	12,46%	10,82%
- Outros	11,67%	10,25%
Total	<u>13,06%</u>	<u>11,50%</u>

As taxas esperadas de retorno dos investimentos de longo prazo relativas aos planos avaliados foram selecionadas pela Companhia, tendo sido determinadas a partir das expectativas de rentabilidade de longo prazo, com base nas projeções de longo prazo

fornecidas pela Tendências Consultoria e dados da ANBIMA, entre outros, conforme abaixo:

- § Ativos de renda variável: foi utilizado o prêmio histórico de risco apurado pelo atuário consultor;
- § Títulos pré-fixados: taxa média, ponderada pelas LTN's disponíveis e portfólio do mercado de NTN-F's;
- § Ativos atrelados à inflação: taxa média, ponderada pela carteira das NTN-B's e NTN-C's disponíveis no mercado;
- § Títulos cambiais: taxa ponderada da SELIC pela taxa da variação cambial projetada para os próximos 10 anos;
- § Ativos de renda fixa: variação da taxa média de juros nominais internos, projetada para os próximos 10 anos;
- § Empréstimos a participantes: é considerada a maior taxa entre o CDI e a meta atuarial do plano;
- § Imóveis: foi utilizada a meta atuarial do plano utilizada por seu administrador.

j. Histórico dos ativos e passivos observados

	2011	2010	2009	2008	2007
Valor presente das obrigações	723.739	419.050	386.722	337.480	257.787
Valor justo dos ativos	570.371	306.949	289.239	253.695	232.378
Déficit	153.368	112.101	97.483	83.785	25.409
Ajuste por experiências dos passivos (%)	12,08%	1,29%	7,77%	11,83%	6,87%
Ajuste por experiência dos passivos (valores)	87.413	5.397	30.043	39.929	17.709
Ajuste por experiências dos ativos (%)	(1,98%)	(0,44%)	(6,85%)	(3,39%)	(9,65%)
Ajuste por experiência dos ativos (valores)	(11.284)	(1.352)	(19.826)	(8.598)	(22.428)

k. Calendário de benefícios a serem pagos nos próximos exercícios

	2012	2013	2014	2015	2016	2017 em diante
Planos de pensão definida	142.033	148.084	154.407	160.707	167.679	8.041.003

l. Considerações relevantes sobre o Plano PAMA

O efeito de um aumento de um ponto percentual e o efeito de uma redução de um ponto percentual nas taxas de tendência dos custos médicos é o seguinte:

a) +1% na taxa de crescimento nominal dos custos médicos

Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	5.639
Efeito no valor presente das obrigações	57.677

b) +1% na taxa de crescimento nominal dos custos médicos

Efeito no custo do serviço corrente e nos juros sobre as obrigações atuariais	(4.653)
Efeito no valor presente das obrigações	(47.581)

36. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

O quadro abaixo apresenta a composição dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2011.

	Controladora								
	Valor justo			Custo amortizado					
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Cobertura	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	Investimentos mantidos até o vencimento	Nível 1 preço de mercado	Nível 2 Estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
Ativos Financeiros									
Circulante									
Caixa e equivalentes a caixa (nota 5)	-	-	-	826.902	-	-	-	826.902	826.902
Operações com derivativos	674	-	-	-	-	-	674	674	674
Não Circulante									
Participações Societárias	-	-	35.317	-	-	35.317	-	35.317	35.317
Operações com derivativos	-	35.142	-	-	-	-	35.142	35.142	35.142
Valores vinculados ao Tesouro Nacional (nota 11)	-	-	-	-	13.819	-	-	13.819	13.819
Total de ativos financeiros	674	35.142	35.317	826.902	13.819	35.317	35.816	911.854	911.854

	Controladora						
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Coberturas	Nível 1 preço de mercado	Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
Passivos Financeiros							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos (nota 18)	5.816	505.083	-	-	5.816	510.899	510.899
Debêntures	5.537	463.087	-	-	5.537	468.624	468.624
Operações com derivativos	181	-	10.779	-	10.960	10.960	10.960
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos (nota 18)	290.416	987.367	-	-	290.416	1.277.783	1.277.783
Debêntures	81.853	705.954	-	-	81.853	787.807	787.807
Operações com derivativos	-	-	13.382	-	13.382	13.382	13.382
Total de passivos financeiros	383.803	2.661.491	24.161	-	407.964	3.069.455	3.069.455

	Consolidado								
	Valor justo			Custo amortizado					
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Cobertura	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	Investimentos mantidos até o vencimento	Nível 1 preço de mercado	Nível 2 Estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
Ativos Financeiros									
Circulante									
Caixa e equivalentes a caixa (nota 5)	-	-	-	2.940.342	-	-	-	2.940.342	2.940.342
Operações com derivativos	730	1.110	-	-	-	-	1.840	1.840	1.840
Não Circulante									
Participações Societárias	-	-	37.696	-	-	37.696	-	37.696	37.696
Operações com derivativos	-	225.935	-	-	-	-	225.935	225.935	225.935
Valores vinculados ao Tesouro Nacional (nota 11)	-	-	-	-	13.819	-	-	13.819	13.819
Total de ativos financeiros	730	227.045	37.696	2.940.342	13.819	37.696	227.775	3.219.632	3.219.632

	Consolidado						
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Coberturas	Nível 1 preço de mercado	Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
Passivos Financeiros							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos (nota 18)	34.802	953.611	-	-	34.802	988.413	988.413
Debêntures	5.537	463.087	-	-	5.537	468.624	468.624
Operações com derivativos	1.327	-	49.835	-	51.162	51.162	51.162
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos (nota 18)	969.977	2.989.138	-	-	969.977	3.959.115	3.959.115
Debêntures	81.853	705.954	-	-	81.853	787.807	787.807
Operações com derivativos	-	-	78.369	-	78.369	78.369	78.369
Total de passivos financeiros	1.093.496	5.111.790	128.204	-	1.221.700	6.333.490	6.333.490

Participações Societárias

A Companhia possui participações societárias de forma direta e indireta, oriundas do processo de privatização. Tais investimentos, avaliados a valor de mercado, consideram a última cotação de 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

O quadro a seguir apresenta a composição das participações societárias a valor de mercado em 31 de dezembro de 2011 e de 2010:

	% Partic.	2011	2010
Zon Multimédia	0,52	9.116	12.226
Outros investimentos		28.580	30.483
Total		37.696	42.709

Hierarquia de valor justo

A Companhia e suas controladas utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo nível 3 e nível 2. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros com avaliação de valor justo nível 3.

Conforme permitido pelo CPC 37, a Companhia e suas controladas não divulgaram informações comparativas da hierarquia do valor justo e divulgações de liquidez.

Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia e suas controladas é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia e suas controladas administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia e suas controladas podem efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, operações com derivativos, menos caixa e equivalentes de caixa.

Política de Gestão de Riscos

A Companhia está exposta a diversos riscos de mercado, como consequência da sua operação comercial, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia e suas controladas são:

a. Risco de Taxa de Câmbio

Há o risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas decorrentes de seu passivo de empréstimo em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2011, 19,32% (0,95% em 31 de dezembro de 2010) da dívida financeira era denominada em moeda estrangeira (dólar norte-americano e cesta de moedas - UMBNDES). A Companhia contrata operações de derivativos (*hedge* cambial) junto a instituições financeiras para proteger-se da variação cambial decorrente da totalidade de seu endividamento financeiro em moeda estrangeira (R\$1.004.207 em 31 de dezembro de 2011 e R\$17.304 em 31 de dezembro de 2010).

Desta forma, a totalidade deste endividamento (31 de dezembro de 2011 e de 2010) era coberta por posições ativas de operações de *hedge* cambial com *swap* para CDI.

Há também o risco cambial associado aos ativos e passivos não financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

A partir do mês de maio de 2010 foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos não financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações (US\$13.917 a pagar e €17.818 a pagar em 31 de dezembro de 2011) para minimizar seus riscos cambiais.

b. Risco de Taxa de Juros e Inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes da parcela das debêntures referenciadas ao CDI e das posições passivas em derivativos (*hedge cambial* e IPCA) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

A dívida com o BNDES tem como indexador a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional) que vem se mantendo em 6,0% a.a. desde julho de 2009.

O risco de taxa de inflação decorre das debêntures da Telemig (empresa incorporada pela Vivo Part. em 1º de junho de 2010), indexadas ao IPCA, que pode afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável neste indexador.

Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia e suas controladas investem o excesso de disponibilidade de R\$2.862.938 (R\$1.547.785 em

31 de dezembro de 2010), principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e sua controlada Vivo possuíam contratos de financiamento em vigor, com cláusulas restritivas (*covenants*) tradicionalmente aplicáveis a este tipo de operação, relacionadas à geração de caixa, índices de endividamento e outros. Essas cláusulas restritivas, que devem ser apuradas semestral e anualmente e que poderiam antecipar as exigibilidades dos passivos, foram totalmente observadas e todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos.

As debêntures da 1ª e 4ª emissão da Vivo Part., assumidas pela Companhia em 19 de agosto e 28 de setembro 2011, respectivamente, possuem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados trimestralmente e cláusulas restritivas quanto a pedidos de recuperação judicial e extrajudicial, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de aut falência ou decretação de falência, falta de pagamento, falta de cumprimento de obrigações não fiduciárias. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos e todas estas cláusulas restritivas foram cumpridas, incluindo a relativa à aprovação da transferência pela maioria dos debenturistas.

c. Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia e suas controladas estruturam os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota 18, e de seus respectivos derivativos conforme demonstrado no cronograma de pagamentos divulgado nesta nota, de modo a não afetar a sua liquidez.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

d. Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e das vendas de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados para a rede de distribuidores.

O risco de crédito com as contas a receber é diversificado e minimizado por um controle estrito da base de clientes. A Companhia e suas controladas monitoram constantemente o nível de contas a receber de serviços pós-pagos e limita o risco de contas indêbitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida. Na modalidade de telefonia móvel, a base de clientes é predominantemente na modalidade pré-pago, a qual requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito. São feitas exceções aos serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de *credit scoring*, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta as bases de dados comerciais, além da solicitação de garantias.

Em 31 de dezembro de 2011, a carteira de clientes da Companhia não apresentava registros de assinantes cujos recebíveis eram, individualmente, superiores a 1% do total de contas a receber de serviços.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fiança recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de operações de derivativos. A Companhia atua controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha, conforme política de crédito de contrapartes financeiras vigente.

Derivativos e Política de Gestão de Risco

Todas as contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia e suas controladas têm o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira e proteção ao risco de variação da inflação de sua debênture indexada ao IPCA com prazo mais curto. Desta forma, eventuais variações nos fatores de risco geram um efeito inverso na contrapartida que se propõem a proteger. Não há, portanto, instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (“*hedged*”).

A Companhia e suas controladas mantêm controles internos com relação aos seus instrumentos derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação a seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

A Companhia e suas controladas calculam a efetividade dos derivativos contratados para cobertura de seus passivos financeiros no início da operação e em bases contínuas (trimestralmente). Em 31 de dezembro de 2011, os derivativos contratados apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Desde que estes contratos de derivativos sejam qualificados como contabilidade de *hedge* (“*hedge accounting*”), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo conforme as regras de *hedge* de valor justo. Conforme as regras de contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos designados para essas coberturas contábeis são reconhecidas no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2011, a Controlada Vivo S.A. possuía um *swap* cambial no montante de US\$102.573 mil designado como *hedge* de fluxo de caixa, cuja variação acumulada do valor justo, reconhecida no patrimônio líquido, era de R\$3.022.

A Companhia e suas controladas firmaram contratos de *swap* em moeda estrangeira a diversas taxas de câmbio para cobertura de seus ativos e passivos em moeda estrangeira.

Em 15 de outubro de 2009 foi contratado um *swap* por sua controlada Vivo Part., o qual está indexado ao IPCA na ponta ativa e indexado a CDI na ponta passiva para cobrir a exposição dos fluxos da 3ª série da 4ª emissão de debêntures à variação do

índice IPCA. Em sua contratação este *swap* foi reconhecido como *hedge* de valor justo.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos de derivativos embutidos.

Valores justos dos instrumentos financeiros

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da BM&FBovespa e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para *swaps*, divulgadas pela BM&FBovespa.

Os valores de mercado dos derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de Cupom da Moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na CETIP, sendo todos classificados como *swaps*, não requerendo depósitos de margem.

		Consolidado					
Descrição	Indexador	Valor de referência (nacional)		Valor justo		Efeito acumulado	
		2011	2010	2011	2010	Valor a receber	Valor a pagar
Contratos de swaps							
Ponta Ativa							
Moeda estrangeira (a)		1.106.438	19.608	1.248.514	17.306	212.262	-
BES	USD	-	3.155	-	2.654	-	-
Citibank	USD	187.845	-	199.872	-	32.219	-
Votorantim	USD	13.434	16.453	14.028	14.652	-	-
Banco do Brasil	USD	258.900	-	282.205	-	19.629	-
Bradesco	USD	196.728	-	231.391	-	43.137	-
Itaú	USD	6.324	-	6.371	-	57	-
JP Morgan	USD	443.207	-	514.647	-	117.220	-
Moeda estrangeira (b)		44.098	-	43.059	-	-	-
Bradesco	EUR	13.828	-	13.773	-	-	-
Itaú	EUR	30.270	-	29.286	-	-	-
Índices de inflação		72.000	-	87.390	-	15.513	-
Bradesco	IPCA	72.000	-	87.390	-	15.513	-
Taxa pós (c)		4.644	86.954	4.638	86.537	-	-
Bradesco	CDI	896	-	899	-	-	-
Banco do Brasil	CDI	-	51.025	-	50.647	-	-
Citibank	CDI	-	22.047	-	22.048	-	-
Citibank	CDI	-	10.012	-	9.980	-	-
HSBC	CDI	-	3.870	-	3.862	-	-
Itaú	CDI	3.748	-	3.739	-	-	-

		Consolidado					
Descrição	Indexador	Valor de referência (nocial)		Valor justo		Efeito acumulado	
		2011	2010	2011	2010	Valor a receber	Valor a pagar
Ponta Passiva							
<u>Taxa pós (a)</u>		(1.150.536)	(19.608)	(1.204.745)	(44.654)	-	(125.435)
BES	CDI	-	(3.155)	-	(7.185)	-	-
Citibank	CDI	(187.845)	-	(186.324)	-	-	(18.672)
Votorantim	CDI	(13.434)	(16.453)	(34.139)	(37.469)	-	(20.111)
Banco do Brasil	CDI	(258.900)	-	(262.576)	-	-	-
Bradesco	CDI	(210.556)	-	(230.901)	-	-	(28.874)
Itaú	CDI	(36.594)	-	(36.753)	-	-	(1.153)
JP Morgan	CDI	(443.207)	-	(454.052)	-	-	(56.625)
<u>Taxa pós (b)</u>		(72.000)	-	(75.926)	-	-	(4.049)
Bradesco	IPCA	(72.000)	-	(75.926)	-	-	(4.049)
<u>Moeda estrangeira (c)</u>		(4.644)	(3.870)	(4.685)	(3.876)	-	(47)
HSBC	USD	-	(3.870)	-	(3.876)	-	-
Bradesco	USD	(896)	-	(937)	-	-	(38)
Itaú	USD	(3.748)	-	(3.748)	-	-	(9)
<u>Moeda estrangeira (d)</u>		-	(83.084)	-	(83.192)	-	-
Bradesco	EUR	-	(51.025)	-	(51.125)	-	-
Citibank	EUR	-	(22.047)	-	(22.253)	-	-
Citibank	EUR	-	(10.012)	-	(9.814)	-	-
Total reconhecido nas demonstrações						227.775	(129.531)
Valores a receber						98.244	

a) *Swaps* de moeda estrangeira (Dólar) x CDI (R\$1.217.652) – operações de *swap* contratadas com vencimentos variados até 2019, com o objetivo de proteger risco de variação cambial da operação de empréstimo em dólares americanos e em cesta de moedas do BNDES (valor de mercado da dívida financeira de R\$1.198.483).

b) *Swap* de moeda estrangeira (Euro e Dólar) e (CDI x EUR) (R\$69.237 – operações de *swaps* contratadas com vencimentos até 28 de fevereiro de 2012, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores líquidos a pagar em Euro e em Dólar (valor contábil de R\$ 26.106 em dólar e R\$43.246 em Euro).

c) *Swap* IPCA x percentual do CDI (R\$87.390) – operações de *swap* contratadas com vencimento anuais até 2014 com o objetivo de proteger o fluxo idêntico ao das debêntures (4ª emissão – 3ª série) indexadas ao IPCA (saldo de mercado R\$87.390).

Abaixo segue a distribuição de vencimentos dos contratos de *swap* em 31 de dezembro de 2011:

Contrato de swap	Vencimento em				Valor a pagar/receber 31/12/2011
	2012	2013	2014	2015 em diante	
Moeda Estrangeira x CDI	(47.139)	(22.330)	2.259	154.037	86.827
VOTORANTIM	(8.642)	(7.876)	(3.593)	-	(20.111)
BRDESCO	(8.101)	(8.663)	(5.790)	36.817	14.263
JP MORGAN	(21.499)	(17.849)	(17.277)	117.220	60.595
BANCO DO BRASIL	-	19.629	-	-	19.629
CITIBANK	(7.801)	(7.571)	28.919	-	13.547
ITAÚ	(1.096)	-	-	-	(1.096)
CDI x Moeda Estrangeira	(47)	-	-	-	(47)
BRDESCO	(38)	-	-	-	(38)
ITAÚ	(9)	-	-	-	(9)
IPCA x CDI	(2.136)	(1.913)	15.513	-	11.464
ITAÚ	(2.136)	(1.913)	15.513	-	11.464

Para fins de preparação das demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas adotaram a metodologia de contabilidade de *hedge* para os seus swaps de moeda estrangeira x CDI, CDI x moeda estrangeira e IPCA x CDI destinados a cobertura de dívida financeira. Nessa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valorados pelo seu valor justo.

Para o período findo em 31 de dezembro de 2011, as operações de derivativos geraram um resultado positivo consolidado de R\$111.033 (um resultado negativo de R\$2.179 em 31 de dezembro de 2010), conforme nota 29.

Em 31 de dezembro de 2011 temos o saldo de R\$227.775 registrado no ativo e o saldo de R\$129.531 no passivo para reconhecer a posição de derivativos naquela data.

Análise de Sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto na CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (equivalente ao IFRS 7), devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBovespa. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros de derivativos já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Como a Companhia possui somente instrumentos derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulgou o saldo do objeto protegido e do instrumento financeiro derivativo em linhas separadas do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia, em cada um dos três cenários mencionados, conforme demonstrado abaixo:

Análise de Sensibilidade – Exposição Líquida

Controladora

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Provável</u>	<u>Deterioração 25%</u>	<u>Deterioração 50%</u>
Hedge (Ponta Ativa)	Derivativos (Risco queda USD)	296.233	373.512	20.962
Dívida em USD	Dívidas (Risco aumento USD)	(296.232)	(373.511)	(20.961)
	Exposição Líquida	1	1	1
Hedge (Ponta Passiva)	Derivativos (Risco aumento EUR)	13.974	17.487	21.007
Contas a Receber (Risco queda EUR)	Ativos (Risco de queda do EUR)	(13.753)	(17.192)	(20.630)
	Exposição Líquida	221	295	377
Hedge (Ponta Ativa)	Derivativo (Risco queda USD)	24.492	24.782	29.767
Contas a pagar em USD	Contas a pagar (Risco aumento USD)	(24.375)	(24.613)	(29.536)
	Exposição Líquida	117	169	231
Hedge (Ponta Ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	87.390	90.181	94.951
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(87.390)	(90.181)	(94.951)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (Ponta CDI)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(405.930)	(424.321)	(443.011)
	Exposição Líquida	(405.930)	(424.321)	(443.011)
Exposição líquida total em cada cenário		(405.591)	(423.856)	(442.402)
Efeito líquido na variação do valor justo atual		-	(18.265)	(36.811)

Consolidado

Operação	Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Hedge (Ponta Ativa)	Derivativos (Risco queda USD)	1.004.209	1.280.687	1.568.402
Dívida em USD	Dívidas (Risco aumento USD)	(1.004.428)	(1.280.962)	(1.568.732)
	Exposição Líquida	(219)	(275)	(330)
Hedge (Ponta Passiva)	Derivativos (Risco queda EUR)	43.059	53.870	64.676
Contas a pagar em EUR	Contas a pagar (Risco aumento EUR)	(42.841)	(53.551)	(64.261)
	Exposição Líquida	218	319	415
Hedge (Ponta Ativa)	Derivativo (Risco queda USD)	30.863	32.745	39.326
Contas a pagar em USD	Contas a Pagar (Risco aumento USD)	(30.790)	(32.631)	(39.157)
	Exposição Líquida	73	114	169
Hedge (Ponta Ativa)	Derivativo (Risco queda USD)	213.443	278.135	348.222
Dívida em UMBNDES	Dívidas (Risco de aumento UMBNDES)	(213.769)	(278.066)	(348.194)
	Exposição Líquida	(326)	69	28
Hedge (Ponta Ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	87.390	90.181	94.951
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(87.390)	(90.181)	(94.951)
	Exposição Líquida	-	-	-
	Exposição Líquida	(1.289.269)	(1.388.752)	(1.467.465)
Exposição líquida total em cada cenário		(1.289.523)	(1.388.525)	(1.467.183)
Efeito líquido na variação do valor justo atual		-	(99.002)	(177.660)

Premissas para a Análise de Sensibilidade

Variável de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
USD	1,8758	2,3180	2,7816
EUR	2,4271	3,1300	3,7560
UMBNDES	0,0369	0,0462	0,0554
CDI	10,87%	13,59%	16,31%

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de contabilidade de *hedge* também foram considerados pelo seu valor justo.

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 31 de dezembro de 2011, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Homologação das novas tarifas para ligações fixo-móvel (VC1)

A Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, nos termos da Resolução nº 576/2011, homologou ato publicado no Diário Oficial em 25 de janeiro de 2012 que resultará, a partir de 24 de fevereiro, em uma redução líquida de 10,78% nas tarifas das chamadas telefônicas fixo-móvel (VC) do Plano Básico. Os novos valores serão válidos para SMP (Serviço Móvel Pessoal) e SME (Serviço Móvel Especializado).

Autorização de exploração do SMP

Em 16 de janeiro de 2012, através do Ato nº 284, a ANATEL aprovou a unificação das autorizações outorgadas à Vivo S.A., para a exploração do SMP nas áreas de prestação correspondentes à Região I do Plano Geral de Autorização do Serviço Móvel Pessoal (PGA/SMP).